



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**  
**CELSO SUCKOW DA FONSECA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**Relatório de Gestão do Exercício de 2013**

**CEFET/RJ**

**Março 2014**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**  
**CELSO SUCKOW DA FONSECA**

## Relatório de Gestão do Exercício de 2013

Relatório de Gestão do Exercício de 2013 é apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da DN TCU nº 129/2013, da DN TCU nº 132/2013, da Portaria TCU nº 175/2013, e da Portaria CGU nº 133/2013. Este instrumento de prestação de contas abrange as atividades e dispêndios oriundos das seguintes unidades administrativas: Unidade Sede Maracanã, Unidade Descentralizada Nova Iguaçu, Unidade Descentralizada Maria da Graça, Unidade Descentralizada Petrópolis, Unidade Descentralizada Nova Friburgo, Unidade Descentralizada Itaguaí, Unidade Descentralizada de Angra dos Reis e Núcleo Avançado de Valença.

Diretoria de Gestão Estratégica – DIGES

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2014.

## Dirigentes do Sistema CEFET/RJ

Carlos Henrique Figueiredo Alves  
*Diretor-Geral*

Maurício Saldanha Motta  
*Vice-Diretor*

Gisele Maria Ribeiro Vieira  
*Diretora de Ensino*

Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco  
*Diretor de Pesquisa e Pós-graduação*

Maria Alice Caggiano de Lima  
*Diretora de Extensão*

Diego Moreira de Araujo Carvalho  
*Diretor de Administração e Planejamento*

Fernando Ramos Corrêa  
*Diretor de Gestão Estratégica*

Luciano Santos Constantin Raptopoulos  
*Diretor da UnED Nova Iguaçu*

Sérgio de Mello Teixeira  
*Diretor da UnED Maria da Graça*

Paulo Cesar Bittencourt  
*Diretor da UnED Petrópolis*

Fernanda Rosa dos Santos  
*Diretor da UnED Nova Friburgo*

Luiz Diniz Corrêa  
*Diretor da UnED Itaguaí*

Tiago Siman Machado  
*Gerente da Expansão de Angra dos Reis*

Arnaldo Amandio de Lima Costa  
*Gestor do Núcleo Avançado de Valença*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013.....</b>	<b>11</b>
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	11
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	11
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE .....	12
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	13
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....	15
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO .....	16
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS .....	17
<b>2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>18</b>
2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	18
2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	18
2.2.1 Programa Temático .....	19
2.2.2 Objetivo .....	19
2.2.3 Ações .....	20
2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO .....	34
<b>3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>36</b>
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA .....	36
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS .....	36
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO .....	38
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	38
3.6 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS .....	50
<b>4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>51</b>
4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS .....	51
4.1.1 Programação .....	51
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa .....	52
4.1.3 Realização da Despesa .....	53
4.2 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS .....	59
4.2.1 Análise Crítica .....	59
4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	59
4.3.1 Análise Crítica .....	59
4.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS .....	60
4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	60
4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios .....	61
4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse 63	
4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse .....	64
4.4.5 Análise Crítica .....	64
4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	64
4.6 RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ .....	65
<b>5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>66</b>
5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	66
5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	70
5.1.5 Cadastramento no Sisac .....	71
5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	73
5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	73
5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....	73
5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	76
5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	76
5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados .....	76
5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada .....	76
5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão .....	77
5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	78

5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários .....	78
<b>6</b>	<b>PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>79</b>
6.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS .....	79
6.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO .....	80
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial .....	80
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional .....	80
6.2.3	Discriminação de Imóveis Funcionais da União Sob Responsabilidade da UJ.....	81
6.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros .....	82
<b>7</b>	<b>PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>83</b>
7.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	83
7.1.1	ANÁLISE CRÍTICA .....	84
<b>8</b>	<b>PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>86</b>
8.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	86
8.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	87
<b>9</b>	<b>PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>88</b>
9.1	TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU .....	88
9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício .....	88
9.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	89
9.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	89
9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício .....	89
9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	95
<b>9.3</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....</b>	<b>95</b>
9.4	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI N.º 8.730/93.....	97
9.4.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 .....	97
9.4.2	Situação do Cumprimento das Obrigações .....	98
9.5	MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO.....	98
9.6	ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV.....	98
<b>10</b>	<b>PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>100</b>
10.1	CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO .....	100
10.1.1	OUVIDORIA DO CEFET/RJ.....	100
10.1.2	SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC.....	102
10.1.3	SETOR DE PROTOCOLO GERAL .....	111
10.2	MECANISMOS PARA MEDIDA DE SATISFAÇÃO.....	112
10.3	PESQUISAS DE OPINIÃO FEITAS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS .....	113
<b>11</b>	<b>PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>144</b>
11.1	MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	144
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	144
11.2.1	Declaração Plena.....	144
11.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI N.º 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC N.º 1.133/2008.....	144
11.6	RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....	145
<b>12</b>	<b>PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>146</b>
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	146
12.1.1	FUNCIONAMENTO DOS CURSOS MÉDIO, TÉCNICO E GRADUAÇÃO - DIREN .....	146
12.1.1.1	Cursos de graduação - DIREN.....	146
12.1.2	FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA - DIPPG 155	
12.1.2.1	PÓS-GRADUAÇÃO - DIPPG.....	155
12.1.2.2	DIFUSÃO DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA - DIPPG .....	156
12.1.2.3	ATIVIDADES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - DIPPG .....	157
12.1.2.3.1	Cursos de especialização - DIPPG.....	157
12.1.2.3.2	Cursos de mestrado - DIPPG .....	157
12.1.2.5	Eventos, seminários e simpósios organizados - DIPPG.....	159
12.1.2.6	Métricas do PDI relativas à Pesquisa e Pós-Graduação - DIPPG .....	159
12.1.3	FUNCIONAMENTO DA EXTENSÃO - DIREX.....	160
12.1.3.1	Estágio e Emprego .....	160
12.1.3.2	Ações Extensionistas e Público Participante.....	160

12.1.3.3	Detalhamento dos Eventos da Semana de Extensão no Sistema CEFET/RJ	161
	(Já Quantificadas no Item 12.1.3.2)	161
12.1.3.4	Eventos de Empreendedorismo Inovador – Incubadora	162
12.1.3.5	Gestão de Convênios Ativos IETEC	163
12.1.3.6	Gestão de Convênios de Extensão Ativos	164
12.1.3.7	Eventos de Extensão Realizados no Sistema CEFET/RJ em 2013	164
<b>13</b>	<b>PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013</b>	<b>166</b>
13.1	INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005	166
13.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET	166
13.3	RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO	167

## LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	11
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/subtítulos - OFSS .....	20
Quadro A.2.2.3.3 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2013 – RESTOS A PAGAR - OFSS .....	31
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	37
Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas .....	51
Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	52
Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária EXterna por Grupo de Despesa.....	52
Quadro A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	54
Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	55
Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação.....	57
Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	57
Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	59
Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência .....	60
Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	61
Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	64
Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 .....	66
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	67
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) .....	68
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12 .....	68
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 .....	69
Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores .....	69
Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	70
Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 .....	71
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) .....	71
Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) .....	72
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac .....	72
Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	77
Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra .....	78
Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	80
Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	81
Quadro A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	83
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	86
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	87
QUADRO A.9.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO .....	88
Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI .....	89
Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR .....	98
Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV .....	99
Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. ....	144
Quadro B.7.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005.....	166

## INTRODUÇÃO

Relatório de Gestão é um documento que apresenta para a Sociedade uma fotografia das dimensões atuais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) com os resultados obtidos na Gestão do Centro em 2013, e, simultaneamente, traz as informações e reflexões relativas ao cumprimento de sua missão institucional, considerando as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual do Governo Federal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Governo Federal e no Orçamento da União.

O objetivo principal deste Relatório é apresentar dados, informações e indicadores apurados na Gestão do Centro em 2013, no cumprimento de sua Missão Institucional, considerando os seguintes atos legais:

- Lei 12.593/2012, Plano Plurianual do Governo Federal (2012 – 2015);
- Lei 12.708/2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Lei 12.798/2013, Lei Orçamentária Anual;
- Lei 4.320/1964, Lei de Direito Público Financeiro;
- Lei 8.666/1993, Lei de Licitações e Contratos;
- Lei 10.520/2002, Lei do Pregão.

A formatação deste Relatório de Gestão esta baseada nos seguintes instrumentos normativos:

- Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 01/09/2010;
- Instrução Normativa TCU nº 72/2013, de 15/05/2013;
- Decisão Normativa TCU nº 127/2013, de 15/05/2013;
- Decisão Normativa TCU nº 129/2013, de 14/08/2013;
- Decisão Normativa TCU nº 132/2013, de 02/10/2013;
- Portaria TCU nº 175/2013, de 09/07/2013;
- Portaria CGU nº 133/2013, de 18/01/2013.

A análise e comentários da Gestão, incluindo seus elementos contábeis e financeiros, foram abordados, de forma parametrizada e de maneira transparente, demonstrando o cumprimento de suas competências regimentais, suas execuções programáticas e as ocorrências gerenciais relevantes do exercício.

Com raízes constituídas há mais de 95 anos, a capacidade e competência do CEFET-RJ como instituição de ensino tecnológico projeta naturalmente o seu futuro na transformação em Universidade Tecnológica. Tal transformação priorizaria o desenvolvimento de capital humano para as necessidades sociais, e proporcionaria meios e formas de acesso ao ensino tecnológico público e gratuito com qualidade no Estado do Rio de Janeiro, objetivando o desenvolvimento econômico e social da Região Sudeste e do País. Desta forma, cabe salientar que a expansão realizada foi capaz de levar a educação tecnológica a uma supra região formada por mais de 40 municípios indiretos, provendo frutos a uma população de mais de 8 milhões de pessoas.

Os itens das decisões normativas que não se aplicam ao CEFET/RJ são:

- 2.2.1 Programa Temático – De acordo com o item 2.2 do Anexo Único da Portaria TCU nº 175/2013, só devem preencher as informações referentes a programa temático, as unidades



- jurisdicionadas que abrangem secretaria-executiva de ministério ou de secretaria com *status* de ministério;
- 2.2.2 Objetivo do PPA - De acordo com o item 2.2.2 do Anexo Único da Portaria TCU nº 175/2013, as informações referentes ao item só devem ser consignadas em relação aos objetivos e metas cujo desenvolvimento coube diretamente a UJ, o que não é o caso deste Centro;
  - 2.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI – Não foram estipuladas ações de orçamento de investimento para este Centro;
  - 3.4 Sistema de Correição – Esta instituição não possui um sistema de corregedoria estabelecido;
  - 4.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ – Segundo o item 4.1.3.2 do Anexo Único da Portaria TCU nº 175/2013, o quadro correspondente deve ser preenchido apenas caso a Unidade Jurisdicionada contemple em sua estrutura UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos da UO, mas não constitua a única jurisdicionada a ter as despesas concernentes suportadas por tais recursos, o que não é o caso desta instituição;
  - 4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ - Conforme o item 4.1.3.4 do Anexo Único da Portaria TCU nº 175/2013, o quadro correspondente deve ser preenchido apenas caso a Unidade Jurisdicionada contemple em sua estrutura UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos da UO, mas não constitua a **única** jurisdicionada a ter as despesas concernentes suportadas por tais recursos;
  - 4.5 Suprimento de Fundos – De acordo com o item 4.5 do Anexo Único da Portaria TCU nº 175/2013, a informação deverá ser fornecida pelas Unidades Jurisdicionadas da Administração direta dos três poderes da União, incluindo as autarquias e fundações do Poder Executivo, que tenham realizado, nos últimos três exercícios, despesas por meio da utilização de suprimento de fundos. Entretanto, o CEFET-RJ não realiza transações por intermédio das contas tipo “B”, nem tampouco possui cartão de crédito corporativo;
  - 4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ – Não houve renúncia no período abarcado por este Relatório de Gestão;
  - 5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados – Não há mão-de-obra terceirizada a ser substituída no Centro;
  - 5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários – O Centro não apresenta estagiários remunerados;
  - 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 – O Centro possui seus registros contábeis feitos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;
  - 11.6 Relatório de Auditoria Independente – Segundo o item 11.6 do Anexo Único da Portaria TCU nº 175/2013, as autarquias e fundações, empresas estatais da Administração Pública Federal, fundos especiais e entidades que tenham firmado contrato de gestão, o que não ocorreu no CEFET-RJ.

Quanto aos itens da decisão normativa que se aplicam, porém não apresentaram conteúdo a ser declarado no exercício de referência de 2013, são os seguintes:

- 2.2.3.1 Ações-OFSS – A unidade não é responsável pela integralidade dos valores consignados às ações, mas apenas a subtítulos, que são apresentadas na seção subsequente;

- 3.6 Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos – Ainda não foi instituído acompanhamento de análise circunstanciada do resultado de indicadores de avaliação do modelo de governança;
- 4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos – Não ocorreu reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;
- 4.4.4 Informação sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse – Não houve contrato de repasse nem convênios nos exercícios;
- 5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico – Não ocorreram atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico;
- 5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão – O CEFET/RJ não apresenta funcionários terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias do plano de cargos da unidade;
- 6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ – O Centro não apresentou bens imóveis funcionais de propriedade da União sob sua responsabilidade no exercício referente ao relatório de gestão;
- 6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros – O CEFET/RJ não apresentou bens imóveis locados de terceiros no exercício referente ao relatório de gestão;
- 9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício – Não existem deliberações pendentes de atendimento para o Centro ao final do exercício de 2013;
- 9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário – Não ocorreu dano ao erário;
- 13.3 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio – O CEFET/RJ não apresentou projetos desenvolvidos por fundação de apoio no exercício e não apresenta fundação de apoio credenciada.

## PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

### 1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013.

#### 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

No presente relatório o CEFET-RJ será identificado por meio do Relatório de Gestão Individual definido no anexo I da DN TCU nº 127/2013.

##### 1.1.1 Relatório de Gestão Individual

O quadro abaixo apresenta a Identificação da Unidade Jurisdicionada.

**QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Educação			<b>Código SIORG:</b> 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa:</b> Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			
<b>Denominação Abreviada:</b> CEFET-RJ			
<b>Código SIORG:</b> 000448	<b>Código LOA:</b> 26256	<b>Código SIAFI:</b> 15244	
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia - 1104		<b>CNPJ:</b> 42.441.758/0001-05	
<b>Principal Atividade:</b> Educação			<b>Código CNAE:</b> 9999-9
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(021) 2566-3110	(021) 2566-3112	(021) 2568-2198
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:direg@cefet-rj.br">direg@cefet-rj.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.cefet-rj.br">http://www.cefet-rj.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Avenida Maracanã, 229 – Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.271-110			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei 6.543, de junho de 1978.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto, Portaria MEC nº 3.796, de 1º de novembro de 2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
153010	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
15244	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
153010		15244	

---

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

---

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca é uma instituição autárquica de regime especial vinculada ao Ministério da Educação (MEC), que segundo a Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, tem por finalidade o oferecimento de educação tecnológica. Configura-se, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, como instituição de ensino superior pluricurricular, especializada na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica.

O CEFET/RJ goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedece ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Seus objetivos estatutários e regimentais são:

- ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- realizar pesquisa, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

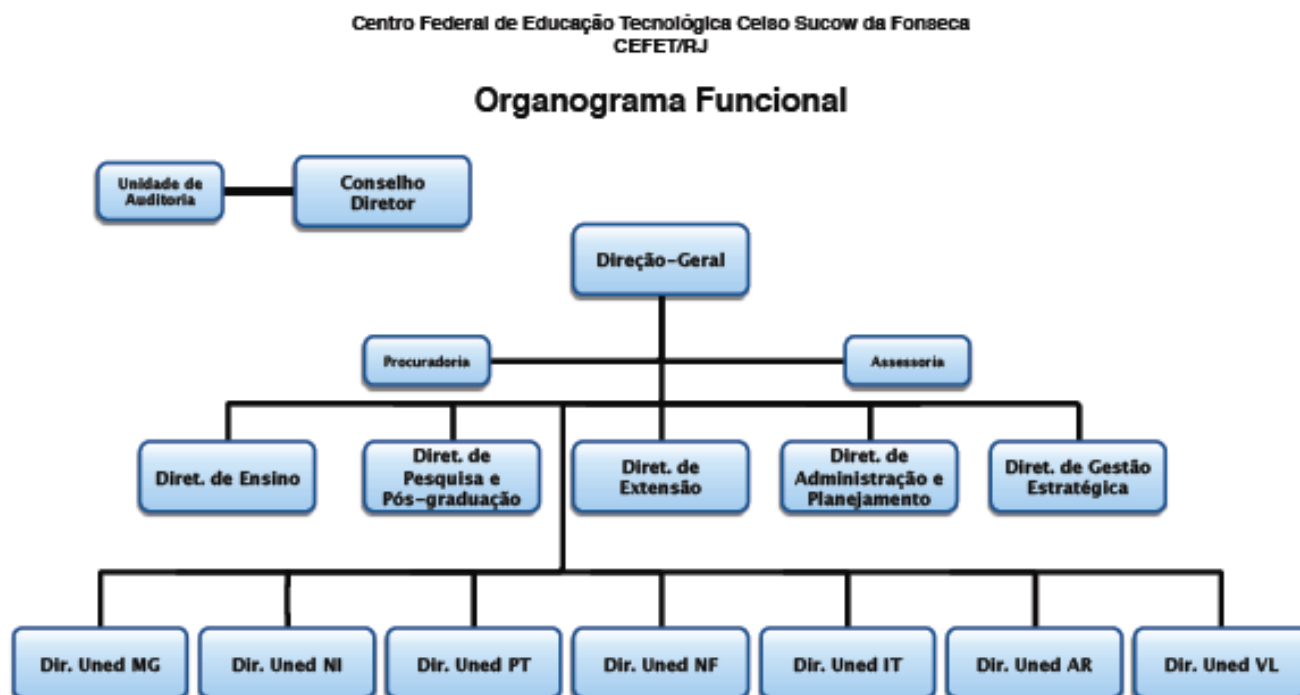
Observadas a finalidade e as características atribuídas aos Centros Federais de Educação Tecnológica e a responsabilidade social de que essas se revestem, o CEFET/RJ continua a assumir como missão institucional:

*“Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, na interação com a sociedade, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade”.*

### 1.3 Organograma Funcional

A figura abaixo apresenta o Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada.

Figura 1: Organograma Funcional



Ao Conselho Diretor compete: (i). Homologar a política geral apresentada pela Direção-Geral nos planos administrativo, econômico-financeiro e de ensino, pesquisa e extensão, por meio de resoluções; (ii). Submeter à aprovação do Ministério da Educação a proposta de alteração do Estatuto ou do Regimento Geral; (iii). Acompanhar a execução orçamentária anual; (iv). Fiscalizar a execução do orçamento-programa do CEFET/RJ, autorizar alterações na forma da lei e acompanhar o balanço físico anual e dos valores patrimoniais do CEFET/RJ; (v). Apreciar as contas do Diretor-Geral, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros contábeis, dos fatos econômico-financeiros e da execução orçamentária da receita e da despesa; (vi). Deliberar sobre valores de contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo CEFET/RJ, em função de serviços prestados; (vii). Autorizar a aquisição e deliberar sobre a alienação de bens imóveis pelo CEFET/RJ; (viii). Deflagrar o processo de escolha, pela comunidade escolar, do nome a ser indicado ao Ministro de Estado da Educação, para o cargo de Diretor-Geral; (ix). Aprovar a concessão de graus, títulos e outras dignidades; (x). Deliberar sobre a criação de novos cursos, observada a legislação vigente; (xi). Autorizar, mediante proposta da Direção-Geral, a contratação, concessão onerosa ou parcerias em eventuais áreas rurais e infraestruturas, mantidas a finalidade institucional e em estrita consonância com a legislação ambiental, sanitária, trabalhista e das licitações; (xii). Deliberar sobre outros assuntos de interesse do CEFET/RJ levados a sua apreciação pelo Presidente do Conselho.

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho Diretor do CEFET/RJ, é o órgão responsável por fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio, no âmbito do CEFET/RJ, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitado a legislação pertinente. O órgão tem por competência: (i).

Acompanhar o cumprimento das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional; (ii). Verificar o desempenho da gestão da instituição, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos; (iii). Examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da instituição e tomada de contas especiais; (iv). Elaborar o plano anual de atividades de auditoria interna do exercício seguinte, bem como o relatório anual de atividades de auditoria interna, a serem encaminhados ao Conselho Diretor.

A Direção-Geral tem como competência a direção administrativa e política do Centro. Compete à Assessoria Jurídica desenvolver trabalhos e assistência relacionados a assuntos de natureza jurídica definidos pelo Diretor-Geral e de interesse do CEFET/RJ.

Configurando como encarregada de prover e executar as atividades relacionadas a administração, gestão de pessoal e planejamento orçamentário do CEFET/RJ, a Diretoria de Administração e Planejamento também é responsável pela execução financeira e contábil do órgão.

Relativamente a Diretoria de Ensino, este é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Diretoria de Extensão.

Já com relação à Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, este é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação do CEFET/RJ. Suas diretrizes devem estar de acordo com as da Diretoria de Ensino e da Diretoria de Extensão.

A Diretoria de Extensão é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da extensão do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Deve-se destacar que tanto as diretrizes da Diretoria de Ensino, quanto as da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e ainda as da Diretoria de Extensão devem estar em consonância, visto a tríade ensino, pesquisa e extensão.

Quanto à Diretoria de Gestão Estratégica, esta configura como órgão responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do CEFET/RJ.

Com relação às Unidades Descentralizadas de Ensino, estas estão subordinadas ao Diretor-Geral do CEFET/RJ e têm a finalidade de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão, nos termos do Regimento Geral do CEFET/RJ.

---

## 1.4 Macroprocessos Finalísticos

---

O CEFET/RJ apresenta três macroprocessos finalísticos: Ensino, Pesquisa e Extensão. Estes macroprocessos são exercidos de maneira indissociável e único, apresentando as seguintes características básicas:

- a) oferta de educação tecnológica, levando em conta o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços;
- b) atuação prioritária na área tecnológica, nos diversos setores da economia;
- c) conjugação, no ensino, da teoria com a prática;
- d) articulação verticalizada e integração da educação tecnológica aos diferentes níveis e modalidades de ensino, ao trabalho, à ciência e à tecnologia;
- e) oferta de ensino superior de graduação e de pós-graduação;
- f) oferta de formação especializada em todos os níveis de ensino, levando em consideração as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico;
- g) realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços;
- h) desenvolvimento da atividade docente, abrangendo os diferentes níveis e modalidades de ensino, observada a qualificação exigida em cada caso;
- i) utilização compartilhada dos laboratórios e dos recursos humanos pelos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- j) desenvolvimento do processo educacional que favoreça, de modo permanente, a transformação do conhecimento em bens e serviços, em benefício da sociedade;
- k) estrutura organizacional flexível, racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos;
- l) integração das ações educacionais com as expectativas da sociedade e as tendências do setor produtivo.

Todos os macroprocessos finalísticos foram orquestrados na execução das ações necessárias para o atingimento das metas do exercício. Do ponto de vista da execução orçamentária, as Diretorias Sistêmicas e Diretorias de Unidades efetuaram um planejamento inicial, onde foram apresentadas as necessidades existentes no exercício e ações efetivas foram executadas para o provimento das condições necessárias para o cumprimento dos mandatos. Em alguns casos específicos, como aquisição de material de expediente, equipamentos de TI e livros, o Centro se organizou e efetuou compras compartilhadas com o foco em ganho de escala e padronização.

Além das ações de aquisição compartilhada, as Diretorias Sistêmicas trabalharam em conjunto para explorar as possíveis sinergias existentes, focando em maximizar os resultados atingidos.

---

## 1.5 Macroprocessos de Apoio

---

Os macroprocessos de apoio na cadeia de valor do CEFET/RJ são:

- Administração geral;
- Compras e licitações
- Controle interno e correição;
- Engenharia;
- Gerência de infraestrutura;
- Gestão de contratos e serviços;
- Gestão de finanças e orçamento;
- Gestão de operações;
- Gestão de pessoas
- Gestão estratégica.
- Planejamento Estratégico.
- Planejamento orçamentário;
- Suporte logístico;
- Suporte e serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação.

Os macroprocessos de apoio são normalmente desempenhados pelas Diretorias de Administração e Planejamento e de Gestão Estratégica.

Durante o exercício, as Diretorias Sistêmicas auxiliaram na integração das ações dos macroprocessos finalísticos a fim de maximizar o uso dos recursos existentes no Centro para o cumprimento das metas estabelecidas. Um dos exemplos dessa atividade foi a coordenação das atividades de aquisição, onde o planejamento prévio proporcionou a padronização e o ganho de escala.



---

## 1.6 Principais Parceiros

---

Os principais parceiros do CEFET/RJ na consecução dos seus macroprocessos finalísticos são:

- No fomento das atividades de Pesquisa e Pós-Graduação:
  - CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
  - CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
  - FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos;
  - FAPERJ – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro;
  
- Nas atividades acadêmicas envolvidas no Consórcio das Instituições Federais de Ensino do Rio de Janeiro:
  - UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro;
  - UFF – Universidade Federal Fluminense;
  - UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
  - UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro;
  - CP-II – Colégio Pedro II;
  - IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro;
  - IFF – Instituto Federal Fluminense;
  
- Nas atividades relacionadas às Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016:
  - APO – Autoridade Pública Olímpica.

## **2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**

---

### **2.1 Planejamento da Unidade Jurisdicionada**

---

O Centro foi dividido em 15 centros de ações (CA), sendo sete sistêmicos (CS) e oito responsáveis por ações localizadas específicas (CE). Dentre os centros sistêmicos, dois eram responsáveis exclusivamente pelos macroprocessos de suporte e todos os outros focavam suas ações em macroprocessos finalísticos.

O planejamento de 2013 foi suportado pela Norma de Serviço 02/2013, a qual definiu métodos e cronogramas não só para o ano de 2013, mas também para os anos subsequentes. A referida NS tratou de disciplinar o Planejamento Estratégico Anual (PEA) e o Plano Operativo Anual (POA).

Durante o segundo semestre de 2013 os centros de custos realizaram seu planejamento (PEA) prevendo ações para 2014, alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2010-2014). Assim, a alocação do orçamento de cada centro de custo ficou atrelada as ações aprovadas no PEA 2014. Em ato contínuo, estes mesmos centros de custos deram início ao detalhamento do Plano de Natureza de Despesas (PND) que trouxe subsídios ao planejamento da DIRAP, mais especificamente a área de aquisições de materiais e serviços.

---

### **2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados**

---

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014, aprovado em 16/12/2010 pelo Conselho Diretor, foi elaborado em vertentes de um cenário futuro com base na história da Instituição como também suas transformações, buscando atender às demandas sociais sendo possível propor que estas possam transcender, em suas trajetórias evolutivas, formulações vigentes. Assim, concepções de estrutura e projetos acadêmicos e administrativos, de transformação e adaptação pela engenharia evolutiva, devem ser maleáveis a ponto de repercutir o momento real, o suficiente para que qualquer proposta moderna de crescimento institucional tenha espaço para, observação, e análise.

No que concerne à estratégia de atuação, é possível afirmar que o comprometimento e responsabilidade pessoal de cada gestor atuante na Instituição, no sentido de valorizar o recurso público aplicado em prol da sociedade, necessário e expressivo para que a democratização, a transparência, a qualidade, o compromisso com a sociedade e com a Instituição, seja mantido com eficácia e efetividade.

Estes componentes foram estabelecidos na execução de cada ação proposta no sentido de programar uma gestão descentralizada voltada para a sociedade de forma geral, haja vista a construção do Plano Estratégico, na interiorização com as Unidades, a distribuição de vagas e recursos, materializados nos processos para concursos e aquisição dos mais diversos tipos de serviços, de infraestrutura e apoio, e materiais, envolvendo não só as Diretorias Sistêmicas como Departamentos e as Unidades Descentralizadas.

As últimas atuações da CGU e TCU junto ao CEFET-RJ demonstram que este Centro não tem enfrentado dificuldades na gestão e operacionalização de suas ações institucionais, nas políticas governamentais, como também na prática da legislação.

Podemos citar que para o cenário apresentado, seja ele no âmbito político, social ou econômico, este Centro tem avaliado a necessidade de expansão de vagas, novos cursos, mecanismos de fixação dos discentes nos cursos regulares, como bolsa que propicie ao alunado condições de alimentação e manutenção estudantil, desenvolvimento de projetos visando à inclusão digital dos alunos, estendendo a comunidade externa, o crescimento associado à pesquisa e pós-graduação.

Além disso, também o relacionamento com secretarias vinculadas ao Ministério da Educação e outros como FINEP, FNDE, CAPES, parcerias de intercâmbios com instituições de ensino no exterior em muito tem propiciado condições favoráveis ao desenvolvimento do aluno.

Deve ser ressaltado que a falta de reposição dos quadros funcionais do CEFET/RJ, aliado a distorções salariais e alta rotatividade no quadro funcional é o fator mais importante que coloca em risco o funcionamento deste Centro em 2013. Este problema foi reconhecido pelo MEC em 2013, que por sua vez destinou 252 vagas de técnico administrativo e de 318 docentes, no segundo semestre do exercício. Contudo, deve ser salientado que o CEFET/RJ ainda continua sem acesso ao “Banco de Professores” e ao “Quadro de Técnico-Administrativos”, apesar de ter sinalizado essa dificuldade diversas vezes à mantenedora. Esses dois instrumentos são de vital importância para se estancar o sangramento existente atualmente na Administração do Centro nas áreas que atuam diretamente nos sistemas SIAFI, SIAPE, SIASGE, etc. Alguns setores do Centro começam a passar por um estado crítico que certamente vai comprometer as ações voltadas a sociedade.

Os fatos relatados acima podem ser observados através da saída constante e em massa dos servidores da área administrativa para outros órgãos federais através de concurso, em busca de melhores condições salariais. Os servidores administrativos, mais precisamente, lotados nas áreas de licitações, contratos, pagamento, contabilidade, recursos humanos, dentre outras áreas administrativas de grande responsabilidade, devem ser vistos como funcionários especialistas que necessitam de uma carreira própria, que os valorizem e os diferenciem em face das responsabilidades, pois licitam, recolhem impostos, realizam pagamentos diversos. Estes servidores não querem mais essas funções, pois além de perceber o menor salário do poder executivo, quando comparados a administrativos lotados outros segmentos.

---

### **2.2.1 Programa Temático**

---

Não se aplica pois este Centro não foi responsável por nenhum Programa Temático.

---

#### **2.2.1.1 Análise Situacional**

---

Não se aplica pois este Centro não foi responsável por nenhum Programa Temático.

---

### **2.2.2 Objetivo**

---

Não se aplica pois este Centro não foi responsável por nenhum Objetivo do PPA.

### 2.2.2.1 Análise Situacional

Não se aplica pois este Centro não foi responsável por nenhum Objetivo do PPA.

### 2.2.3 Ações

Na seção seguinte são apresentadas as ações relativas ao orçamento fiscal e seguridade social.

#### 2.2.3.1 Ações - OFSS

A unidade não é responsável pela integralidade dos valores consignados às ações, mas apenas a subtítulos dessas que são apresentadas na seção seguinte.

#### 2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS

O CEFET/RJ, durante o exercício de 2013 foi responsável por apenas por subtítulos de ação, conforme constante no **Quadro A.2.2.3.2** abaixo.

**QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS - OFSS**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	0901.0005					<b>Tipo: Operações Especiais</b>	
<b>Descrição</b>	Cumprimento de Sentenças Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)						
<b>Programa</b>	Operações Especiais		<b>Código: 0901</b>		<b>Tipo: Operações Especiais</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim		(X) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	590.153,00	545.928,00	545.926,45	545.926,45	545.926,45		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2109.2010					<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Descrição</b>	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	<b>Código: 2109</b>			<b>Tipo: Programa de Gestão e Manutenção</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	132.000,00	142.000,00	137.055,63	137.055,63	137.055,63		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0033	Pessoa beneficiada	unidade	124		137		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	0901.00G5					<b>Tipo: Operações Especiais</b>	
<b>Descrição</b>	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor						
<b>Programa</b>	Operações Especiais	<b>Código: 0901</b>			<b>Tipo: Operações Especiais</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	64.917,00	64.917,00					
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2109.00M0					<b>Tipo: Operações Especiais</b>	
<b>Descrição</b>	Contribuição à entidades nacionais representativas de educação e ensino						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	<b>Código: 2109</b>			<b>Tipo: Programa de Gestão e Manutenção</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	113.267,00	113.267,00	77.563,56	25.378,56	25.378,56	0,00	52.185,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsão	Reprogramado (*)	Realizado	
	não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2109.09HB					<b>Tipo: Operações Especiais</b>	
<b>Descrição</b>	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	<b>Código: 2109</b>			<b>Tipo: Programa de Gestão e Manutenção</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	16.666.625,00	18.818.873,00	18.501.138,37	18.501.138,37	18.421.984,23	79.154,14	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	0089.0181					<b>Tipo: Operações Especiais</b>	
<b>Descrição</b>	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
<b>Programa</b>	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	<b>Código: 0089</b>			<b>Tipo: Programa de Gestão e Manutenção</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( X ) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	54.753.295,00	65.982.826,00	65.231.661,22	65.231.661,22	65.231.661,22		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsão	Reprogramado (*)	Realizado		
	não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2109.20TP					<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Descrição</b>	Pagamento de Pessoal Ativo da União						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério	<b>Código: 2109</b>			<b>Tipo: Programa de Gestão e Manutenção</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( X ) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	78.634.714,00	96.626.415,00	95.571.465,89	95.571.465,89	95.571.465,89		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsão	Reprogramado (*)	Realizado		
	não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2109.2004					<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Descrição</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, empregados, militares e seus dependentes						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	<b>Código: 2109</b>			<b>Tipo: Programa de Gestão e Manutenção</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( X ) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	1.673.211,00	1.861.300,00	1.833.917,87	1.833.917,87	1.833.917,87		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsito	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	Pessoa beneficiada		unidade	1337		610	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2109.2011					<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Descrição</b>	Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	<b>Código: 2109</b>			<b>Tipo: Programa de Gestão e Manutenção</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( X ) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	1.740.000,00	1.740.000,00	1.624.724,20	1.624.724,20	1.624.724,20		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsito	Reprogramado (*)	Realizado	
033	Pessoa beneficiada		unidade	806		560	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2109.2012					<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Descrição</b>	Auxílio-alimentação aos servidores, civis, empregados e militares						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	<b>Código: 2109</b>			<b>Tipo: Programa de Gestão e Manutenção</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	3.780.000,00	4.605.300,00	4.545.817,42	4.545.817,42	4.545.817,42		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0033	Pessoa beneficiada	unidade	1.036		1112		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2109.4572					<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Descrição</b>	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	<b>Código: 2109</b>			<b>Tipo: Programa de Gestão e Manutenção</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	398.996,00	398.996,00	283.724,09	195.109,29	133.536,84	61.572,45	88.614,80
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0033	Servidor capacitado	unidade	200		158		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2030.20RJ					<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Descrição</b>	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica						
<b>Iniciativa</b>	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a EJA, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente						
<b>Objetivo</b>	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais...	<b>Código: 0597</b>		<b>Tipo:</b>			
<b>Programa</b>	Educação Básica	<b>Código: 2030</b>		<b>Tipo: Programa Temático</b>			
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( X ) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	685.320,00	970.279,00	515.114,00	403.395,00	269.745,00	133.650,00	111.719,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	Pessoa beneficiada		unidade	20		78	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2031.20RG					<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Descrição</b>	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
<b>Iniciativa</b>	Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade						
<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar, e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica...	<b>Código: 0582</b>		<b>Tipo:</b>			
<b>Programa</b>	Educação Profissional e Tecnológica	<b>Código: 2031</b>		<b>Tipo: Programa Temático</b>			
<b>Unidade Orçamentária</b>							
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	4.049.218,00	4.049.218,00	1.557.654,08	0,00	0,00	0,00	1.557.654,08
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0033	Vaga disponibilizada	unidade	740		283		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2031.20RL					<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Descrição</b>	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
<b>Iniciativa</b>	Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade						
<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar, e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica...	<b>Código: 0582</b>			<b>Tipo:</b>		
<b>Programa</b>	Educação Profissional e Tecnológica	<b>Código: 2031</b>			<b>Tipo: Programa Temático</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>							
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	39.436.159,00	45.318.127,00	31.930.616,38	15.962.781,01	14.054.665,17	1.966.918,57	15.967.835,37
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	Aluno matriculado		unidade	12.700		12983	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	14.998.190,60	14.904.213,79	93.776,81				

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2031,2994					<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Descrição</b>	Assistência ao educando da educação profissional e tecnológica						
<b>Iniciativa</b>	Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afro-descendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais						
<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar, e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica...	<b>Código: 0582</b>			<b>Tipo:</b>		
<b>Programa</b>	Educação Profissional e	<b>Código: 2031</b>			<b>Tipo: Programa Temático</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>							
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( X ) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	6.494.124,00	6.494.124,00	2.564.515,55	2.211.990,00	2.211.990,00	0,00	352.525,55
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	Aluno assistido		unidade	1.750		1.038	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033	82.328,37	82.328,37	-521.509,97	Aluno assistido	unidade	38	

### 2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

A unidade jurisdicionada executou, no exercício de 2013, a título de restos a pagar não processados, ações não mais previstas na LOA 2013.

**QUADRO A.2.2.3.3 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2013 – RESTOS A PAGAR - OFSS**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	2991			<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Título</b>	Funcionamento do ensino médio na rede federal				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	Contribuir para universalização da educação básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência	<b>Código:</b>	<b>Tipo:</b>		
<b>Programa</b>	Brasil Escolarizado	<b>Código: 1061</b>	<b>Tipo: Finalístico</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( X ) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
<b>503,00</b>					

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	2992			<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Título</b>	Funcionamento da educação profissional				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade	<b>Código:</b>	<b>Tipo:</b>		
<b>Programa</b>	Desenvolvimento da educação profissional e tecnológica	<b>Código: 1062</b>	<b>Tipo: Finalístico</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( X ) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
<b>178681,57</b>	3614,72				

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	4006			<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Título</b>	Funcionamento de cursos de pós-graduação				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	Formar pessoal de alto nível no país e exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil	<b>Código:</b>		<b>Tipo:</b>	
<b>Programa</b>	Desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa científica	<b>Código: 1375</b>		<b>Tipo: Finalístico</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( X ) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
25417,62	-	(17.308,62)			

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	4009			<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Título</b>	Funcionamento de Cursos de Graduação				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento	<b>Código:</b>		<b>Tipo:</b>	
<b>Programa</b>	Desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa científica	<b>Código: 1073</b>		<b>Tipo: Finalístico</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( X ) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.691.694,05	258.515,12	(391.705,41)			



Identificação da Ação					
<b>Código</b>	6358			<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Título</b>	Capacitação de Recursos Humanos da educação profissional				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade	<b>Código:</b>		<b>Tipo:</b>	
<b>Programa</b>	Desenvolvimento da educação profissional e tecnológica	<b>Código: 1062</b>		<b>Tipo: Finalístico</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( X ) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
<b>45.730,89</b>	25.905,89				

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	8667			<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Título</b>	Pesquisa universitária e difusão dos seus resultados				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	Formar pessoal de alto nível no país e exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil	<b>Código:</b>		<b>Tipo:</b>	
<b>Programa</b>	Desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa científica	<b>Código: 1375</b>		<b>Tipo: Finalístico</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26256 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSECA				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( X ) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
<b>10.827,96</b>					

#### 2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI

Não se aplica a este Centro.

---

### 2.2.3.5 Análise Situacional

---

Não se aplica a este Centro.

---

## 2.3 Informações sobre Outros Resultados da Gestão

---

O CEFET/RJ vem dando continuidade na ampliação e melhoria da infraestrutura com a manutenção e reforma das salas de aula, dos laboratórios no campus sede e também nas unidades descentralizadas que focam no processo de interiorização das atividades, consolidando os campi de Nova Iguaçu, Maria da Graça, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis, Valença e Petrópolis ampliando o acesso da população ao ensino público técnico e do terceiro grau.

O crescimento do CEFET/RJ vem sendo discutido nas diretorias sistêmicas num processo de reestruturação organizacional da administração central, e ganha atenção especial com a criação de um grupo de estudos junto à Direção-Geral. Dentro da Diretoria de Administração e Planejamento, esse processo deve entre outras ações rever e estabelecer novo fluxo dos processos administrativos, definir melhor as atribuições da Administração, aperfeiçoar os serviços de manutenção e responder rapidamente as demandas das atividades fins.

Do ponto de vista orçamentário, os recursos dos planos de trabalho orçamentário foram particionados entre centros de custos que foram estratificados entre a Direção-Geral, Diretorias Sistêmicas, Diretorias Adjuntas e as Direções de Unidades. Desta maneira, se cria uma descentralização de recursos, fomentando a definição dos gastos pelas atividades fim e gestores.

Diretamente envolvido com estes aspectos, podemos também apresentar a atualização de equipamentos de diversas finalidades, assim como a atuação nos laboratórios, salas de aula, auditórios e nos ambientes administrativos, com pintura, adaptação e recuperação de estrutura física.

Investimentos outros foram realizados na infraestrutura física, como também na atualização e capacitação de servidores para distintos níveis de atuação. Fortalecimento dos grupos de pesquisas produtores representando um aumento significativo, assim como a ampliação do número de bolsas de iniciação científica. Em face do universo heterogêneo que ilustra a definição do CEFET/RJ como academia de ensino pública de qualidade, fez com que a procura por atividades de extensão seja intensa e desta forma as ações extensionistas no ano de 2013 atingiram em termos de público participante valores superiores a 30.000 pessoas. A participação de docentes em seminários e congressos deve ser entendida como troca e aprofundamento de conhecimentos. Da mesma forma a participação de servidores administrativos em curso de atualização, seja na área financeira, de pessoal e licitações, deve ser cada vez mais valorizada e apoiada considerando a versatilidade dos inúmeros processos que envolvem estas áreas, trazendo segurança à gestão da instituição.

Um ponto de dificuldade que deve ser levantado é o Programa de Alimentação Escolar fomentado pelo FNDE, que continua a existir, mesmo depois de tratativas para solucioná-lo. O Centro recebeu durante o exercício valores para o fornecimento de merenda escolar para alguns de seus *campi*, mas não teve condições operacionais para execução. As regras de uso da verba obrigam que as despesas sejam efetuadas em programas de agricultura familiar que dificultam a sua operacionalização nos grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro. Vale ressaltar que está prevista para 2014 a contratação de nutricionistas para a Unidade Sede Maracanã e as Unidades descentralizadas de

Maria da Graça e Nova Iguaçu. Também em 2013 foram aprovados os estudos para a construção de restaurantes destinados aos alunos nas citadas unidades.

A marca institucional é reconhecida nacionalmente e internacionalmente, onde é fortemente identificada pelos intercâmbios que sedimentam e propagam a necessidade de novos horizontes, assim como também a atuação junto com novos parceiros sejam público e ou privados. O CEFET-RJ é uma instituição *multicampi*, com sustentação financeira dada pelo governo federal, mais que busca congrega parceiros em sua trajetória, como prefeituras, secretarias e outros órgãos.

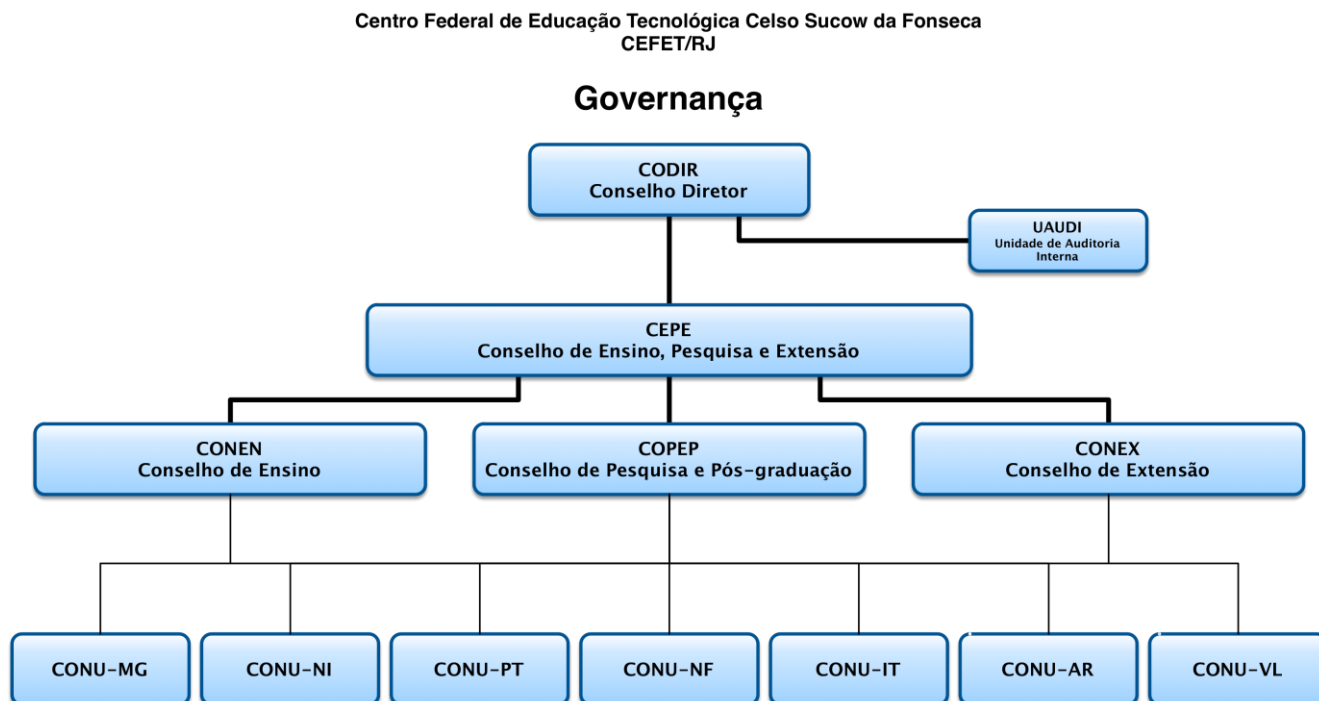
---

**3.1 Estrutura de Governança**

---

A figura abaixo apresenta a estrutura de governança do CEFET/RJ.

Figura 2: Estrutura de Governança do CEFET/RJ



O CODIR, Conselho Diretor, é a instância máxima recursal da instituição e tem suas atribuições definidas no Estatuto do Centro. Abaixo dele, o CEPE, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é responsável pelas decisões relacionadas com as atividades fim do Centro. Ele também funciona como câmara recursal dos conselhos temáticos existentes (Ensino, Pesquisa e Pós-graduação e Extensão).

Cada Unidade Descentralizada apresenta um Conselho responsável pelas decisões operacionais locais a cada uma delas.

---

**3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos**

---

O quadro abaixo apresenta a avaliação da estrutura do controle interno da UJ, que foi produzida por meio de entrevistas com os diretores sistêmicos da UJ. A partir das entrevistas, o resultado final foi consolidado através de média aritmética e arredondamento para o inteiro inferior.

**QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p><b>Análise Crítica:</b>  O Centro está passando por diversas modificações e reestruturações, principalmente motivado pelo crescimento das atividades fim, manutenção ou diminuição no número de servidores das atividades meio e dificuldades relacionadas à evasão de servidores e limitação nas vagas ofertadas pela mantenedora. Por causa destes motivos, se faz necessário o direcionamento de esforços na criação de uma estrutura específica para desenvolvimento e normalização da administração e controle.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

### 3.4 Sistema de Correição

Não se aplica ao CEFET/RJ.

### 3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Este Centro está em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU. Segue nas próximas páginas o relatório de correição extraído do CGU-PAD.

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'	
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	2
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	2

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23063000760201319	12/06/2013	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23063002077201227	12/06/2013	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM INDICIAMENTO/CITAÇÃO

**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'	
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0



## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ENCAMINHADOS PARA JULGAMENTO

**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'	
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'	
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ANULADOS ADMINISTRATIVAMENTE

**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'	
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ANULADOS JUDICIALMENTE

**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'	
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM REVISÃO

**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'	
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM RECONSIDERAÇÃO/RECURSO HIERÁRQUICO

**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'	
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM DECISÃO RECONSIDERAÇÃO/RECURSO HIERÁRQUICO

**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'	
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM AVOCAÇÃO/REQUISIÇÃO PELA CGU

**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'	
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0



## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM DECISÃO REVISÃO DO PROCESSO

**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'	
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

---

### **3.6 Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos**

---

Ainda não foi instituído acompanhamento de análise circunstanciada do resultado de indicadores de avaliação do modelo de governança.

**4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**
**4.1 Execução das despesas**

As informações serão fornecidas considerando os seguintes subtópicos: 4.1.1 – Programação; 4.1.2 – Movimentação; e 4.1.3 – Realização.

**4.1.1 Programação**

Considerando que o CEFET/RJ é uma unidade orçamentária (UO), segue abaixo a Programação de Despesas do órgão.

**QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS**

Unidade Orçamentária : CEFET-RJ		Código UO: 26256		UGO: 153010	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		150.709.704,00		42.090.397,00	
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>	32.373.480,00		6.658.937,00	
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
<b>Créditos Cancelados</b>		(1.044.225,00)		(149.211,00)	
<b>Outras Operações</b>					
<b>Dotação final 2013 (A)</b>		182.038.959,00	-	48.600.123,00	
<b>Dotação final 2012(B)</b>		172.731.606,00		37.175.139,00	
<b>Variação (B/A-1)*100</b>		(5,11)		(23,51)	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		16.911.898,00			
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>	680.590,00			
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>	5.403.965,00		
		<b>Reabertos</b>			
<b>Créditos Cancelados</b>		(5.403.965,00)			
<b>Outras Operações</b>					
<b>Dotação final 2013 (A)</b>		17.592.488,00	-	-	-
<b>Dotação final 2012(B)</b>		16.151.272,00			
<b>Variação (A/B-1)*100</b>		8,92			

**4.1.1.1 Análise Crítica**

No Grupo de Despesas Correntes, o crédito previsto não foi suficiente para atender as despesas de pessoal e encargos sociais (GD-01), onde créditos suplementares foram necessários para as despesas adicionais oriundas do aumento salarial e contratos temporários. No caso das despesas relativas à outras despesas correntes (GD-03), o Centro teve um acréscimo orçamentário de 23,51%, que se mostrou suficiente para o funcionamento. Contudo, cabe salientar que com a entrada em

operação efetiva das unidades descentralizadas, acreditamos que ocorrerá uma demanda superior no exercício de 2014.

O orçamento para investimentos aumentou 8,92% no exercício, mostrando que o investimento foi compatível com o custo crescente de infraestrutura, especialmente focada nos laboratórios dos cursos de engenharias e computação.

#### 4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Os Quadros A.4.1.2.1 e A.4.1.2.2, denominados **Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa** e **Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa**, respectivamente, compreendem o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de Unidade Gestora - UG não associada à Unidade Jurisdicional - UJ, ou seja, UG relacionada a UJ que não compõe o Relatório de Gestão.

**QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA**

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos		153010	28846090100050000	545.928,00		
Recebidos		153010	28846090100G50001	64.917,00		
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

**QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA**

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	80009	153010	28846090100050033	49.038,00		
Recebidos	90034	153010	28846090100050033	496.890,00		
Recebidos	90034	153010	28846090100G50001	64.917,00		
Recebidos	153062	153010	12364203220RK0031	427,36		
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Concedidos						
Recebidos						

---

### 4.1.3 Realização da Despesa

---

As informações sobre a realização da despesa são prestadas de acordo com a origem do crédito, se originários ou recebidos por movimentação externa ou interna.

---

#### 4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

---

O **Quadro A.4.1.3.1**, abaixo, denominado Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ – Total, foi preenchido levando em consideração a totalidade dos recursos da Unidade Orçamentária (UO).

O quadro contempla duas (2) colunas com informações sobre a Despesa Liquidada e a Despesa Paga. Cada uma delas dividida nos exercícios 2013 e 2012. Com relação as linhas, elas discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. Os grupos totalizadores são: “Licitação”, onde encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso, a Consulta e o Regime Diferenciado de Contratações públicas; “Contratações Diretas”, onde estão a Inexigibilidade e a Dispensa; “Regime de Execução Especial”, onde está o Suprimento de Fundo; “Pagamento de Pessoal”, onde apresenta-se o pagamento de Pessoal por meio de Folha de Pagamento ou de Diárias; e “Outros”, em que foram consideradas as despesas que não se enquadraram nos itens anteriores.

**QUADRO A.4.1.3.1.– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL**

Unidade Orçamentária:CEFET/R	Código UO:26256		UGO:153010	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>10.558.192,30</b>	<b>8.588.947,32</b>	<b>9.037.736,14</b>	<b>8.096.835,96</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços	43.334,00		452,52	
c) Concorrência				
d) Pregão	10.514.858,30	8.588.947,32	9.037.283,62	8.096.835,96
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>3.526.489,97</b>	<b>3.274.016,61</b>	<b>2.966.507,84</b>	<b>3.260.093,88</b>
h) Dispensa	2.203.628,09	933.860,60	1.966.068,35	919.937,87
i) Inexigibilidade	1.322.861,88	2.340.156,01	1.000.439,49	2.340.156,01
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>169.877.679,07</b>	<b>166.241.692,36</b>	<b>169.877.679,07</b>	<b>166.210.308,13</b>
k) Pagamento em Folha	169.355.373,30	165.787.047,66	169.355.373,30	165.787.047,66
l) Diárias	522.305,77	454.644,70	522.305,77	423.260,47
<b>5. Outros</b>	<b>22.827.999,54</b>	<b>7.445.289,27</b>	<b>22.725.945,40</b>	<b>7.445.091,27</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>206.790.360,88</b>	<b>185.549.945,56</b>	<b>204.607.868,45</b>	<b>185.012.329,24</b>

**4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ**

Não se aplica a este Centro.

**4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total**

O Quadro A.4.1.3.3 abaixo, denominado **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**, dispõe sobre a totalidade dos recursos consignados à UO, contém quatro colunas com os seguintes campos: **Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos**. Cada coluna está dividida nos exercícios 2013 e 2012. Quanto às linhas, elas discriminam as despesas pelos três (3) grupos da Despesa Corrente, quais sejam: 1 – Despesas de Pessoal; 2 - Juros e Encargos da Dívida; 3 - Outras Despesas Correntes. Cada grupo de despesa apresenta **os três elementos de maior montante empenhado em 2013 discriminados em ordem decrescente desse montante**, enquanto o quarto elemento totalizador, “Demais elementos do grupo”, acumula todos os demais elementos de despesa do grupo.

**QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL**

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
11 - vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	90.396.784,61	83.423.571,95	90.396.784,61	83.423.571,95			90.396.784,61	83.423.571,95
01 - Aposentadoria RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR. Militar	52.522.413,28	44.445.250,12	52.522.413,28	44.445.250,12			52.522.413,28	44.445.250,12
13 - Obrigações patronais	19.193.617,44	17.006.150,15	19.193.617,44	17.006.150,15			19.114.463,30	17.006.150,15
Demais elementos do grupo	17.737.376,60	22.566.568,40	17.737.376,60	22.566.568,40			17.737.376,60	22.566.568,40
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
37 - Locação de mão de obra	7.614.210,20	6.848.904,06	6.078.951,30	5.102.056,72	1.535.258,90	1.746.847,34	5.651.230,15	4.996.600,60
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	7.411.809,79	8.052.565,73	5.077.779,44	4.410.156,75	2.334.030,35	3.642.408,98	4.569.635,70	4.251.470,60
46 - Auxílio-alimentação	4.545.817,42	3.745.032,41	4.545.817,42	3.745.032,41			4.545.817,42	3.745.032,41
Demais elementos do grupo	12719002,69	8574595,37	9977535,04	7302282,69	2741467,65	1272312,68	9858425,64	7226423,18

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. Investimentos</b>								
52 - Equipamento e material permanente	11.141.126,97	8.279.559,8	1.234.703,05	432.253,74	9.906.423,92	7.847.306,14	186.339,05	265.729,67
51 - Obras e instalações	1.557.654,08				1.557.654,08			
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	80.587,65	379.356,88	24.888,75	63.732,16	55.698,9	315.624,72	24.888,75	63.732,16
Demais elementos do grupo	493,98	21.800,00	493,98	21.800,00			493,98	21.800,00
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

---

#### 4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

---

Não se aplica a este Centro.

---

#### 4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

---

A descrição dos campos do quadro a seguir tem como referência as mesmas descrições do **Quadro A.4.1.3.1.**



**QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>43.735,24</b>	<b>118.567,84</b>	<b>43.735,24</b>	<b>35.999,15</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	43.735,24	118.567,84	43.735,24	35.999,15
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>6.420,00</b>	<b>16.709,20</b>	<b>5.920,00</b>	<b>7.430,00</b>
h) Dispensa	6.420,00	16.709,20	5.920,00	7.430,00
i) Inexigibilidade				
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>35.575,54</b>	<b>58.909,29</b>	<b>35.575,54</b>	<b>-</b>
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	35.575,54	58.909,29	35.575,54	-
<b>5. Outros</b>	<b>427,36</b>		<b>427,36</b>	<b>92.164,99</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>86.158,14</b>	<b>194.186,33</b>	<b>85.658,14</b>	<b>135.594,14</b>

**4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**

A descrição dos campos do quadro a seguir tem como referência as mesmas descrições do Quadro A.4.1.3.3.

**QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO**

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	de	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. Despesas Pessoal</b>	<b>de</b>								
Nome	1º elemento de despesa								
	2º elemento de despesa								
	3º elemento de despesa								
	Demais elementos do grupo								
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>da</b>								
	1º elemento de despesa								
	2º elemento de despesa								
	3º elemento de despesa								
	Demais								

elementos do grupo									
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>									
33 - Passagens e despesas com locomoção	69.229,23	66.893,64	43.735,24	62.687,84	25.493,99	4.205,80	43.735,24	57.621,51	
14 - diárias civil	18.715,94	29.090,47	18.715,94	29.090,47			18.715,94	28.897,19	
36 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Física	18.860,60	33.197,80	18.860,60	33.197,80			18.860,60	33.197,80	
Demais elementos do grupo	7.650,00	38.925,00	6.420,00	37.500,00	1.230,00	1.425,00	5.920,00	37.500,00	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>									
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>		
<b>4. Investimentos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	
52 - Equipamento e material permanente	387.322,36	1.588.289,58		65.159,20	387.322,36	1.523.130,38			
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo		1.163.377,70				1.163.377,70			
<b>5. Inversões Financeiras</b>									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
<b>6. Amortização da Dívida</b>									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									

#### 4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

O principal fato que pode ser observado é o volume de restos a pagar não processados que foram inscritos em 2013. Esta inscrição, como em 2012, ocorreu principalmente por causa da mudança do calendário acadêmico ocasionada pela greve de 2012.

### 4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não ocorreu reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

#### 4.2.1 Análise Crítica

Não se aplica.

### 4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

O **Quadro A.4.3** abaixo contempla o montante de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, vigentes em 2013, os respectivos valores cancelados e pagos no decorrer do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo apurado no dia 31/12/2013, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm basicamente a mesma estrutura de informação, salvo a coluna de valores liquidados preenchida em relação aos restos a pagar não processados.

**QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 576.944,66	R\$ 550.050,80	(R\$ 198,00)	R\$ 26.695,86
2011	R\$ 17.681,69	R\$ 1.349,63		R\$ 16.332,06
2006	R\$ 48.622,36			R\$ 48.622,36
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 17.902.638,74	R\$ 13.635.563,41	(R\$ 93.976,81)	R\$ 4.173.098,52
2011	R\$ 2.534.038,37	R\$ 314.588,65	(R\$ 930.524,00)	R\$ 1.288.925,72
...				

#### 4.3.1 Análise Crítica

Nos últimos anos, por motivos diversos, tivemos a execução orçamentária concentrada no final do exercício, o que gera um grande montante de inscrições em restos a pagar.

#### 4.4 Transferências de Recursos

O presente item trata de informações sobre as transferências realizadas pela Unidade Jurisdicionada, no exercício de referência de 2013, mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições, de modo a permitir a avaliação das ações de controle e acompanhamento efetuadas pela UJ sobre essas modalidades de transferências financeiras a terceiros.

##### 4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

O **Quadro A.4.4.1** contempla os valores das transferências vigentes no exercício de referência de 2013.

##### QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: FNDE									
CNPJ: 00.378.257/0001-81					UG/GESTÃO: 153173				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
03	23034.00059/2013-39	DIREX	227.820,00	-	227.820,00	-	03	12	1
03	17558-13	Cood. Seg Trag	353.960,40	-	353.960,40	-	03	12	1

**LEGENDA**

<b>Modalidade:</b>	1 - Convênio	<b>Situação da Transferência:</b>	1 - Adimplente
	2 - Contrato de Repasse		2 - Inadimplente
	3 - Termo de Cooperação		3 - Inadimplência Suspensa
	4 - Termo de Compromisso		4 - Concluído
			5 - Excluído
			6 - Rescindido
			7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: CAPES									
CNPJ: 00.889.834/0001-08					UG/GESTÃO: 154003				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
03	887/13	DIPPG	387.800,00	-	387.800,00	-	10	12	1

**LEGENDA**

<b>Modalidade:</b>	1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso	<b>Situação da Transferência:</b>	1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado
<b>Fonte: SIAFI</b>			

#### 4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

O Quadro A.4.4.2 abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2013, 2012 e 2011. O valores apresentados referem-se à totalidade e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

**QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação - FNDE					
<b>CNPJ:</b>	00.378.257/0001-81					
<b>UG/GESTÃO:</b>	153173					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	02	02	02	5.042,72	5.042,72	1792,72
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>5.042,72</b>	<b>5.042,72</b>	<b>1792,72</b>

Fonte: SIAFI

**QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico - FINEP					
<b>CNPJ:</b>	08.804.832/0001-72					
<b>UG/GESTÃO:</b>	240901					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	02	02	02	11.659,82	11.659,82	188.558,62
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>11.659,82</b>	<b>11.659,82</b>	<b>188.558,62</b>

Fonte: SIAFI

**QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal - CAPES					
<b>CNPJ:</b>	00.889.834/0001-08					
<b>UG/GESTÃO:</b>	154003					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	02	02	02	541.310,47	581.247,72	483.998,50
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>541.310,47</b>	<b>581.247,72</b>	<b>483.998,50</b>

Fonte: SIAFI

**QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Secretaria de Educação Tecnológica SETEC					
<b>CNPJ:</b>	00.394.445/0532-13					
<b>UG/GESTÃO:</b>	153016					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	01	01	03	48.212,69	100.671,50	513.267,60
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>48.212,69</b>	<b>100.671,50</b>	<b>513.267,60</b>

Fonte: SIAFI

**QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Secretaria de Educação Superior SESU					
<b>CNPJ:</b>	00.394.445/0074-59					
<b>UG/GESTÃO:</b>	150011					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação			01			1635,00
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>			<b>01</b>			<b>1635,00</b>

Fonte: SIAFI

**QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Coordenação Geral de Sup. A Gestão Orçamentária - SPO					
<b>CNPJ:</b>	00.394.445/0003-65					
<b>UG/GESTÃO:</b>	152734					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	01	01		1.016.695,91	2.382.486,60	
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	01	01		1.016.695,91	2.382.486,60	

Fonte: SIAFI

**QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa INEP					
<b>CNPJ:</b>	01.678.363/0001-43					
<b>UG/GESTÃO:</b>	153978					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	01	01		65.146,16	65.146,16	
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	01	01		65.146,16	65.146,16	

Fonte: SIAFI

---

**4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse**


---

O **Quadro A.4.4.3** abaixo demonstra a quantidade de instrumentos de convênio, de termo de cooperação e de contrato de repasse, assim como os respectivos montantes repassados, segmentados por ano em que foram prestadas as contas, de forma a evidenciar o perfil da prestação de contas das transferências sob essas modalidades.

**QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS  
CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.** Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO					
CNPJ: 08.804.832/0001-72.		UG/GESTÃO:240901/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade		01	
		Montante Repassado		342.190	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIAFI  
OBS: A prestação de contas enviada ao órgão, restando a baixa pelo mesmo, tendo em vista o envio dos documentos solicitados.

#### 4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não houve contrato de repasse nem convênios nos exercícios.

#### 4.4.5 Análise Crítica

Devido ao grande número de aposentadorias, redistribuições e vacâncias no quadro de servidores técnico administrativos aliado a falta de disponibilização de vagas pelo MEC, esta UJ se viu impossibilitada de acompanhar de forma próxima as prestações de contas dos termos de cooperação.

#### 4.5 Suprimento de Fundos

Não se aplica ao CEFET/RJ.



---

## **4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ**

---

Não se aplica ao CEFET/RJ.

**5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.****5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade**

O perfil do quadro de servidores ativos do Centro é apresentado nos quadros a seguir.

**5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada**

Os Quadros A.5.1.1.1 e A.5.1.1.2, a seguir, visam a demonstrar a força de trabalho do Centro por meio da lotação, e das situações que reduzem a força de trabalho da unidade.

**5.1.1.1 Lotação**

O Quadro a seguir visa a demonstrar a força de trabalho do CEFET/RJ, registrando os ingressos e egressos no exercício, e refletindo a situação apurada em 31/12 do exercício de 2013.

**QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>		<b>1029</b>	<b>23</b>	<b>39</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos		-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		1029	23	39
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1025	21	39
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		03	02	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		01	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		<b>90</b>	<b>29</b>	<b>36</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		-	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		<b>1119</b>	<b>52</b>	<b>75</b>

Fonte: DRH

**5.1.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada**

O Quadro A.5.1.1.2, abaixo, visa a demonstrar as situações que reduzem a força de trabalho da UJ, normalmente situações que caracterizam a ausência momentânea do servidor, conforme previsões legais.

**QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>03</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	02
1.2. Exercício de Função de Confiança	01
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	00
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>18</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	00
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	03
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	00
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	15
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>09</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	01
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	00
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	00
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	00
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	08
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>06</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	00
4.2. Capacitação	06
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>04</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	01
5.2. Serviço Militar	00
5.3. Atividade Política	00
5.4. Interesses Particulares	03
5.5. Mandato Classista	00
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>00</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>40</b>

Fonte DRH

---

## 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

---

Os quadros abaixo têm por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas, bem como a qualificação do pessoal por idade e por escolaridade do CEFET/RJ.

---

### 5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

---

O quadro a seguir identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas do CEFET/RJ.

**QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>43</b>	<b>43</b>		
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	41	41	13	13
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	01	01	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	01	01	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>164</b>	<b>147</b>	<b>39</b>	<b>40</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	164	147	39	40
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>207</b>	<b>190</b>	<b>52</b>	<b>53</b>

Fonte: DRH

---

**5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade**

---

O Quadro A.5.1.2.2, a seguir, apresenta o perfil etário do quadro de pessoal ativo do CEFET/RJ.

**QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>116</b>	<b>270</b>	<b>175</b>	<b>275</b>	<b>91</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	92	229	163	263	90
1.3. Servidores com Contratos Temporários	24	41	12	12	01
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>18</b>	<b>46</b>	<b>54</b>	<b>52</b>	<b>20</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	07	17	14	05
2.3. Funções Gratificadas	18	39	37	38	15
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>134</b>	<b>316</b>	<b>229</b>	<b>327</b>	<b>111</b>

Fonte: DRH

---

**5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade**

---

O Quadro A.5.1.2.3 a seguir visa a demonstrar o perfil de escolaridade do quadro de pessoal ativo do CEFET/RJ.

**QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	34	17	72	100	215	336	153
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	34	17	72	83	202	289	140
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	17	13	47	13
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	02	02	19	19	51	54	43
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	04	07	11	10	11
2.3. Funções Gratificadas	-	-	02	02	15	12	40	44	32
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	36	19	91	119	266	390	196

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: DRH

### 5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

A composição do quadro de custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada está demonstrada por meio do **Quadro A.5.1.3** a seguir, onde estão discriminadas as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de referência deste relatório e aos dois imediatamente anteriores.

**QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES**

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retrocessões	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>										
Exercícios	2013	47.270.724,87	40.673.986,48	1.535.723,24	120.263,27	8.233.815,55	916.350,02			98.750.863,43
	2012	42.285.768,00	303.303,00	11.895.222,00	119.165,00	1.271.363,00	44.471.886,00	644.605,00	4378.72800	105.370.043,00
	2011	29.990.513,00		9.236.106,00		1.206.705,00	4.453.617,00	40.757.544,00		85.644.485,00
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>										
Exercícios	2013	3.717.522,92	467.810,34			327.225,30				4.512.558,56
	2012	1.294.828,00	134.712,00							1.429.540,00
	2011	218.439,00	18.628,00							237.067,00
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>										
Exercícios	2013		25.650.459,24							25.650.459,24
	2012		22.760.815,00							22.760.815,00

	2011	1.424.963	27.781.102,00				211.608,00				29.417.673,00
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013		1.616.131,21								1.616.131,21
	2012		1.858.442,00								1.858.442,00
	2011	4.705.693	1.779.409,00				698.799,00				7.183.901,00

Fonte: SIAFI

## 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

As informações sobre o Quadro de Servidores Inativos são apresentadas nos dois quadros a seguir: o primeiro compreende a composição do quadro de servidores inativos; o segundo a composição do quadro dos instituidores de pensão.

### 5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

O **Quadro A.5.1.4.1** abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo, compreende uma planilha onde, na primeira coluna, são discriminados dois (2) regimes de proventos, subdivididos em quatro (4) regimes de aposentadoria, cada um, enquanto as duas (2) colunas restantes informam sobre o quantitativo dos servidores na UJ e o número de aposentadorias ocorridas no exercício de referência, de acordo com os regimes de proventos e de aposentadoria.

**QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>588</b>	<b>25</b>
1.1 Voluntária	483	25
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	105	-
1.4 Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>	<b>109</b>	<b>05</b>
2.1 Voluntária	29	-
2.2 Compulsória	36	03
2.3 Invalidez Permanente	44	02
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>697</b>	<b>30</b>

Fonte: DRH

### 5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

O **Quadro A.5.1.4.2** abaixo corresponde ao segundo demonstrativo e compreende uma planilha onde, nas linhas, são discriminados os regimes de proventos originários do instituidor de pensão, enquanto, nas colunas, são informados os quantitativos dos beneficiários de acordo com cada regime de proventos.

**QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>252</b>	<b>13</b>
1.1. Integral	228	13
1.2. Proporcional	24	-
<b>2. Em Atividade</b>	<b>31</b>	<b>3</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>283</b>	<b>16</b>

Fonte: DRH

---

### 5.1.5 Cadastramento no Sisac

---

Tendo em vista que a unidade jurisdicionada tem sob sua responsabilidade as atividades de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, atos sujeitos ao registro do Tribunal de Contas da União nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal e da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, a seguir encontram-se os quadros com as informações relativas ao cadastramento de atos no Sisac.

---

#### 5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

---

O **Quadro A.5.1.5.1** apresenta a quantidade dos atos ocorridos no exercício de referência do relatório de gestão e no exercício anterior e a quantidade de atos efetivamente cadastrada no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC, de forma a demonstrar a conformidade da gestão dos atos de pessoal da UJ com o art. 2º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

**QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Admissão</b>	41	74	41	74
<b>Concessão de aposentadoria</b>	32	30	29	30
<b>Concessão de pensão civil</b>	15	12	15	12
<b>Concessão de pensão especial a ex-combatente</b>	-	-	-	-
<b>Concessão de reforma</b>	-	-	-	-
<b>Concessão de pensão militar</b>	-	-	-	-
<b>Alteração do fundamento legal de ato concessório</b>	0	5	0	5
<b>Totais</b>	<b>88</b>	<b>121</b>	<b>85</b>	<b>121</b>

---

#### 5.1.5.2 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

---

O **Quadro A.5.1.5.2** a seguir apresenta a quantidade dos atos sujeitos à comunicação ao TCU ocorrido no exercício de referência do relatório de gestão e no exercício anterior e a quantidade de

atos efetivamente cadastrada no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC.

**QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	39	09	39	09
<b>Cancelamento de concessão</b>	-	-	-	-
<b>Cancelamento de desligamento</b>	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>39</b>	<b>09</b>	<b>39</b>	<b>09</b>

### 5.1.5.3 Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

O **Quadro A.5.1.5.3** a seguir apresenta a regularidade, em relação ao prazo estabelecido no art. 7º da IN TCU nº 55/2007, do cadastramento no SISAC dos atos de pessoal sujeitos a registro e comunicação ao TCU.

**QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Admissão</b>		41		
<b>Concessão de aposentadoria</b>		29		
<b>Concessão de pensão civil</b>		15		
<b>Concessão de pensão especial a ex-combatente</b>				
<b>Concessão de reforma</b>				
<b>Concessão de pensão militar</b>				
<b>Alteração do fundamento legal de ato concessório</b>				5
<b>Total</b>		<b>85</b>		
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Desligamento</b>		39		
<b>Cancelamento de concessão</b>				
<b>Cancelamento de desligamento</b>				
<b>Total</b>		<b>39</b>		

### 5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Não ocorreram atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico.



---

### **5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

---

No momento da investidura do servidor é verificada a documentação pertinente para verificar se existe algum impeditivo relacionado com o acúmulo. Neste momento, o servidor é informado sobre a situação. No decorrer da vida funcional do servidor, no caso de alguma sinalização oriunda dos órgãos de controle interno e externo, processo administrativo é aberto para apuração do ocorrido.

---

### **5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

---

A Instituição recebeu questionamento da CGU por meio da Solicitação de Auditoria nº 201313630/002, datada de 22/10/2013, onde constava lista de servidores para que fosse verificado o enquadramento funcional em regime de dedicação exclusiva, devido a indícios de violação de dedicação exclusiva.

Após consulta feita a CGU, através do Ofício nº 1172/2013/DIREG, a Instituição foi orientada a instruir os processos e a abrir, aos servidores indicados, o direito a ampla defesa e ao contraditório.

---

### **5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**

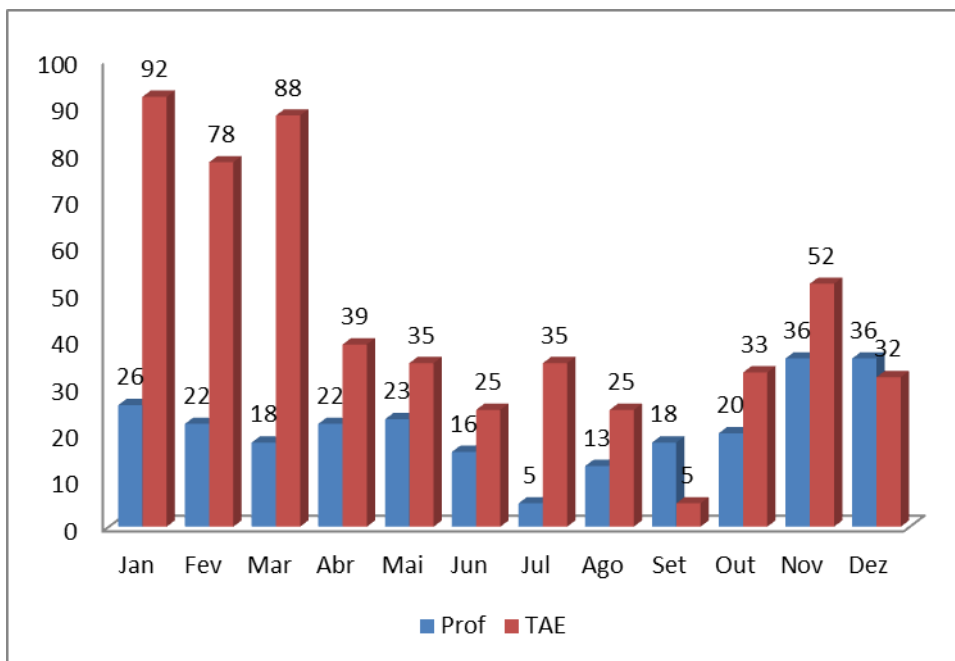
---

O Centro monitora os indicadores apresentados a seguir, com os seguintes objetivos precípuos:

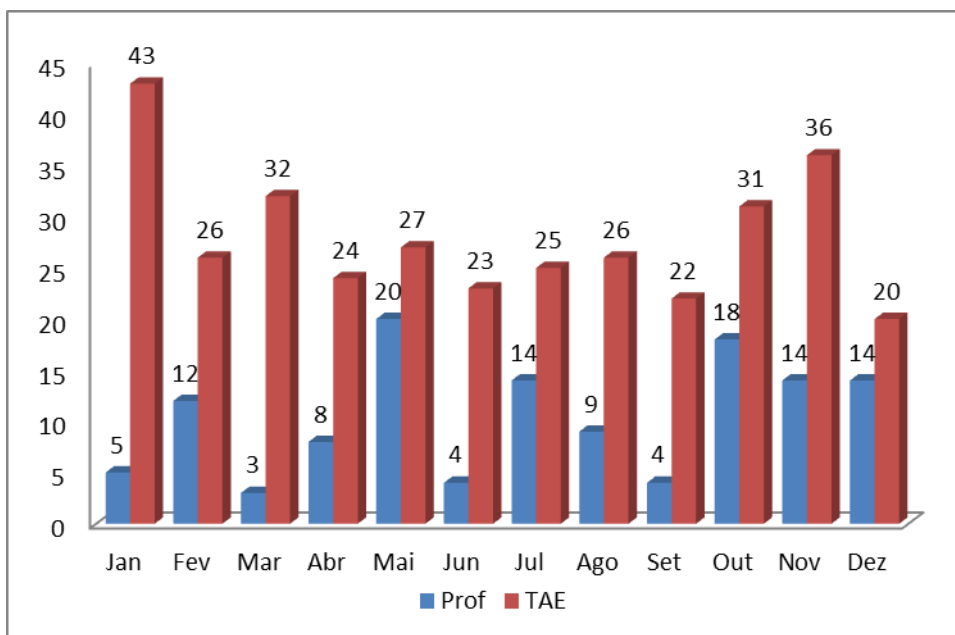
- Avaliação e definição da força de trabalho lotada no serviço de saúde;
- Avaliação geral do estado de saúde e bem estar dos servidores;
- Identificação proativa de surtos epidêmicos da força de trabalho.

Para tais indicadores não a metas específicas fixadas.

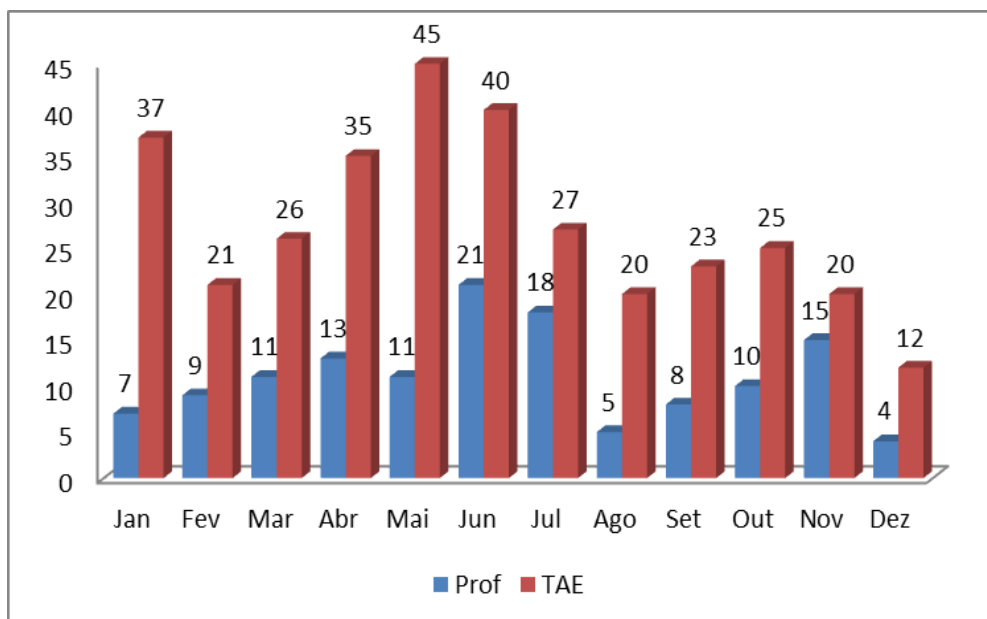
Os gráficos abaixo apresentam o registro de atendimentos feitos pela Divisão de Atenção à Saúde e Perícia no período do exercício de 2013. Durante o período, foram registrados 2.439 atendimentos, sendo 794 médicos, 460 de enfermagem, 463 odontológicos, 64 psicológicos e 658 pela assistente social.



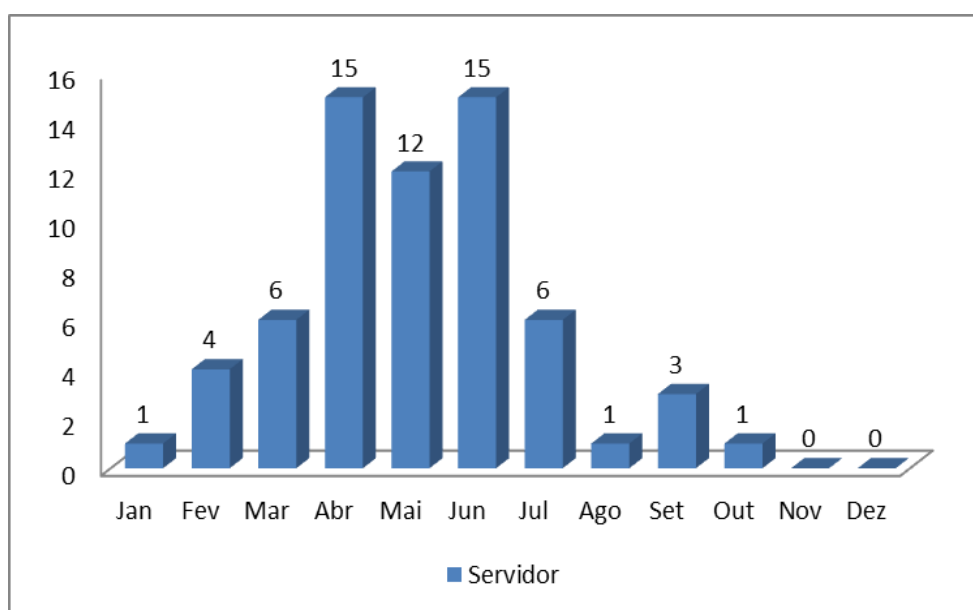
**Gráfico 1:** Distribuição mensal dos atendimentos médico feito no ano de 2013.



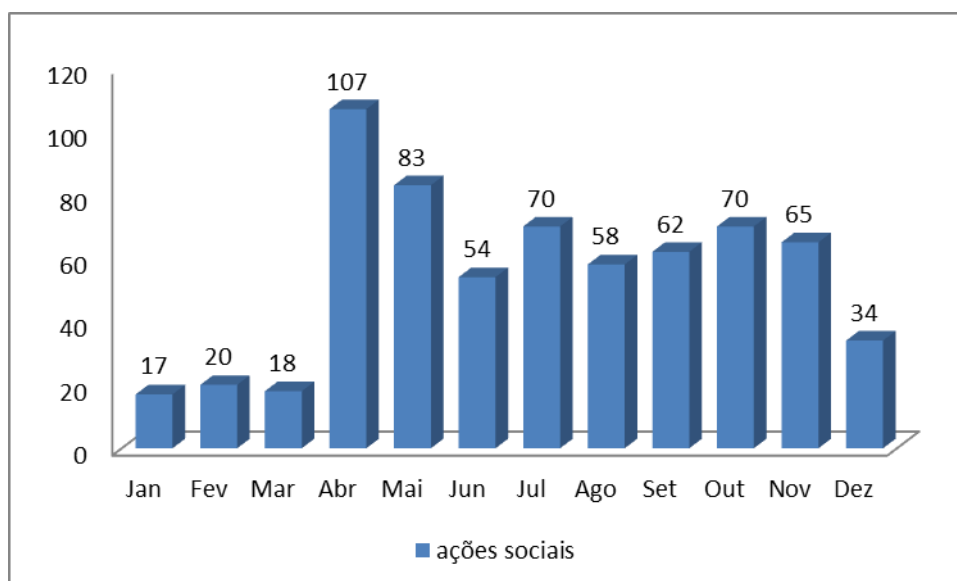
**Gráfico 2:** Distribuição mensal dos atendimentos de enfermagem feito no ano de 2013.



**Gráfico 3:** Distribuição mensal dos atendimentos odontológicos feitos no ano de 2013



**Gráfico 4:** Distribuição mensal dos atendimentos psicológicos feitos no ano 2013.



**Gráfico 5:** Distribuição mensal dos atendimentos psicológicos feitos no ano de 2013.

---

## **5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários**

---

As informações relativas a terceirização de mão de obra no âmbito do CEFET-RJ são tratadas nos **Quadros A.5.2.3** e **A.5.2.4**, que apresentam informações relativas aos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva das unidades e locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão.

---

### **5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão**

---

O CEFET/RJ não apresenta funcionários terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade.

---

### **5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados**

---

O **Quadro A.5.2.2** não se aplica ao CEFET/RJ.

---

### **5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada**

---

O **Quadro A.5.2.3** abaixo, correspondente ao quarto demonstrativo, compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2013, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2013, mesmo que não efetivados no exercício.

**QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA**

Unidade Contratante													
Nome: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca													
UG/Gestão: 153010 / 15244							CNPJ: 42.441.758.0001-5						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2011	V	O	102/2011	08.471.527/0001-06	16/11/11	16/11/14			8	8			P
2012	L	O	66/2012	10.213.136/0001-33	19/10/12	19/10/14	6	6					A
2010	L	O	197/2010	10.333.675/0001-06.	29/11/10	03/05/14	20	20					P
2009	V	O	36/2009	05.234.289/0001-27.	05/08/09	29/07/14			44	44			P
2012	L	O	62/2012	35.653.880/0001-80	03/10/12	18/12/13	42	42					A
2012	L	O	64/2012	07.847.564/0001-03	05/10/12	05/04/14	13	13					A
2012	L	O	63/2012	11.683.755/0001-54	05/10/12	05/12/13	4	4					A
2012	L	O	68/2012	03.383.287/0001-74	05/11/12	05/11/14	7	7					A
2008	V	O	79/2008	02.841.990/0001-16.	23/10/08	23/10/14			8	8			E
2012	V	O	82/2012	08.471.527/0001-06.	26/10/12	26/10/14			8	8			A
2008	L	O	201/2008	68.582.709/0001-86	02/02/09	02/02/14	5	5					P
2012	L	O	67/2012	02.540.754/0001-60	25/10/12	25/10/13	5	5					A
2012	V	O	81/2012	08.471.527/0001-06.	26/10/12	26/10/14			8	8			A
2011	V	O	103/2011	08.471.527/0001-06	10/11/11	10/11/14			8	8			P
2012	L	O	69/2012	02.540.754/0001-60	25/10/12	25/12/13	4	4					A
2012	L	O	65/2012	03.383.287.0001-74	05/11/12	05/11/14	4	4					A
2011	V	O	101/2011	01.301.890.0001-34	25/11/11	25/11/14			12	12			P
2011	V	O	102/2011	08.471.527/0001-06	16/11/11	16/11/14			8	8			P

**Observações:**  
**Dados do Sistema CEFET/RJ**

**LEGENDA**  
**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: DIRAP/DEPAD/COMPASNET

**5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão**

O **Quadro A.5.2.4** abaixo, correspondente ao quinto demonstrativo, compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em vigência no exercício de 2013, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2013, mesmo que não efetivados no exercício. Excetuam-se deste quadro os contratos relativos à Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, que devem ser tratados no **Quadro A.5.2.3** anterior.

### QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca														
UG/Gestão: 153010 / 15244							CNPJ: 42.441.758.0001-5							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	5	O	186/2010	10.476.565/0001-01	11/11/10	11/11/13			20	20				P
2013	5	O	97/2013	13.185.303/0001-78	12/11/13	12/11/14			27	27				P
2012	9	O	11/2012	12.506.982/0001-77	08/02/12	15/01/14	39	34	1	6				P
2010	12	O	176/2010	11.395.635/0001-51	06/12/10	06/12/14			2	2				P
Observações: Sistema CEFET/RJ														
<b>LEGENDA</b>							<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							
<b>Área:</b> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras														

Fonte: DIRAP/DEPAD/COMPASNET

#### 5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

O contrato de manutenção predial para todo o Sistema CEFET/RJ apresentou diversos problemas culminando com a aplicação de penalidade de multa e vedação de licitar e contratar com o Centro da empresa em questão. O mesmo fato se deu em relação à empresa responsável pela limpeza interna da unidade Sede (Maracanã).

A melhora nos controles internos do Centro se deu pela implementação do Departamento de Serviços Contínuos (DESCO) o qual passou a assistir no monitoramento dos contratos.

#### 5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Este item não se aplica ao CEFET/RJ, pois o Centro não apresenta estagiários remunerados.

## 6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

### 6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

O CEFET/RJ constituiu a sua frota de veículos com base na Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, e na Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.

Tendo em vista que o Centro tem distribuição geográfica em 8 localidades no Estado do Rio de Janeiro, a frota de veículos é de fundamental importância para a concretização dos macroprocessos finalísticos e de suporte. Sua utilização passa por todas as necessidades logísticas da administração, além de fornecer suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente a frota é composta de 26 veículos, sendo dois de transporte institucional e 24 para logística e transporte comum. Os veículos de transporte institucional totalizaram no exercício uma utilização de 8.001 km e os de transporte comum totalizaram 147.679 km.

A frota de transporte institucional tem uma idade média de quatro anos (ano de fabricação 2010) e a de transporte comum apresenta idade média de dez anos (ano fabricação 2004). Quanto ao custo anual de manutenção da frota, este é em média R\$ 94.677,74 e o Centro começou um processo de reavaliar o modelo de composição da frota e a política de gestão. Esse trabalho tem por objetivo reavaliar os custos de manutenção da frota, comparando as possibilidades de compra *versus* locação e registro de preços para manutenção *versus* contrato de manutenção.

O Centro apresenta rotinas de escrituração das solicitações de uso da frota, além da escrituração do uso efetivo da frota. Esta escrituração é feita com base em planilhas, como determinado pela Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, e seus anexos, que também dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências relativas à:

- Classificação, utilização e caracterização dos veículos oficiais;
- Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial;
- Ficha Cadastro de Veículo Oficial;
- Plano Anual Para Aquisição de Veículos - PAAV;
- Especificações para identificação dos veículos de transporte institucional;
- Especificações para identificação dos veículos de serviços comuns;
- Especificações para identificação dos veículos oficiais em contrato de serviço de transporte;
- Termo de Vistoria;
- Termo de Cessão/Doação; e
- Quadro Demonstrativo de Veículos Alienados.

Além dos veículos próprios, o Centro apresentou ainda, um contrato com a EMPRESA SOLAZER TRANSPORTES E TURISMO LTDA, com sede na Rua Laudelino Gato, nº 100 - Centro, Belford Roxo/RJ, Cep: 26100-000, telefax (21) 2786-8000 / 2786-8010, inscrita no CNPJ sob o nº 29.108.107/0001-30, no qual o serviço contratado consistiu em locação de ônibus executivo com

capacidade mínima de 46 (quarenta e seis) passageiros, equipados com poltronas acolchoadas e reclináveis, ar condicionado, TV e vídeo, frigobar, sanitário; com aprovação do sistema de qualidade TTA e seguro contra acidentes.

Neste contrato, o Centro somente pagou por quilômetro efetivamente rodado, tendo a sua previsão de utilização apenas nos casos em que a frota própria não fosse adequada para a prestação do serviço. Durante o exercício em questão, a locação foi utilizada nos seguintes casos: visitas técnicas, previstas no planejamento pedagógico dos cursos; e transporte de turmas para visitas externas, em atividade puramente acadêmica. Todo o uso foi registrado em documentação própria.

---

## 6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

---

As informações referentes ao CEFET-RJ encontram-se organizadas nos quadros: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União e Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.

---

### 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

---

O Quadro A.6.2.1 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2012 e 2011, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

**QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1 – RJ	3	3
	Rio de Janeiro	2	2
	Nova Iguaçu	1	1
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: DEPAD

---

### 6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

---

O Quadro A.6.2.2 a seguir, denominado **Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional** contempla os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de 2013. Nesse quadro estão relacionados todos os imóveis,



exceto funcional, que, no final do exercício de referência 2013, estavam sob a responsabilidade do CEFET/RJ.

**QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
153010	6001.02717.500-7	21	3	84.977.124,00	01/02/13	108.188.770,80		
153010	6001.02075.500-8	10	3	9.378.061,63	25/02/13	15.791.248,62		
153010	5869.00029.500-6	21	3	14.694.562,50	25/02/13	15.151.417,50		
<b>Total</b>								
<b>Fonte: SPIUNET/SIAFI</b>								

**Legenda:**

**Regime:** É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

- |                                    |                                    |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura                    | 12 – Em regularização – Outros     |
| 2 – Arrendamento                   | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido)          |
| 4 – Cessão – Outros                | 15 – Imóvel Funcional              |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados  | 16 – Irregular – Cessão            |
| 6 – Cessão Onerosa                 | 17 – Irregular – Entrega           |
| 7 – Comodato                       | 18 – Irregular – Outros            |
| 8 – Disponível para Alienação      | 20 – Locação para Terceiros        |
| 9 – Em processo de Alienação       | 21 – Uso em Serviço Público        |
| 10 – Em regularização – Cessão     | 22 – Usufruto Indígena             |
| 11 – Em regularização – Entrega    | 23 – Vago para Uso                 |

**Estado de Conservação:** Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- |               |                                 |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo      | 5 – Reparos Importantes         |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim                        |
| 3 – Bom       | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular   | 8 – Sem Valor                   |

**Análise Crítica:** Os valores dos gastos com manutenção do RIP 6001.02717.500-7 englobam todas as unidades, pois temos um contrato de manutenção que é utilizado por todos os imóveis.

---

**6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União Sob Responsabilidade da UJ**

---

O CEFET/RJ não apresentou bens imóveis funcionais de propriedade da União sob sua responsabilidade no exercício referente ao relatório de gestão.

---

### **6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros**

---

O CEFET/RJ não apresentou bens imóveis locados de terceiros no exercício referente ao relatório de gestão.

**7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.**
**7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)**

O Quadro A.7.1 a seguir, denominado **Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada**, apresenta a estrutura de governança corporativa e de TI do Centro. O Quadro está subdividido em 9 (nove) blocos de questões nas quais foi escolhida a opção que melhor representa a realidade do CEFET/RJ. No bloco de questões de 1 a 6, foi assinalado com um “X” as opções verdadeiras. Na questão 7, foi usada a seguinte escala para responder:

- (1) **nunca**: significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **às vezes**: significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ.
- (3) **usualmente**: significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência.
- (4) **sempre**: significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

**QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA**

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.

	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(2) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
X	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Em relação ao e-Gov e a Carta de Serviços ao Cidadão, esta autarquia não apresenta dados relacionados às Bases Oficiais registradas no <a href="http://catalogo.governoeletronico.gov.br">http://catalogo.governoeletronico.gov.br</a> .	

### 7.1.1 Análise Crítica

Em setembro de 2012, a Direção-Geral, através da Portaria nº 664, de 06 de setembro de 2012, instituiu o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI). Em 2013 o CETI se reuniu e criou uma comissão *Ad hoc* para produzir e apresentar o Plano de Desenvolvimento de Tecnologia

da Informação (PDTI). O documento foi plenamente produzido e encontra-se em fase de aprovação no CETI.

**8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**
**8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

O **Quadro A.8.1** apresenta o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, especialmente no que diz respeito a licitações sustentáveis.

**QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).					X
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).		X			
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do	X				

Decreto 7.746/2012.					
· Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.			X		
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

O Centro aderiu ao programa Projeto Esplanada Sustentável – PES no exercício de 2013. Internamente foi efetuado um convênio com a fornecedora de energia elétrica da sede para a instalação de painéis solares com o intuito de gerar a energia necessária para a iluminação das áreas externas.

**QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA**

Valores em R\$  
1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão		Resultados			
PES – Programa Esplanada Sustentável	2013		Melhoria nos indicadores pertinentes apresentados abaixo.			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Papel (resmas)</b>	17.930	49.780	47.650	175.714,00	477.888,00	447.910,00
<b>Água (m3)</b>	5.397	**	**	508.097,58	606.814,58	657.314,69
<b>Energia Elétrica (kW)</b>	126.144	**	**	2.035.204,02	2.368.004,03	2.434.828,57
			<b>Total</b>	2.719.015,60	3.017.149,61	3.132.749,26

Fonte: DIRAP

\*\* O Centro efetuava contratos com demanda contratada.

**9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**
**9.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU**

Visando demonstrar as providências adotadas pela unidade jurisdicional para dar cumprimento às deliberações exaradas em acórdãos do TCU, seguem: demonstrativos relativos às deliberações do TCU atendidas no exercício de referência, bem como os correspondentes às deliberações que permaneceram pendentes de atendimento até o final do exercício de 2013. Ambos são apresentados independentemente do exercício em que foram originados.

**9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício**

O **Quadro A.9.1.1** abaixo contempla as informações sobre as providências adotadas pelo CEFET/RJ a fim de atender às deliberações do TCU, estando estruturado em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Deliberações do TCU**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares: **Deliberações expedidas pelo TCU**, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, em nível de item do Acórdão, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

**QUADRO A.9.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca					000448
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	025578/2009-4	8920/2012-2ª. câmara	9.3	DE	OF. No.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
CEFET- Celso Suckow da Fonseca					000488
Descrição da Deliberação					
Determinar Ciência ao interessado do teor da deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DRH-CEFET/RJ					
Síntese da Providência Adotada					
Dada ciência ao interessado					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Resultado satisfatório e receptividade pelo servidor					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					



## 9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existem deliberações pendentes de atendimento ao final do exercício de 2013.

## 9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

A informação está estruturada em dois demonstrativos. O primeiro relacionado com as recomendações do OCI atendidas pelo CEFET/RJ no exercício de referência 2013, independentemente do exercício em que originaram, enquanto o segundo refere-se às recomendações que permaneceram pendentes de atendimento até o final de 2013, igualmente independentemente do exercício em que originaram.

### 9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

O **Quadro A.9.2.1** abaixo contém as informações sobre as providências adotadas pela Instituição para atender às recomendações expedidas pelo OCI fiscalizadora, estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Recomendações do OCI**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: **Recomendações Expedidas pelo OCI**, que identifica a recomendação expedida pelo OCI, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.

**QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria Nº 20211222	1.1.1.2	Ordem de Serviço nº 201211222
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CGU/RJ			9848
Descrição da Recomendação			
001 Incluir no PAINT/2013 os temas sobre avaliação da situação das transferências e da gestão do patrimônio imobiliário com o escopo definido no anexo do Ofício n.º 32595/DSEDU I/DS/SFC /CGU/PR, de 31/10/2012 em função acordado entre a Secretaria Federal de Controle e o Presidente do FONAI-MEC.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
UAUDI			000488
Síntese da Providência Adotada			
Foi informado que o temas sobre avaliação das transferências da UJ e gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, não se aplicam ao CEFET/RJ, e foi retificado o escopo do item 05.04.01 – Avaliação de Bens Imobiliários, presente no PAINT/2013, para atender a recomendação expedida pela CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aprovação do PAINT/2013 pelo CODIR e CGU			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Não se aplica

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria Nº 20211222	1.1.1.2	Ordem de Serviço nº 201211222
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CGU/RJ			9848
Descrição da Recomendação			
Quando da inclusão da ação relativa a gestão do patrimônio imobiliário, também prever em seu escopo, a verificação das condições físicas do campus em Nova Iguaçu, considerando a recomendação expedida pela CGU no RDE nº 00190.022198/2010-72, visando verificar a adoção de medidas no sentido de eliminar as infiltrações existentes, a deficiência de sua rede elétrica, bem como adequar o seu auditório para que o mesmo passe a funcionar.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
UAUDI			000488
Síntese da Providência Adotada			
Foi retificado o escopo do item 05.04.01 – Avaliação de Bens Imobiliários, do PAINT/2013, para atender a recomendação expedida pela CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aprovação do PAINT/2013 pelo CODIR e CGU			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria Nº 20211222	1.1.1.2	Ordem de Serviço nº 201211222
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CGU/RJ			9848
Descrição da Recomendação			
Adaptar o escopo das ações previstas no PAINT relativas à avaliação, por amostragem, dos processos licitatórios e da gestão do uso dos cartões de pagamento ao definido no anexo ao Ofício n.º 32595/DSEDU I/DS/SFC/CGU/PR, de 31/10/2012 em função acordado entre a Secretaria Federal de Controle e o Presidente do FONAI-MEC.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
UAUDI			000488
Síntese da Providência Adotada			
Foram retificados os escopos dos itens 04.01.02 – Cartão Corporativo, 07.01.01 – Formalização Legal, 07.02.01 – Formalização Legal, do PAINT/2013, para atender a recomendação expedida pela CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Aprovação do PAINT/2013 pelo CODIR e CGU
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Não se aplica

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.1	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			9848
Descrição da Recomendação			
Que o CEFET/RJ adote as medidas necessárias no sentido de eliminar as infiltrações existentes no campus de Nova Iguaçu e a deficiência de sua rede elétrica, bem como adequar o seu auditório para que o mesmo passe a funcionar.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Uned Nova Iguaçu			000488
Síntese da Providência Adotada			
Dos itens citados, todos tiveram a demanda atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recursos liberados através do Edital 01/SETEC/MEC, havendo licitação e execução dos projetos. Os serviços de reestruturação da rede elétrica foram realizados por empresas contratadas pelo CEFET/RJ, objeto dos contratos 114/2011 e 120/2012. Em relação ao item 7 o projeto básico foi licitado através da TP 12/2012 com a emissão de NE 21012NE801058 com a assinatura de contrato e obra iniciada para reforma do ambiente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Demora na liberação dos recursos somente em outubro de 2012 pela SETEC/MEC			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.2	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			9848
Descrição da Recomendação			
Implantar na UAUDI a prática de documentar tanto as etapas de planejamento das auditorias a serem realizadas, incluindo a elaboração do programa de auditoria, quanto os achados de auditoria.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
UAUDI			000488
Síntese da Providência Adotada			

Foi implantado na Unidade de Auditoria Interna o processo de auditoria, que se divide em três fases: planejamento, execução e monitoramento, com a adoção da prática de documentar as etapas da fase do planejamento das auditorias.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Boas práticas de trabalho.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Não se aplica

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.2	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			9848
Descrição da Recomendação			
Quando da seleção de amostras, utilizar critérios objetivos, informar a representatividade da seleção e sempre considerar/informar a materialidade, criticidade e relevância dos processos/itens selecionados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
UAUDI			000488
Síntese da Providência Adotada			
Foi adotado o método de amostragem do tipo probabilístico para serem utilizados nos trabalhos de auditoria, sendo a amostra definida na extensão julgada necessária, visando obter evidências qualitativamente aceitáveis que fundamentem, de forma objetiva, as recomendações e conclusões.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Boas práticas de trabalho.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.3	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			9848
Descrição da Recomendação			
Finalizar os processos de apuração nº 23063.001144/2010-24, 23063.001142/2010-35, 23063.001084/2010-40 e 23063.001095/2010-20, a fim de regularizar a situação dos servidores de matrículas 1544799, 1549146, 1445811 e 1581372, respectivamente.			
Providências Adotadas			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
DIRAP/DRH	000488
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Devolução ao erário dos valores pagos aos servidores	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Medidas adotadas para cálculo e devolução dos recursos e/ ou inscrição em dívida ativa	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Não se aplica	

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.4	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CGU/RJ			9848
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Providenciar o cancelamento dos empenhos nº 2010NE900749 e 2011NE800036 tendo em vista a existência de saldo suficiente para a cobertura contratual no empenho nº 2010NE900327 emitido no valor global do contrato nº 44/2010.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
DEPAF/GECOFI			000488
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A nota de empenho 2010NE900749 foi bloqueada e a 2011NE800036 se encontra cancelada.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Cancelados as notas de empenho e bloqueio pela SPO/STN em 2012.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Obediência aos Decretos no. 93.872/86 e 7.654/2011			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.4	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CGU/RJ			9848
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Instituir em suas rotinas de controle, procedimentos voltados para a avaliação, ao final do exercício, dos empenhos emitidos durante o ano que devem ser inscritos em restos a pagar não processados e aqueles que devem ser anulados.			

Providências Adotadas	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
DEPAF/GECOFI	000488
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Foi instituído rotina específica para a inscrição de empenhos em restos a pagar não processados, que consiste na análise dos empenhos pelo departamento competente (DEPAF), antes do encaminhamento ao Diretor-Geral para autorização da inscrição.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Instituição de rotina pelo DEPAF para análise dos empenhos e posterior autorização da Direção Geral.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Obediência aos Decretos no. 93.872/86 e 7.654/2011	

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.5	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CGU/RJ			9848
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Dar continuidade nos procedimentos de avaliação do imóvel com RIP de utilização nº 5869000015003.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
DEPAD			000488
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foram inseridas e atualizadas no Sistema SPIUNET/SPU, todas as informações referentes ao imóvel da Unidade de Nova Iguaçu (RIP de Utilização nº 5869000015003), de acordo com as orientações advindas da Gerência SPU/RJ.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Foram atualizados os valores no Sistema SPIUNET conforme orientações da SPU/RJ			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Novos fatores de cálculo sob o índice do IPCA devido a alterações determinadas pela SPU facilitou a reavaliação do imóvel no sistema			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.6	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CGU/RJ			9848

<b>Descrição da Recomendação</b>	
Adotar medidas voltadas para a constituição da Comissão para Coleta Seletiva Solidária, em atendimento ao art. 5º do decreto nº 5.940/2006.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
DIREX	000488
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
A comissão foi instituída pela Portaria nº 826, de 17 de outubro de 2012. Realizados estudos realizados junto a outros órgãos para avaliar o uso da metodologia adequada ao Centro para solução da destinação dos materiais recicláveis.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Realizados estudos realizados junto a outros órgãos para avaliar o uso da metodologia adequada ao Centro para solução da destinação dos materiais recicláveis.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Não se aplica	

### **9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Não existem recomendações pendentes no final do exercício de 2013.

### **9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna**

A Unidade de Auditoria Interna – UAUDI foi criada através da Portaria nº. 07, de 15 de janeiro de 2001, em cumprimento ao Decreto nº. 3.591, de 06/09/2000, que a submete à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Em conformidade com o Estatuto do CEFET/RJ, aprovado pela Portaria/MEC nº. 3.796, de 1/11/2005, a Auditoria Interna é órgão de controle e está vinculada ao Conselho Diretor. Tem por competência estatutária, acompanhar o cumprimento das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional, verificar o desenvolvimento da gestão da Instituição, visando comprovar a legalidade e legitimidade dos atos, examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da Instituição e tomada de contas especiais, elaborar o PAINT do exercício seguinte, bem como o RAIN, a serem encaminhados ao Conselho Diretor e a Controladoria Geral da União - Regional/RJ.

Atualmente estão lotados na Unidade, 1 servidor, que realiza a função de chefia da Auditoria Interna e as ações de controle e 1 servidor que desempenha as atividades de apoio administrativo.

A estrutura física disponibilizada para a Unidade (espaço físico e equipamentos) é considerada adequada para as necessidades e realização dos trabalhos.

No exercício de 2013, as ações foram planejadas em programas de auditoria próprios, contendo o objetivo, o escopo do trabalho, o critério de amostra, local de realização, conhecimento exigido, cronograma de execução, técnica de auditoria, atividades e recursos empregados.

As vulnerabilidades encontradas, além de serem objeto de recomendação nos relatórios de auditoria correlatos, também serviram de subsídio para a definição das ações de auditoria para o PAINT de 2014.

A programação do PAINT/2013 foi dividida em 8 ações, 19 subações e 34 assuntos, executada por 1 servidor, e apresentados através de 3 relatórios de auditoria, que devidamente foram encaminhados ao Conselho Diretor do CEFET/RJ, a Controladoria Geral da União – Regional/RJ e aos Gestores Responsáveis pelas ações auditadas.

Destarte, segue abaixo a auditoria mais relevante realizada no exercício 2013, e respectiva constatação.

Nº do Relatório	Ação do PAINT	Assunto Examinado	Constatação
01/2013	Gestão Patrimonial	Existências Físicas.	Impropriedades na gestão de bens patrimoniais.

Nos trabalhos realizados no exercício de 2013, foram emitidas 3 recomendações ao gestor responsável pela Gestão Patrimonial, com vistas ao atendimento das mesmas.

A fim de demonstrar o resultado dos trabalhos de auditoria e o tratamento que foi dado às recomendações, segue abaixo a relação das recomendações feitas e as implementadas pelo gestor responsável pela ação.

Nº do Relatório	Ação do PAINT	Assunto Examinado	Quantidade de Recomendações Feitas	Quantidade de Recomendações Implementadas	% de Recomendações Implementadas
01/2013	Gestão Patrimonial	Existências Físicas.	3	3	100%

Através dos relatórios de auditoria são feitas recomendações à gestão analisada. Almejando contribuir na otimização das atividades realizadas, a auditoria interna orienta a implementação de algumas medidas voltadas para minimizar as fragilidades percebidas na realização dos trabalhos.

Ao final de cada trabalho de auditoria, os respectivos relatórios são encaminhados para conhecimento, ao Conselho Diretor do CEFET/RJ, a Controladoria Geral da União – Regional/RJ e aos Gestores Responsáveis pelas ações auditadas.

Aos Gestores Responsáveis são encaminhados também, quando ocorrem constatações, o plano de providências - PP, para conhecimento e posicionamento quanto às recomendações emitidas.

Após a apresentação de justificativas ou de providências tomadas pela área auditada, é feito um trabalho sintetizando a situação do relatório, com as seguintes informações: recomendação, prazo para atendimento, manifestação do gestor, posicionamento da auditoria interna e providências implementadas.

Depois dessa etapa, inicia-se então, um trabalho de monitoramento das pendências dos relatórios, que consiste em solicitar novas respostas/justificativas ou acompanhar a solução dos problemas relatados, podendo, para isso, ser necessária a realização de novas visitas e/ou verificação de processos/documentos.



Após a finalização de cada relatório de auditoria, para as constatações apresentadas é elaborado o plano de providências - PP, para registrar o desenrolar das atividades materializadas pelos gestores, a fim de promover a adequação sobre o que foi recomendado pela auditoria interna.

Não obstante, apesar de inexistir sistema específico, o controle dos PP's é feito através de um trabalho de monitoramento, onde são observadas as recomendações implantadas e as pendentes de implantação. Por meio desse trabalho também é possível acompanhar os prazos concedidos para os gestores tomarem as providências necessárias para sanar as fragilidades encontradas nas auditorias.

Destarte, a auditoria interna realiza um controle contínuo da implantação de suas recomendações.

Na emissão de cada relatório de auditoria, os respectivos são encaminhados para o Conselho Diretor do CEFET/RJ, a Controladoria Geral da União – Regional/RJ e aos Gestores Responsáveis pelas ações auditadas, a fim de cientificá-los do resultado dos trabalhos realizados em cada gestão.

No que se refere aos riscos, a Instituição busca, de forma geral, não incorrer nos riscos de não implementar as recomendações emitidas pela Auditoria Interna.

Em regra, a alta gerência tem se mostrado sensível às observações apresentadas pela Auditoria Interna, buscando sempre atuar em parceria no afim de fortalecer as ações voltadas a gestão dos recursos públicos.

Eventualmente, havendo algum desatendimento acerca das recomendações exaradas pela auditoria, haverá a comunicação ao Conselho Diretor, no intuito de tomar demais providências junto a Direção Geral, se assim concordar.

---

## **9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93**

---

Seguem abaixo informações quantitativas e qualitativas sobre o acompanhamento, pela instituição, das obrigações referentes à entrega da declaração de bens e rendas (DBR) por autoridades, servidores e empregados públicos relacionados no art. 1º da Lei nº 8.730/93.

---

### **9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93**

---

O **Quadro A.9.4.1** abaixo compreende o conjunto de autoridades, servidores e empregados públicos obrigados pela Lei nº 8.730/93 a entregar a DBR, discriminando, para cada momento em que a obrigação se concretiza, as quantidades de autoridades, titulares de cargos e de funções obrigados ao cumprimento da exigência do art. 1º da referida Lei.

**QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	211		
	Entregaram a DBR	211		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: DRH

---

## 9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

---

O Departamento de Recursos Humanos é a unidade interna responsável pela gerência da recepção das DBR. Anualmente, é gerada uma lista contendo todos os servidores que apresentam alguma pendência em relação à DBR e a Diretoria Sistêmica correspondente é notificada para providências. Ao servidor é apresentada a possibilidade de entregar a DBR em envelope lacrado, ou assinar a autorização de acesso eletrônico. Cabe informar que o DRH sugere a todos os servidores que a autorização eletrônica é vantajosa. O Centro não dispõe de sistema informatizado para o gerenciamento, que é todo feito de forma manual, e não efetua análise para evidenciar incompatibilidades patrimoniais com a remuneração percebida.

---

## 9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

---

Não ocorreu dano ao erário.

---

## 9.6 Alimentação SIASG e SICONV

---

Segue no quadro abaixo os dados do gestor responsável pela atualização dos dados dos sistemas SIASG e SICONV.

## QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

**DECLARAÇÃO**

Eu, **Willer Firmiano da Silva**, CPF nº 753.156.709-10, **Chefe de Departamento**, exercido no Departamento de Administração - DEPAD, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2014.

**Willer Firmiano da Silva**

**CPF nº 753.156.709-10**

**Chefe do Departamento de Administração**

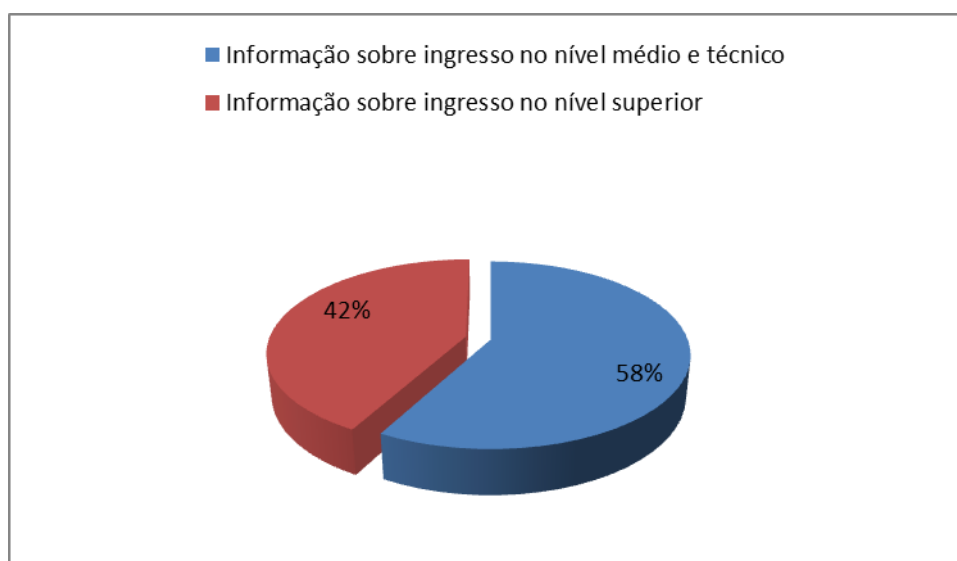
## 10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

### 10.1 Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão

Atualmente o CEFET/RJ apresenta 03 (três) principais canais de acesso que são capazes de garantir a comunicação do cidadão com a instituição, todos servindo para solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., permitindo também que a sociedade exponha sua percepção acerca dos serviços prestados pela unidade. São eles: a ouvidoria do órgão, o Serviço de Informação ao Cidadão-SIC e o Setor de Protocolo Geral.

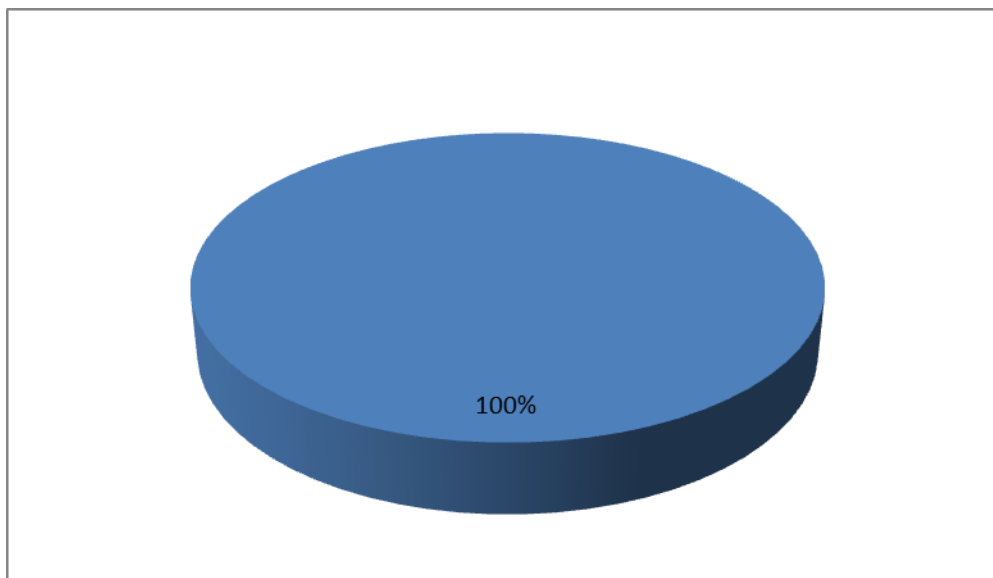
#### 10.1.1 Ouvidoria do CEFET/RJ

A Ouvidoria do CEFET/RJ vem sendo oferecida no sítio da instituição por meio do link FALE CONOSCO desde 2005, pelo endereço eletrônico [ouvidoria@cefet-rj.br](mailto:ouvidoria@cefet-rj.br). Ligada inicialmente a Comissão de Ética do Centro, teve sua estrutura aprovada pelo Conselho Diretor por meio da Resolução nº 18/2012, de 05/10/2012. Seguem abaixo gráficos demonstrativos dos atendimentos realizados durante o exercício de 2013:



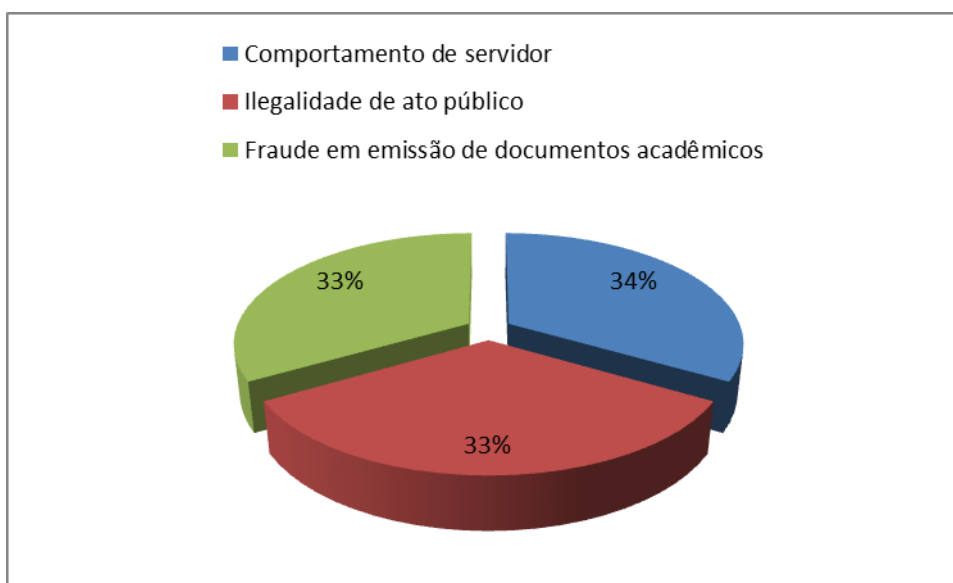
**Gráfico 6:** Solicitações feitas durante o exercício 2013

As solicitações feitas durante o ano de exercício do presente relatório totalizaram 38 (trinta e oito) solicitações de informações, sendo 22 (vinte e duas) referentes ao ingresso no nível médio e técnico e 16 (dezesseis) referentes ao ingresso no nível superior. As solicitações foram registradas e as informações devidamente fornecidas, após consulta aos setores competentes.



**Gráfico 7:** Reclamações registradas durante o exercício de 2013.

Durante o ano de 2013 foram registradas 11 (onze) reclamações por meio da Ouvidoria da instituição. Todas as reclamações foram relativas a questões de infraestrutura da Unidade Maracanã, que foram encaminhadas ao setor responsável para providências.



**Gráfico 8:** Denúncias registradas no exercício de 2013.

Foram registradas 3 (três) denúncias através da Ouvidoria do CEFET/RJ, sendo 1 (uma) sobre o comportamento de um servidor na Unidade Nova Iguaçu, 1 (uma) relativa a ilegalidade de ato público praticado pela direção (denúncia feita ao Ministério Público Federal), e 1 (uma) referente a fraude em emissão de documento acadêmico. Quanto às denúncias, estas foram apuradas gerando o devido encaminhamento para as instâncias superiores.

## 10.1.2 Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC foi disponibilizado no contexto da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), nos moldes estabelecidos no Decreto nº 7.724/12 e em consonância com as orientações repassadas pela Controladoria-Geral da União - CGU. O link de acesso encontra-se disponível no sítio da instituição através da seção “Acesso à Informação”, onde no primeiro item há o link que permite ingressar diretamente no SIC, bem como endereço físico disponível para atendimento pessoal ao cidadão. Seguem abaixo os dados gerenciais e estatísticos extraídos da base de dados do sistema sobre os atendimentos prestados durante o exercício de 2013:

### Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes

(\*) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório podem ser encontradas na última seção.

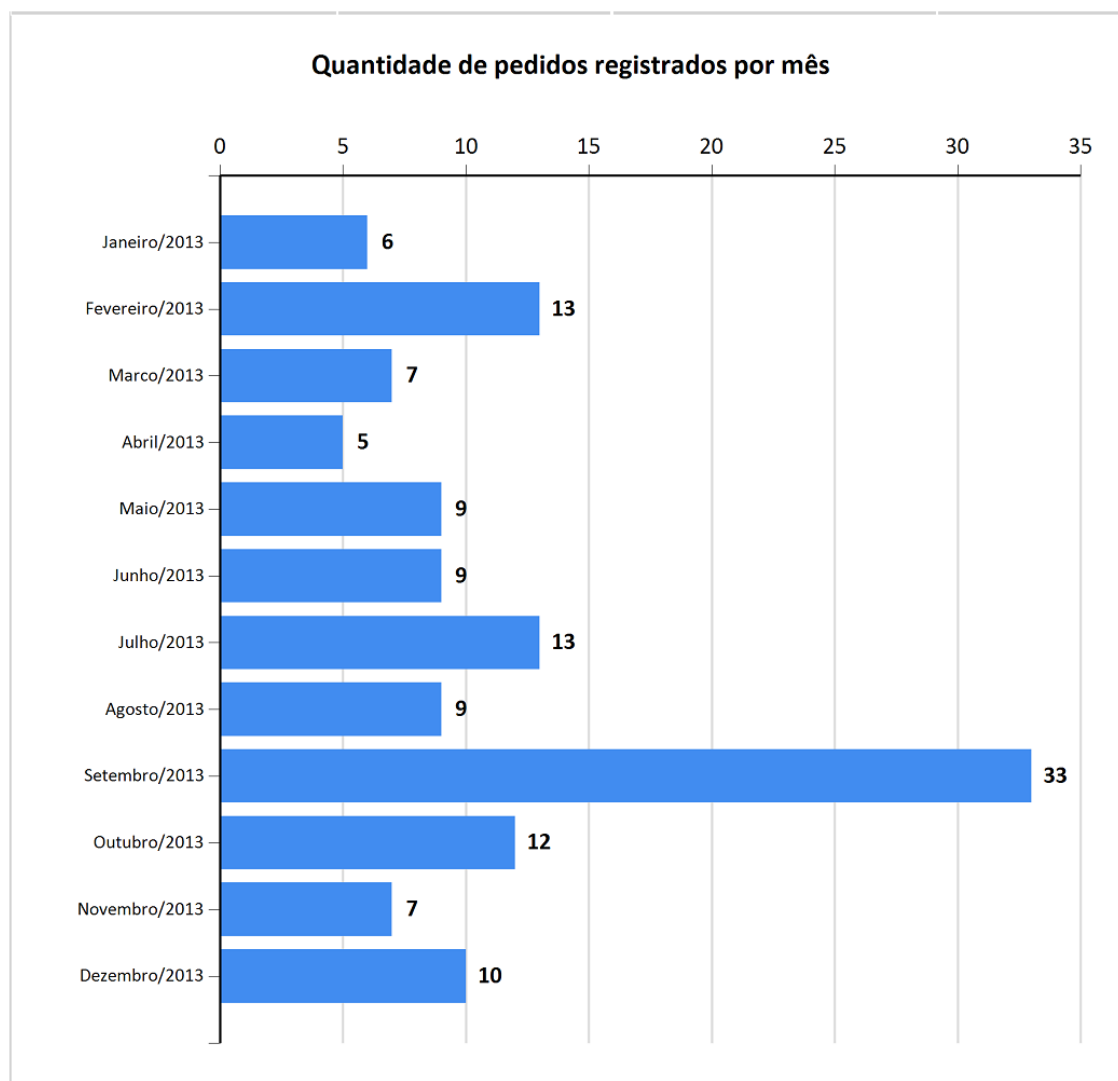
**Órgão(s) de referência** CEFET-RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'

**Período de consulta:** 1/2013 a 12/2013

#### 1. Quantidade de pedidos de acesso à informação

Quantidade de Pedidos: 133

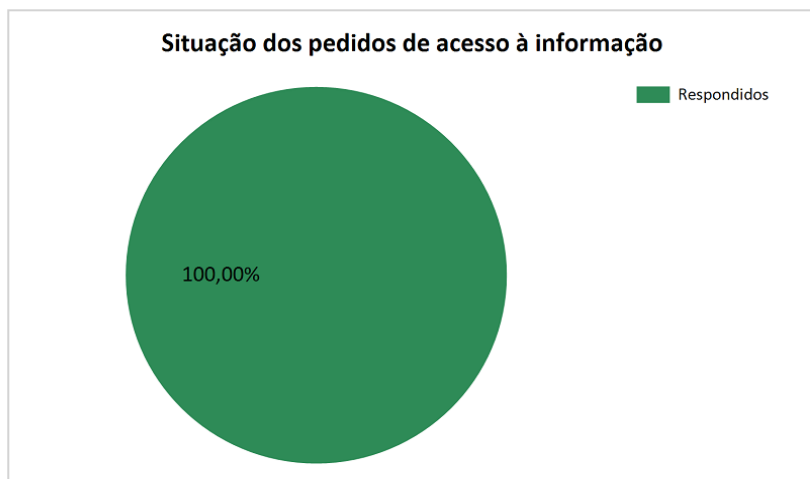
Média mensal de pedidos: 11,08



Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação		
Mês	Número de pedidos	Evolução mensal
Janeiro/2013	6	-
Fevereiro/2013	13	53.85%
Marco/2013	7	-46.15%
Abril/2013	5	-28.57%
Maió/2013	9	44.44%
Junho/2013	9	0%
Julho/2013	13	30.77%
Agosto/2013	9	-30.77%
Setembro/2013	33	72.73%
Outubro/2013	12	-63.64%
Novembro/2013	7	-41.67%
Dezembro/2013	10	30%
<b>TOTAL:</b>	<b>133</b>	
<b>MÉDIA:</b>	<b>11,08</b>	

## 2. Situação e características dos pedidos de acesso à informação

Status do pedido	Quantidade
Respondidos	133



Características dos pedidos de acesso à informação			
Total de perguntas:	155	Total de solicitantes:	95
Perguntas por pedido:	1,18	Maior número de pedidos feitos por um solicitante:	32
		Solicitantes com um único pedido:	90

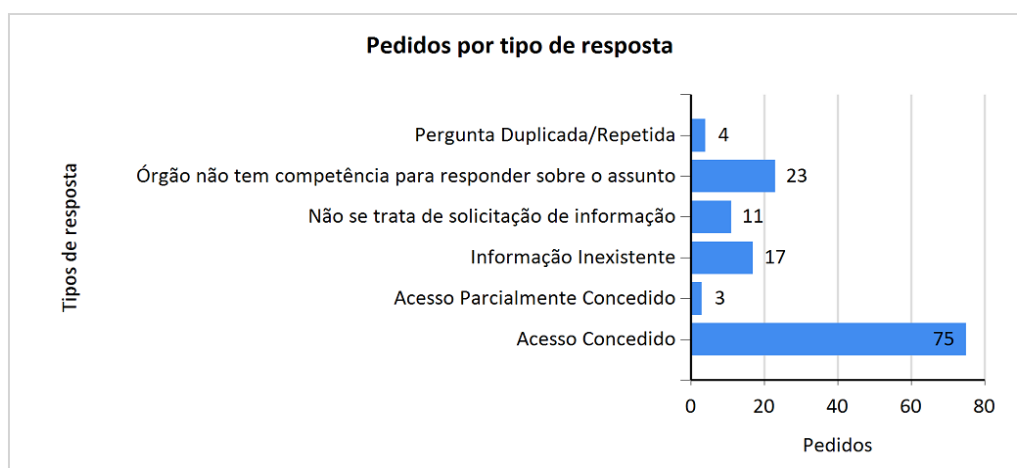
Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Educação - Gestão escolar	82	61,65%
Educação - Legislação educacional	9	6,77%
Educação - Educação profissional e tecnológica	7	5,26%
Educação - Assistência ao estudante	6	4,51%
Governo e Política - Administração pública	5	3,76%
Educação - Sistema educacional - Avaliação	4	3,01%
Educação - Educação superior	3	2,26%
Educação - Profissionais da educação	3	2,26%
Economia e Finanças - Finanças	2	1,50%
Economia e Finanças - Administração financeira	2	1,50%

### **3. Resposta aos pedidos de acesso à informação**

**Tempo médio de resposta:** 8,82 dias

**Prorrogações:**

Quantidade	% dos pedidos
3	2,26%



Motivos de negativa de respostas			
Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
<b>TOTAL:</b>	0	0,000%	0,00%



Meios de envio de resposta		
Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por email)	104	78,20%
Correspondência eletrônica (e-mail)	28	21,05%
Correspondência física (com custo)	1	0,75%

#### 4. Perfil dos solicitantes

Tipos de solicitante		
Pessoa Física	93	97,89%
Pessoa Jurídica	2	2,11%

Localização dos solicitantes			
Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
AL	2	2,15%	2
CE	1	1,08%	1
DF	7	7,53%	10
ES	2	2,15%	2
MG	3	3,23%	3
MS	2	2,15%	2
RJ	54	58,06%	58
RO	1	1,08%	1
RS	6	6,45%	6
SP	14	15,05%	14
Outros países	1	1,08%	1
Não Informado	2	2,15%	33

#### Perfil dos solicitantes pessoa física

Gênero	
M	58,06%
F	39,78%
Não Informado	2,15%

Escolaridade	
Ensino Médio	41,94%
Ensino Superior	22,58%
Ensino Fundamental	10,75%
Mestrado/Doutorado	9,68%
Pós-graduação	9,68%
Não Informado	3,23%
Sem instrução formal	2,15%

Profissão	
Estudante	22,58%
Empregado - setor privado	18,28%
Outra	17,20%
Não Informado	10,75%
Servidor público federal	8,60%
Professor	7,53%
Servidor público municipal	4,30%
Servidor público estadual	3,23%
Profis. Liberal/autônomo	2,15%
Jornalista	2,15%
Empresário/empreendedor	1,08%
Membro de ONG nacional	1,08%
Pesquisador	1,08%

#### Perfil dos solicitantes pessoa jurídica

Tipo de pessoa jurídica	
Empresa - PME	50,00%
Outro	50,00%

### **5. Informações adicionais para o correto entendimento deste relatório**

Este relatório está dividido em 5 (cinco) seções, conforme abaixo:

- 1) Quantidade de pedidos de acesso a informação:
  - Total de solicitações para o período, sua média mensal e sua evolução absoluta e percentual para o intervalo temporal escolhido.
- 2) Situação e características dos pedidos de acesso a informação:
  - Status das solicitações (quantas já foram respondidas e quantas estão em tramitação – dentro e fora do prazo legal);
  - Total de perguntas realizadas e o número de perguntas por pedido;
  - Total de solicitantes e o número, dentre esses, que realizou um único pedido e a quantidade de demandas realizadas por aquele que mais efetuou requisições de informações no âmbito da LAI;
  - Os 10 (dez) temas – por categoria e assunto – mais requeridos pelos cidadãos, conforme os termos constantes do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE).

- 3) Resposta aos pedidos de acesso a informação:
  - Tempo médio de resposta às demandas cidadãs;
  - Número e o percentual de prorrogações de prazo para manifestações efetuadas pelos Serviços de Informação ao Cidadão (SICs)
  - Tipos de resposta realizados (p.ex. acesso concedido, acesso negado, informação inexistente, etc)
  - Motivos de negativa de resposta (como informações classificadas, que tratem de dados pessoais, que digam respeito a requisições desarrazoadas ou genéricas, etc)
  - Meios de resposta adotados pelos SICs para proverem retorno sobre as solicitações efetuadas pela sociedade.
- 4) Perfil dos Solicitantes
  - Dados gerais sobre o tipo de demandante (pessoas físicas e jurídicas) e sua localização (por Estado).
    - Pessoas Físicas: estatísticas relativas aos percentuais de demandantes por gênero, escolaridade e profissão;
    - Pessoas Jurídicas: quantitativo de solicitantes por tipo ou modalidade (p.ex. empresas, organizações não-governamentais, sindicatos, etc).
- 5) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório

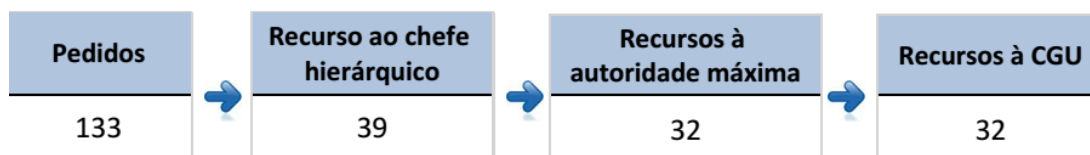
## Relatório de recursos e reclamações

(\*)Informações adicionais para o correto entendimento do relatório podem ser encontradas na última seção.

**Órgão(s) de Referência:** CEFET-RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'

**Período de Consulta:** 1/2013 até 12/2013

### 1. Quadro geral dos recursos



#### Observações:

(1) Os recursos à Comissão Mista de Reavaliação de Informações – CMRI – ainda não estão sendo controlados por meio do e-SIC. Por esta razão, as informações relativas a tais recursos não são apresentadas neste relatório.

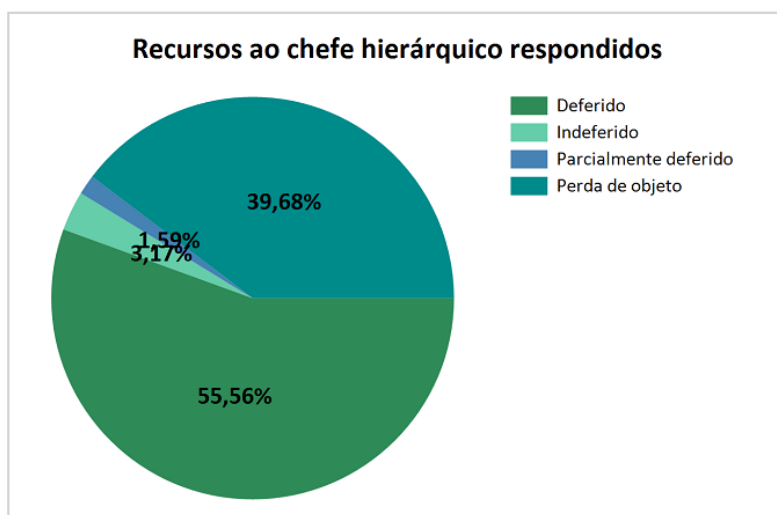
(2) Os dados referentes a recursos à CGU que foram registrados antes da inclusão da funcionalidade de interposição desse tipo de recurso no e-SIC (ocorrida em 22 de Agosto de 2012) estarão, provisoriamente, disponíveis em relatório estático à parte, acessível a partir do item de menu "Relatórios Estatísticos".

## **2. Recursos ao chefe hierárquico**

**% de pedidos respondidos que geraram recursos ao chefe hierárquico:** 29,32%

**Recursos recebidos no período:** 39

<b>Recursos ao chefe hierárquico respondidos</b>		
Total de recursos respondidos	34	87,18%
Deferido	25	73,53%
Indeferido	2	5,88%
Perda de objeto	7	20,59%



<b>Motivos para interposição de recursos</b>		
<b>Motivo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Informação recebida não corresponde à solicitada	23	58,97%
Informação incompleta	11	28,21%
Outros	4	10,26%
Grau de classificação inexistente	1	2,56%
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	

**Visão geral por mês**

Mês	Pedidos	Recursos Relativos aos Pedidos	Em tramitação/Não respondido	Deferido	Indeferido	Perda de objeto
Fevereiro/2013	13	1	0(0%)	1(100%)	0(0%)	0(0%)
Marco/2013	7	1	1(100%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)
Abril/2013	5	1	0(0%)	1(100%)	0(0%)	0(0%)
Mai/2013	9	1	0(0%)	0(0%)	1(100%)	0(0%)
Julho/2013	13	2	0(0%)	1(50%)	1(50%)	0(0%)
Agosto/2013	9	7	0(0%)	7(100%)	0(0%)	0(0%)
Setembro/2013	33	24	2(8,33%)	15(62,5%)	0(0%)	7(29,17%)
Outubro/2013	12	2	2(100%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)
<b>TOTAL</b>		<b>39</b>	<b>5</b>	<b>25</b>	<b>2</b>	<b>7</b>

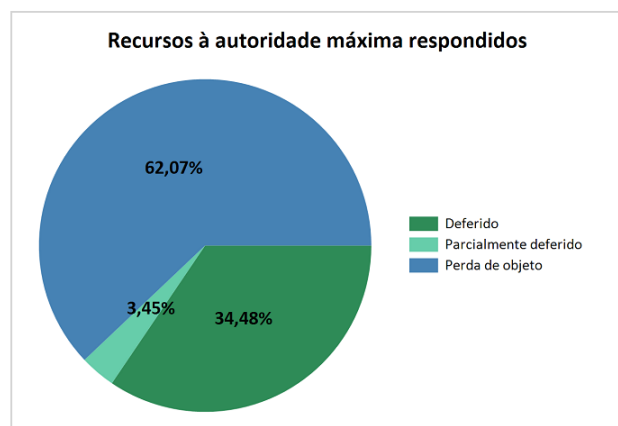
**3. Recursos à autoridade máxima**

% de pedidos respondidos que geraram recursos à autoridade máxima: 24,06%

% de recursos ao chefe superior que geraram recursos à autoridade máxima: 82,05%

Recursos recebidos no período: 32

Recursos à autoridade máxima respondidos	
Total Respondidas:	29 90,62%
Deferido	10 34,48%
Parcialmente deferido	1 3,45%
Perda de objeto	18 62,07%


**Motivos para interposição de recursos à autoridade máxima**

Motivo	Quantidade	%
Informação recebida não corresponde à solicitada	24	75%
Informação incompleta	4	12,5%
Informação recebida por meio diferente do solicitado	2	6,25%
Outros	1	3,12%
Informação classificada por autoridade sem competência	1	3,12%
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	

Visão geral por mês						
Mês	Pedidos	Recursos Relativos aos Pedidos	Em tramitação/Não respondido	Deferido	Parcialmente deferido	Per ob
Agosto/2013	9	7	0(0%)	6(85,71%)	1(14,29%)	
Setembro/2013	33	23	3(13,04%)	4(17,39%)	0(0%)	16
Outubro/2013	12	2	0(0%)	0(0%)	0(0%)	
<b>TOTAL</b>		<b>32</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	

#### 4. Recursos à CGU

Recursos recebidos no período:	32
% de pedidos respondidos que geraram recursos à CGU:	24,06%
% de recursos ao chefe hierárquico que geraram recursos à CGU:	82,05%
% de recursos à autoridade máxima que geraram recursos à CGU:	100%

Motivos para interposições de recursos à CGU		
Motivo	Quantidade	%
Informação recebida não corresponde à solicitada	26	81,25%
Informação incompleta	3	9,38%
Outros	2	6,25%
Informação recebida por meio diferente do solicitado	1	3,12%
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	

Visão geral por mês			
Mês	Pedidos	Recursos Relativos aos Pedidos	Em tramitação/Não respondido
Agosto/2013	9	7	7(100%)
Setembro/2013	33	23	23(100%)
Outubro/2013	12	2	2(100%)
<b>TOTAL</b>		<b>32</b>	<b>32</b>

#### 5. Reclamações

Reclamações no período:	1
% de pedidos que geraram reclamações:	0,75%
% de reclamações respondidas:	100%
% de reclamações não respondidas ou em tramitação:	0%
% de reclamações que geraram recursos:	0%

Visão geral por mês			
Mês	Pedidos	Reclamações relativas aos pedidos	% respondidas
Agosto/2013	9	1	100% (1)
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>	<b>1</b>

## **6. Informações adicionais para o correto entendimento deste relatório**

Este relatório está dividido em 6 (seis) seções, descritas abaixo.

O critério utilizado para a contagem mensal dos recursos existentes considera a data de entrada do pedido ao qual o recurso se refere, e não a data de ingresso do recurso no sistema. Com isso, é possível, efetivamente, analisar o percentual de pedidos que sofreram recursos mês a mês. Portanto, ao utilizar como período de referencia, por exemplo, o mês Julho/2012, serão exibidos dados de recursos referentes a pedidos realizados no período selecionado.

- 1) Quadro geral dos recursos:
  - Síntese por instância (total de pedidos, quantidade de recursos interpostos à autoridade superior, à autoridade máxima e à Controladoria-Geral da União)
  
- 2) Recursos à autoridade superior:
  - Total de recursos recebidos e percentual referente ao montante global de pedidos;
  - Status: deferidos, indeferidos e parcialmente deferidos
  - Motivos para interposição de recursos pelos cidadãos (p.ex. informação incompleta, justificativa insatisfatória, etc.)
  - Visão geral da instância por mês
  
- 3) Recursos à autoridade máxima do órgão ou entidade:
  - Total de recursos recebidos. Percentual referente ao montante global de pedidos e de recursos endereçados à autoridade superior;
  - Status: deferidos, indeferidos e parcialmente deferidos
  - Motivos para interposição de recursos pelos cidadãos (p.ex. informação incompleta, justificativa insatisfatória, etc.)
  - Visão geral da instância por mês
  
- 4) Recursos à Controladoria-Geral da União:
  - Total de recursos recebidos. Percentual referente ao montante global de pedidos, de recursos endereçados à autoridade máxima e à autoridade superior;
  - Status: deferidos, indeferidos e parcialmente deferidos
  - Motivos para interposição de recursos pelos cidadãos (p.ex. informação incompleta, justificativa insatisfatória, etc.)
  - Visão geral da instância por mês
  
- 5) Reclamações:
  - Total de reclamações recebidas no período
  - percentual de pedidos que geraram reclamações
  - percentual de reclamações que geraram respostas
  - percentual de reclamações que geraram recursos
  - Visão geral das reclamações por mês, inclusive com omissões
  
- 6) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório

---

### **10.1.3 Setor de Protocolo Geral**

---

Encontra-se disponível a todos os cidadãos que comparecerem pessoalmente ao CEFET/RJ, o Setor de Protocolo Geral. Este setor é responsável pelo registro de todas as solicitações e processos administrativos direcionados a Instituição, com os assuntos mais diversos possíveis, bem como sua

distribuição aos setores competentes. No ano de 2013 foram protocolados 3.375 (três mil, trezentos e setenta e cinco) processos.

Abaixo segue o gráfico relativo a distribuição mensal dos processos protocolados durante o exercício de 2013.

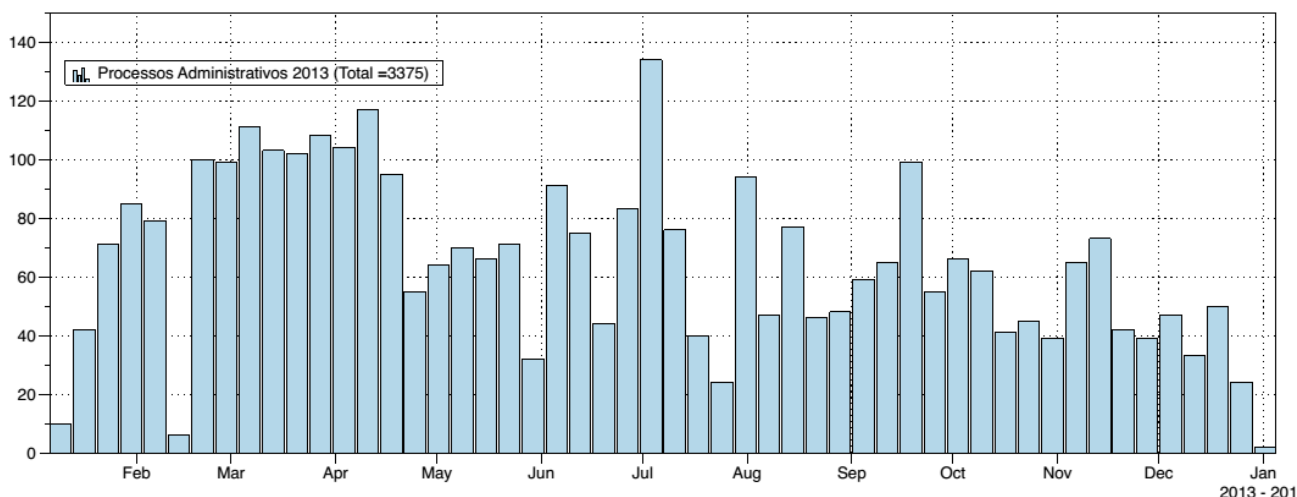


Gráfico 9: Distribuição mensal dos processos protocolados pelo Protocolo Geral no ano de 2013.

Destaque para os meses de março, abril e julho/2013, quando podemos observar um grande de volume de processo protocolados.

---

## 10.2 Mecanismos para Medida de Satisfação

---

O CEFET/RJ utiliza como mecanismo para medida de satisfação o Relatório Final de Auto Avaliação Institucional. A instituição participa do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior instituído pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004. Dentre as modalidades de instrumentos de avaliação, vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos cinco anos a auto avaliação da instituição coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que dá origem a relatórios anuais.

O relatório produzido a partir da auto avaliação leva em consideração dez dimensões previstas pela lei, o que auxilia na tomada de decisões pois contém análises, críticas e sugestões. As dimensões são: A missão e o PDI; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal e de carreira dos corpos docente e técnico-administrativo; organização e gestão da instituição; infraestrutura física; planejamento e avaliação; política de atendimento aos estudantes; e sustentabilidade financeira.

Entretanto, a fim de medir a satisfação dos cidadãos-usuários da instituição, mais especificamente docentes, alunos da graduação e servidores técnico-administrativos, foram levadas em consideração apenas duas dimensões:

- Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estimular a produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades. No tocante ao aspecto de ENSINO-GRADUAÇÃO, foram levadas em consideração todas as questões propostas voltadas para a graduação; e

- Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação. Relativamente a esta dimensão, foram considerados apenas os aspectos



avaliados referentes à adequação da infraestrutura da instituição em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Faz-se necessário destacar que as avaliações consideradas para fins deste relatório foram as avaliações correspondentes aos anos de 2010 e 2011, visto que a avaliação de 2012 foi finalizada em 2013 e será divulgada até março de 2014.

---

### 10.3 Pesquisas de Opinião feitas nos Três Últimos Anos

---

Seguem abaixo os resultados relativos as dimensões consideradas para fins de medida de satisfação dos cidadãos-usuários da instituição, conforme descrito no item 10.2:

#### Auto Avaliação Institucional 2010

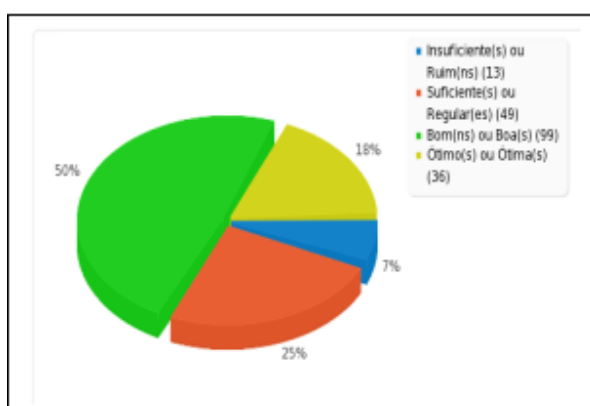
Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

De acordo com o citado no item 10.2, foram consideradas apenas as questões referentes ao aspecto avaliado ENSINO-GRADUAÇÃO.

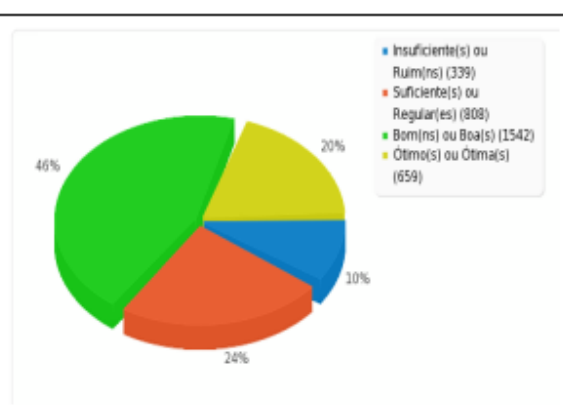
#### Questão comum aos docentes e alunos:

➡ A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)

Docentes

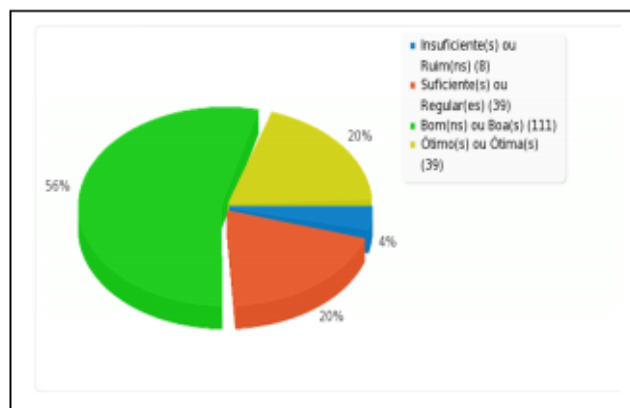


Alunos-Graduação



**Questão específica aos docentes**

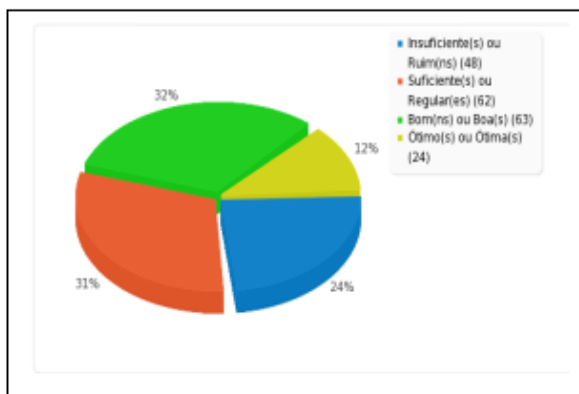
☞ A adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando, pode ser avaliada como...



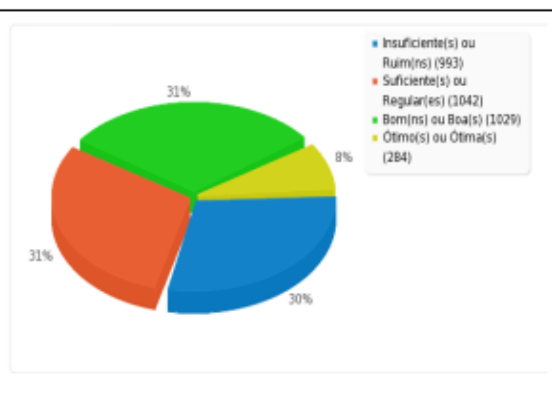
**Questão comum aos docentes e alunos:**

☞ Recursos envolvendo multimídia, hardwares, softwares e outros devem ser disponibilizados e atualizados, visando dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. No seu curso isso ocorre de forma...

**Docentes**

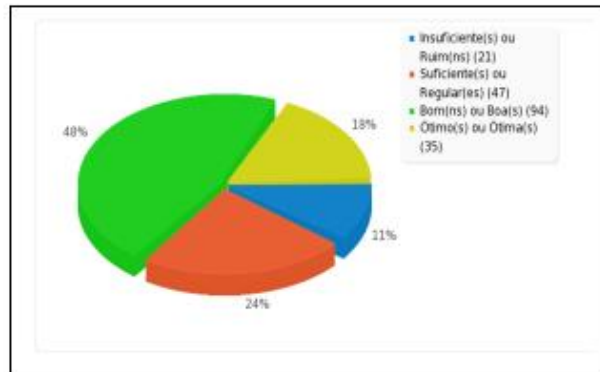


**Alunos-Graduação**



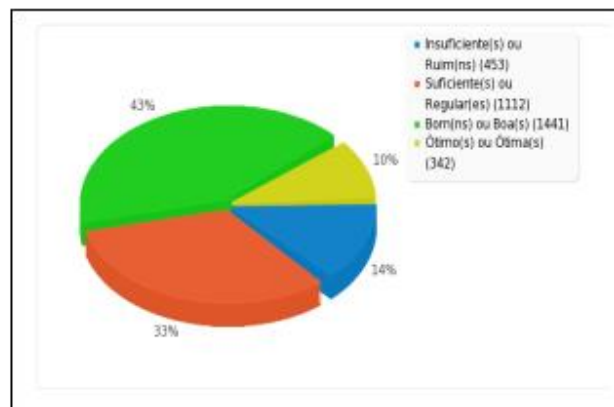
**Questão específica aos docentes**

☞ As práticas pedagógicas no seu curso promovem a interação interdisciplinar e a contextualização. Isso ocorre de maneira...

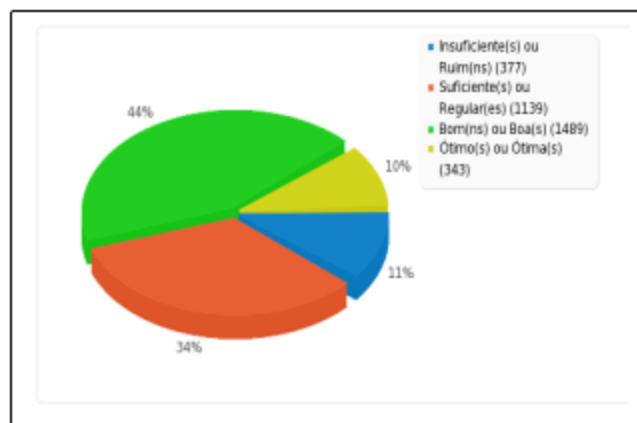


**Questões específicas aos alunos**

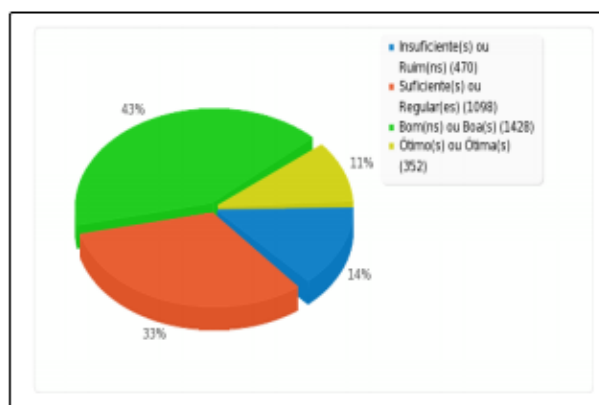
☞ 1- De forma geral, pode-se dizer que a apresentação do programa e objetivos das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



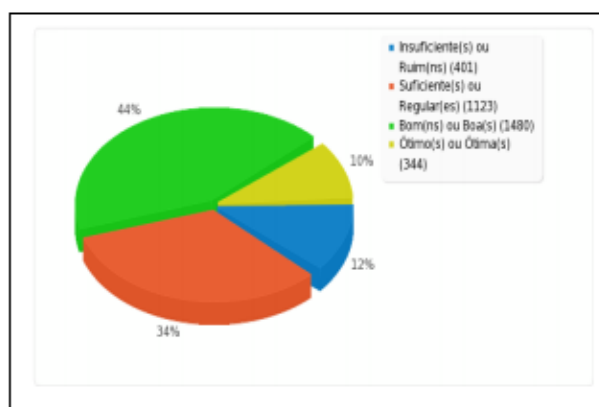
2- De forma geral, pode-se dizer que a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



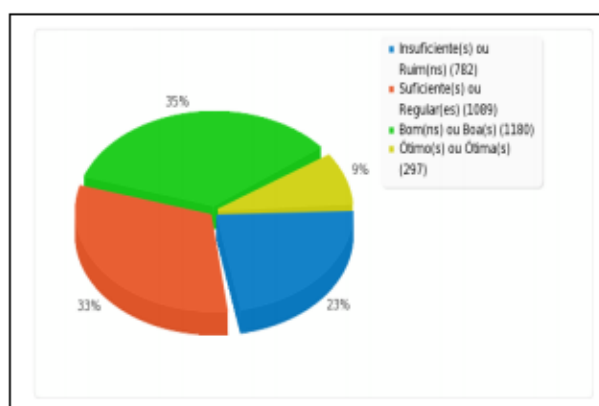
3- De forma geral, pode-se dizer que o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos ocorre de maneira...



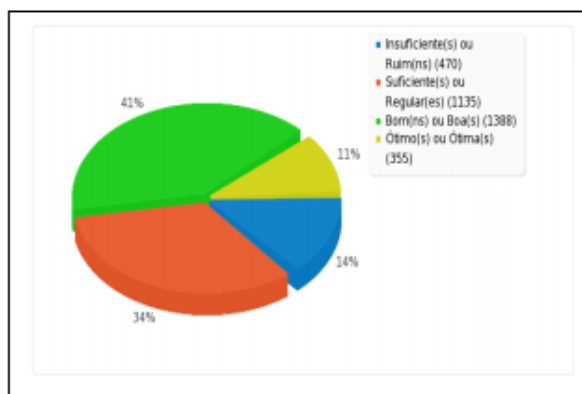
4- De forma geral, pode-se dizer que o cumprimento do conteúdo programático ocorre de maneira...



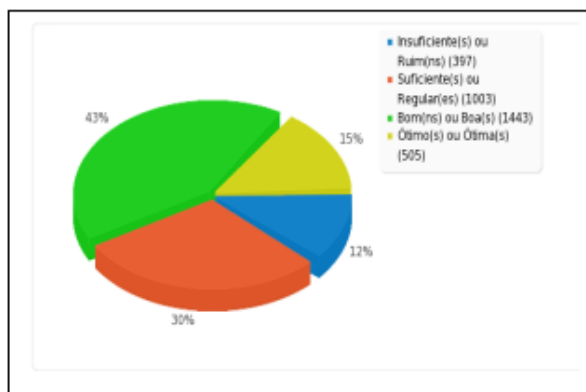
5- As práticas pedagógicas promovem a contextualização. De forma geral, pode-se dizer que a relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



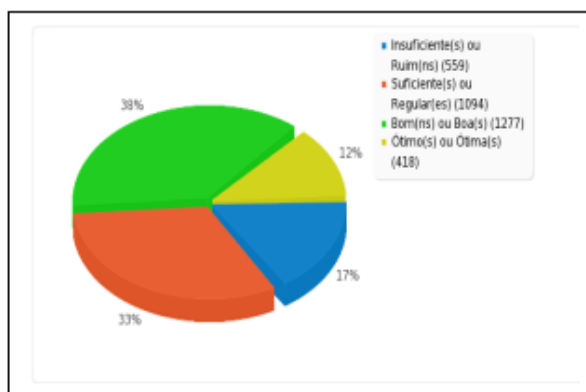
6- De forma geral, pode-se dizer que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorre de maneira...



7- De forma geral, pode-se dizer que a assiduidade dos seus professores ocorre de forma...



8- De forma geral, pode-se dizer que a pontualidade dos seus professores pode ser avaliada como...

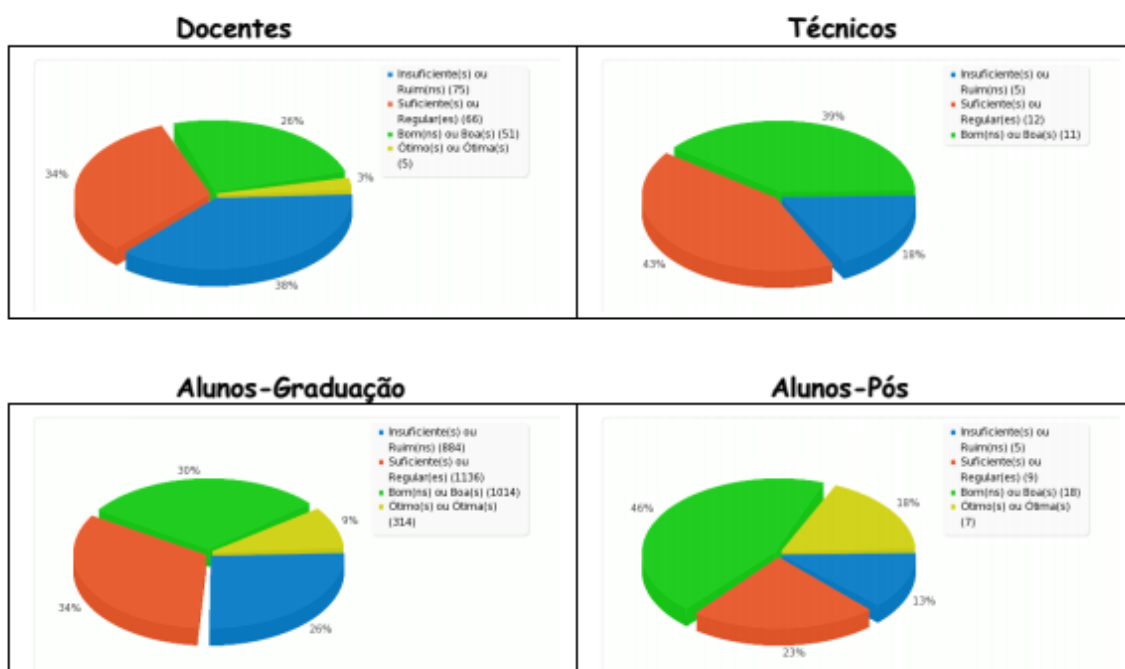


Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

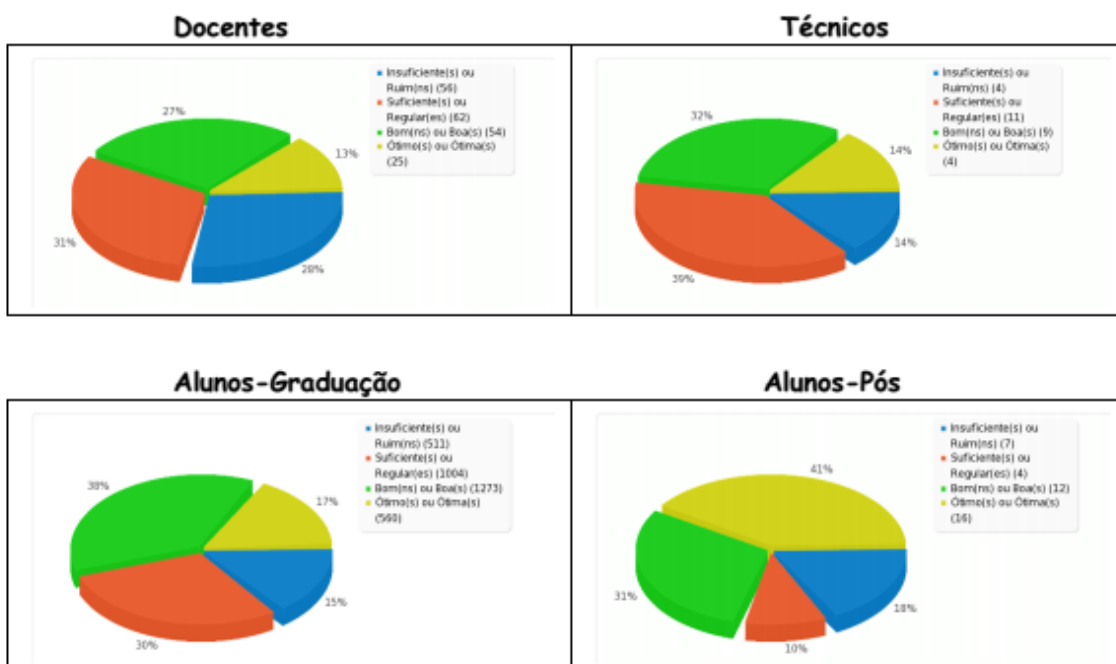
Segundo informado no item 10.2, foi considerada apenas as questões que compuseram o aspecto avaliado a.1), ou seja, “Adequação da infraestrutura da Instituição em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

**Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:**

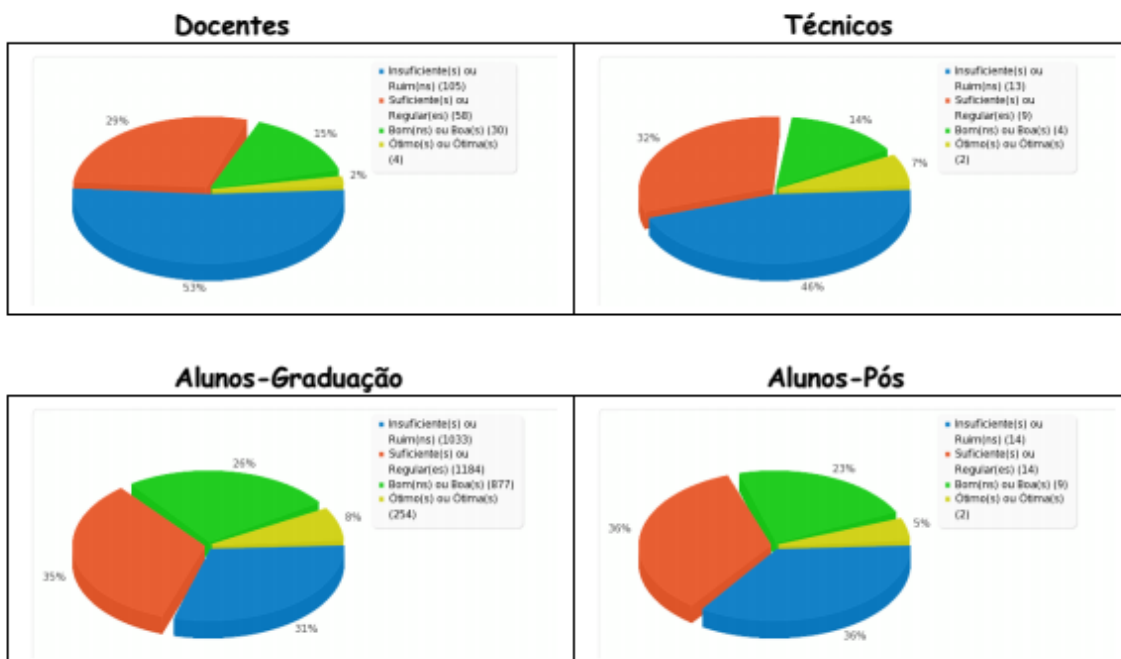
➡ As salas da Instituição, nos quesitos iluminação e conforto térmico e acústico, de forma geral, apresentam condições...



➤ As condições das salas de aula, laboratórios e demais ambientes da Instituição, no que se referem à limpeza, podem ser avaliadas como...



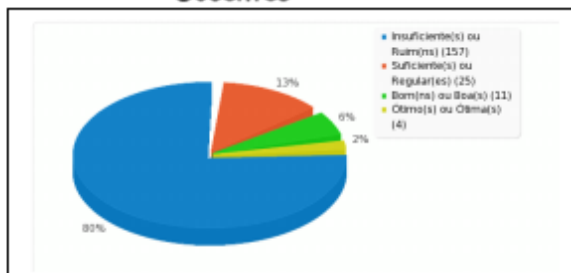
➤ As instalações da Instituição são adequadas e adaptadas para os portadores de necessidades especiais de forma...



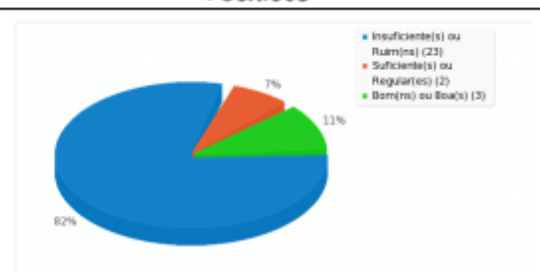


➔ As opções de alimentação disponíveis atendem as suas necessidades de forma...

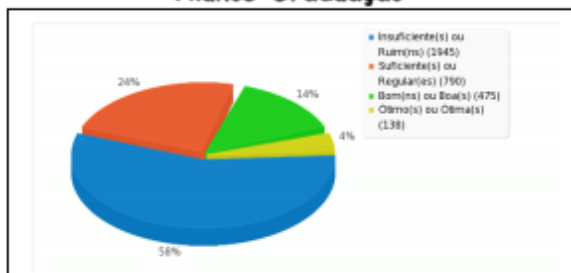
**Docentes**



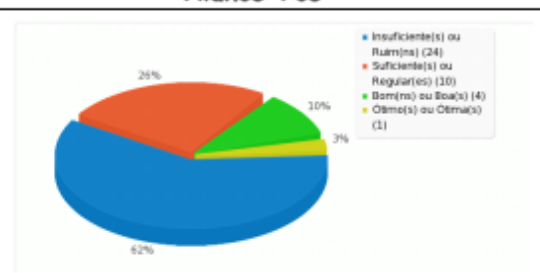
**Técnicos**



**Alunos-Graduação**

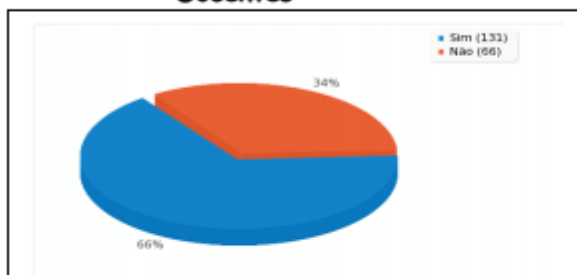


**Alunos-Pós**

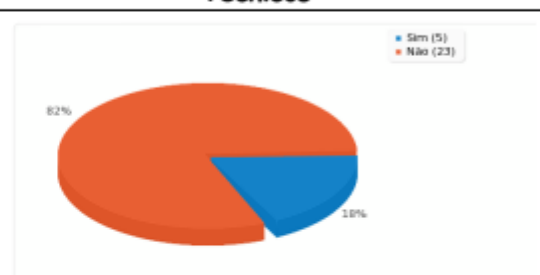


➔ Utiliza veículo de transporte próprio ou familiar para ir ao CEFET-RJ? Neste caso, considere: 1- Não e 2-Sim.

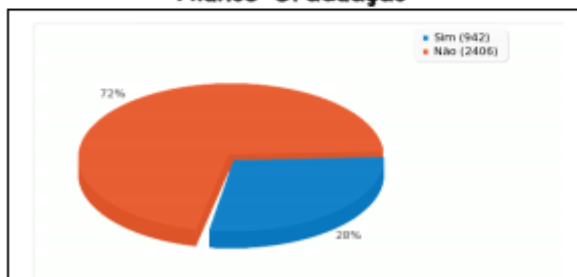
**Docentes**



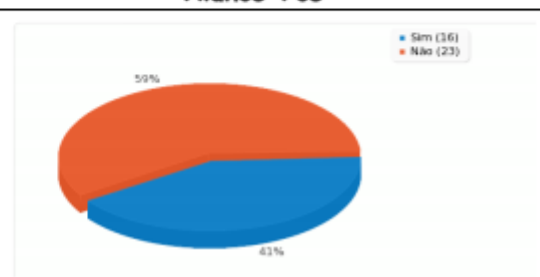
**Técnicos**



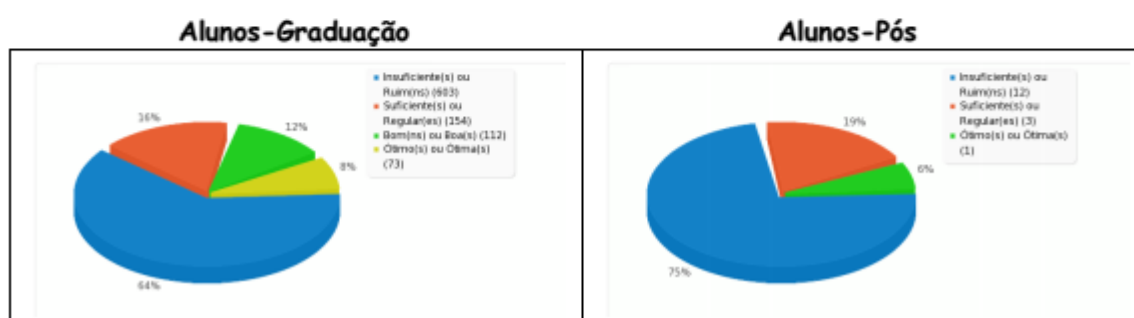
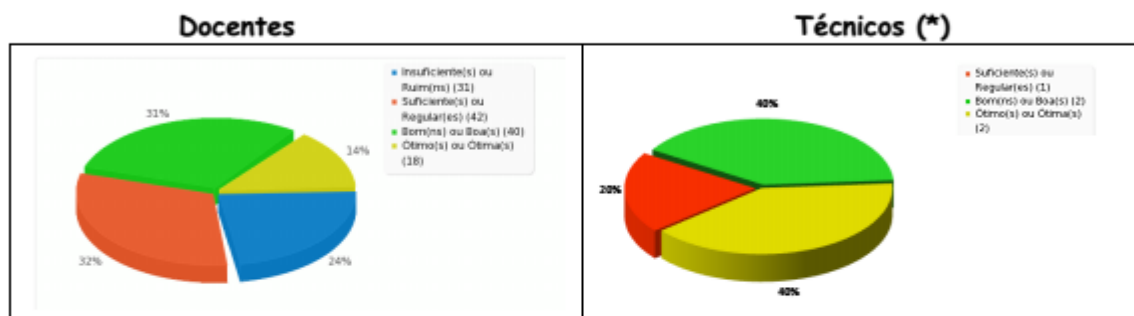
**Alunos-Graduação**



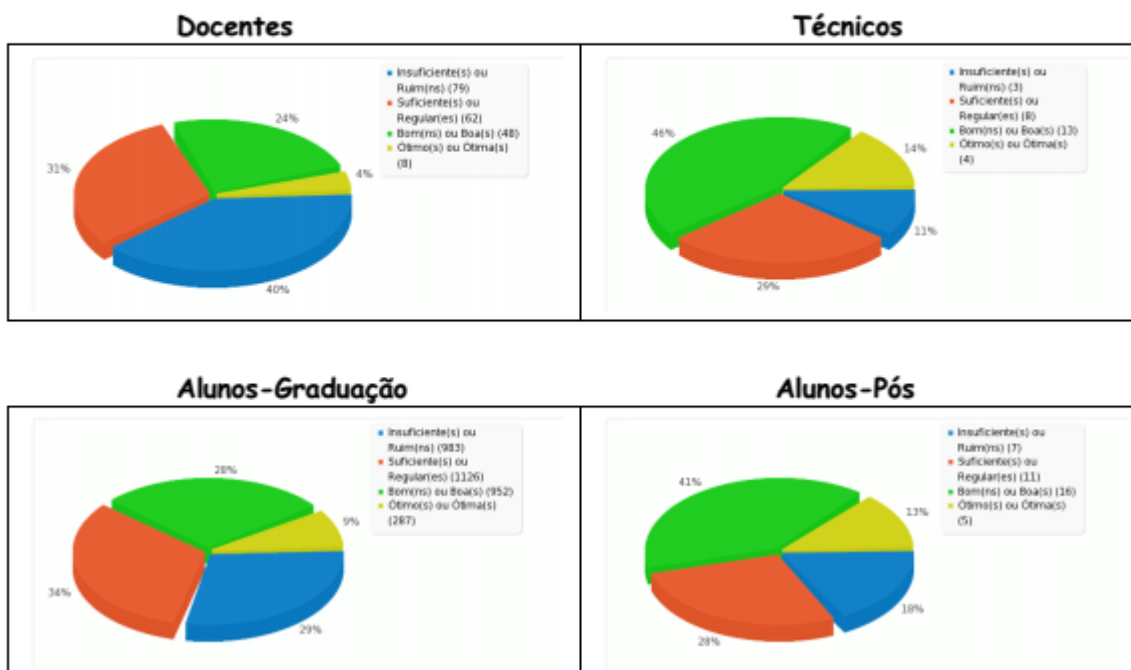
**Alunos-Pós**



As opções de estacionamento disponíveis atendem as suas necessidades de forma...  
(Caso tenha apontado que possui veículo próprio ou familiar):



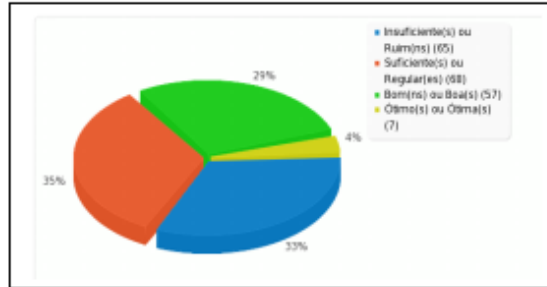
Em sua opinião, os recursos de informática disponibilizados, no que se referem aos microcomputadores e à internet, podem ser avaliados como...



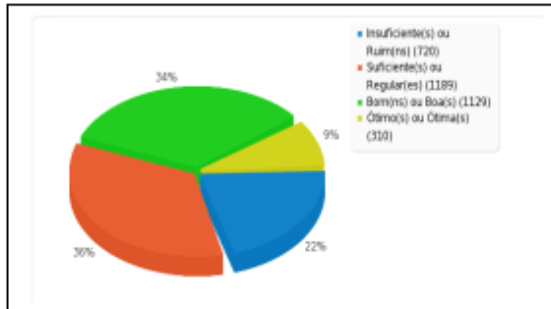
**Questões comuns aos docentes e alunos:**

⇒ A mobília e os recursos didáticos disponíveis nas salas de aula podem ser avaliados como...

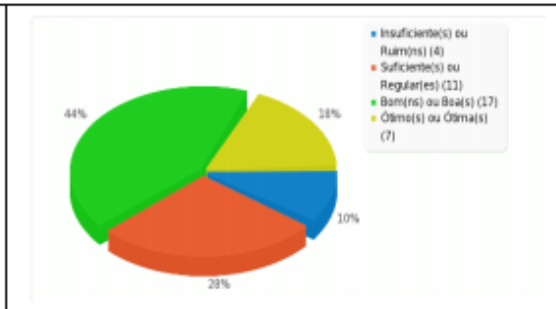
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

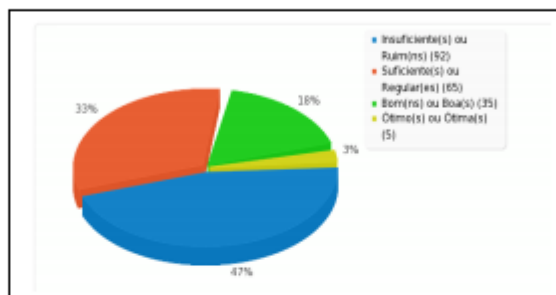


**Alunos-Pós**

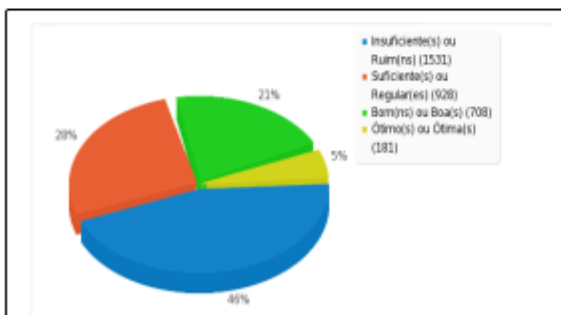


⇒ Os serviços de reprografia (xerox) disponibilizados podem ser avaliados como...

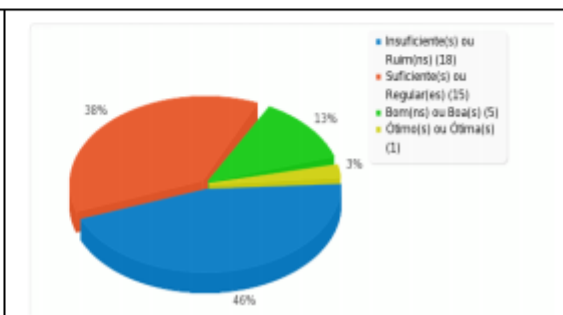
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

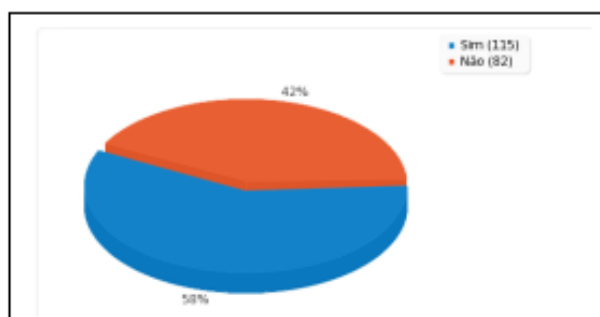


**Alunos-Pós**

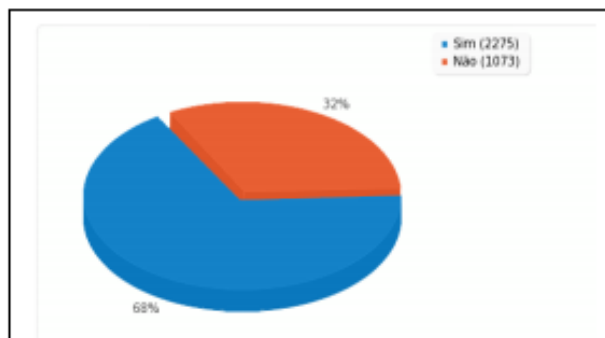


☞ O seu curso possui outros laboratórios além dos laboratórios de informática? Neste caso, considere: 1- Não e 2-Sim.

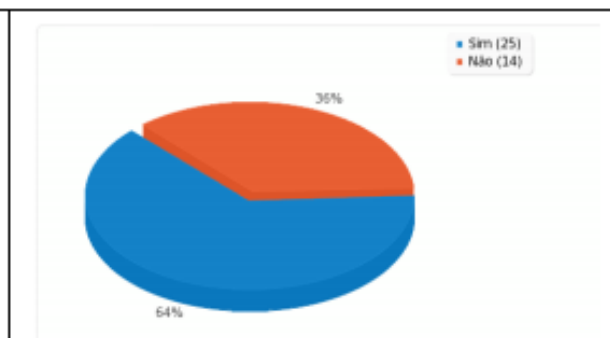
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

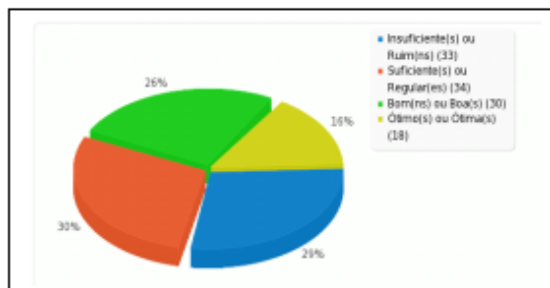


**Alunos-Pós**

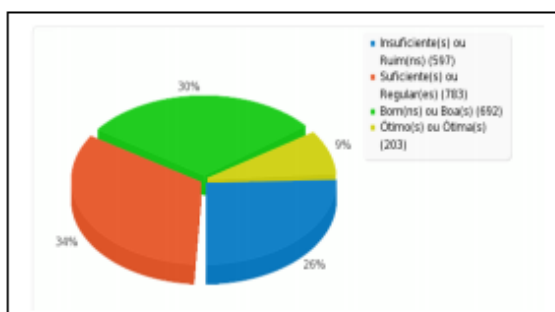


⇒ Estes outros laboratórios, no que se referem à qualidade e às condições de equipamentos, podem ser avaliados como...

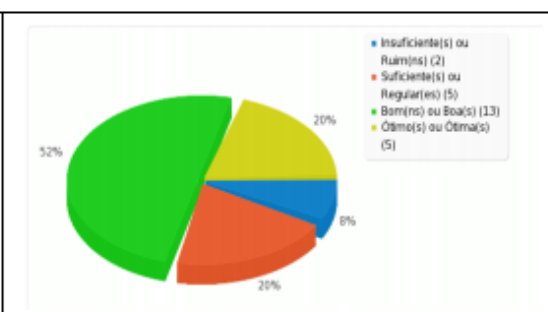
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

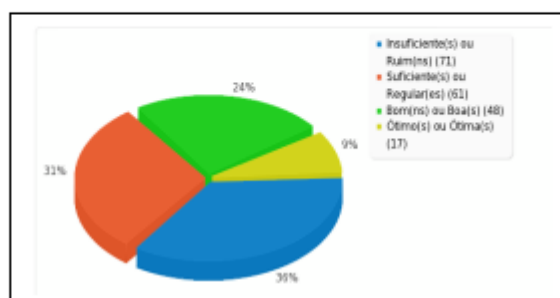


**Alunos-Pós**

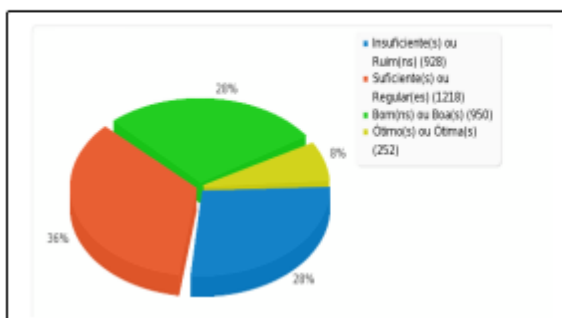


⇒ O seu curso, no que se refere ao apoio de pessoal administrativo, pode ser avaliado como...

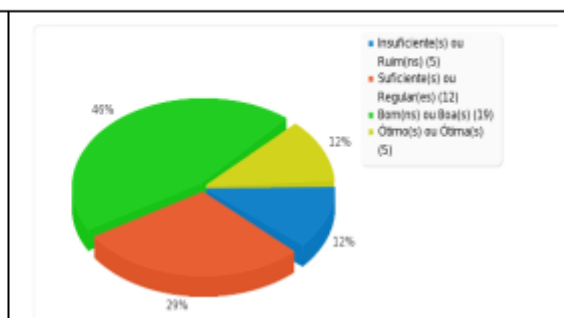
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

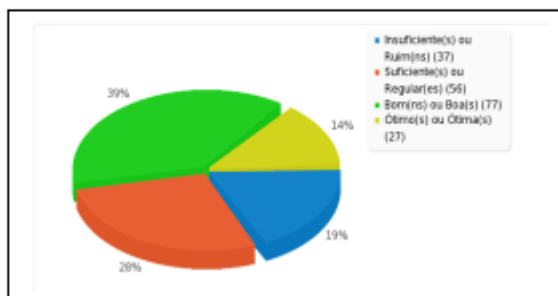


**Alunos-Pós**



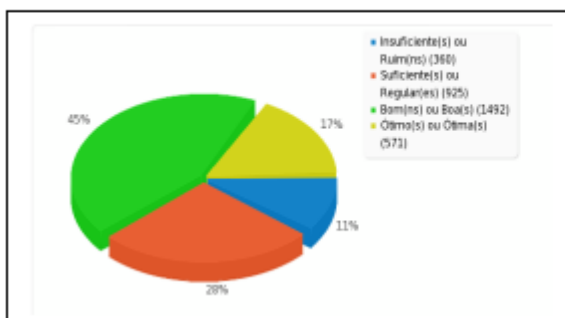
⇒ O horário e calendário de funcionamento da Biblioteca atendem as suas necessidades de forma....

**Docentes**

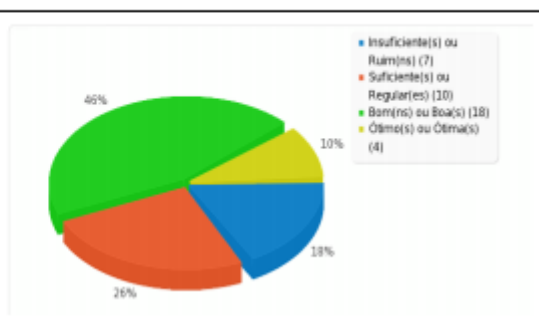


172

**Alunos-Graduação**

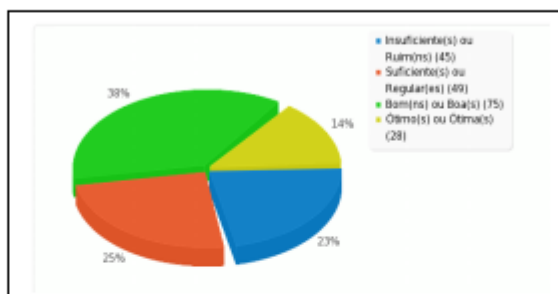


**Alunos-Pós**

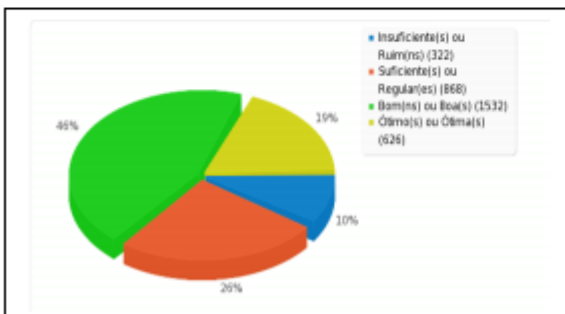


⇒ O atendimento na Biblioteca pode ser avaliado como....

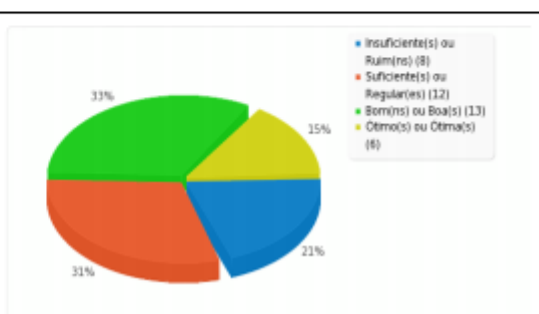
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

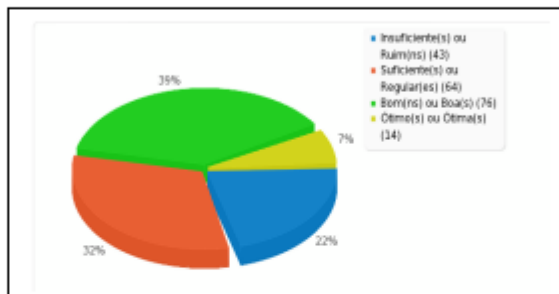


**Alunos-Pós**

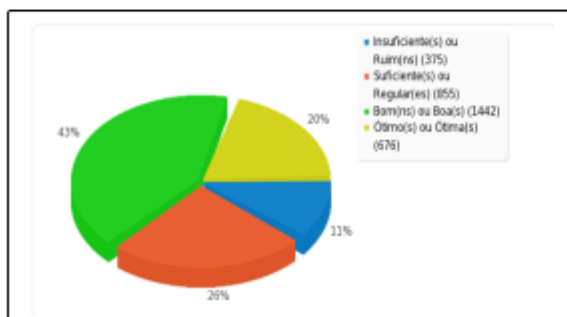


Os ambientes da biblioteca atendem às necessidades de estudo e pesquisa individual ou em grupos de forma...

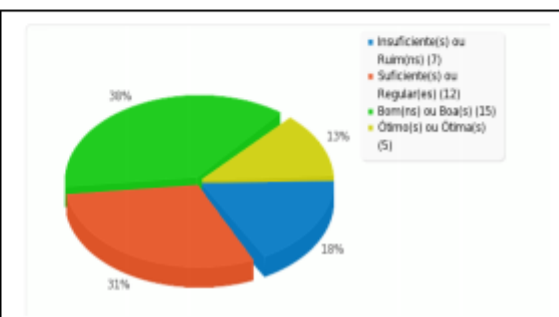
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

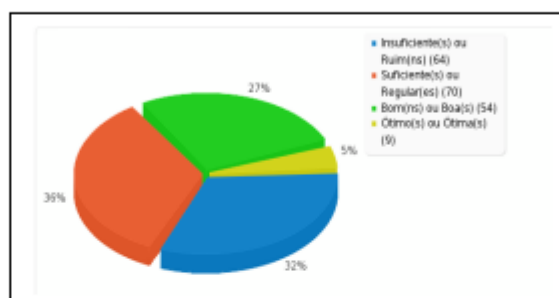


**Alunos-Pós**

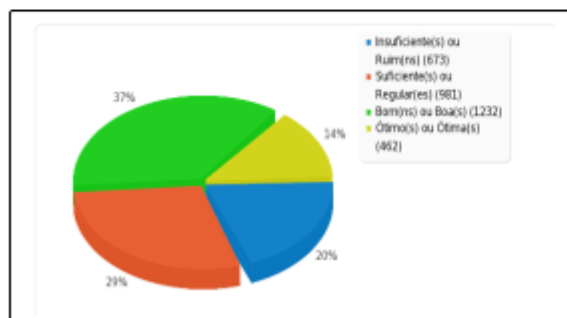


A informatização para consulta do acervo da Biblioteca pode ser avaliada como....

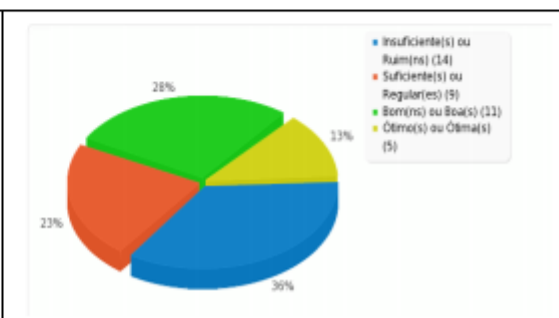
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

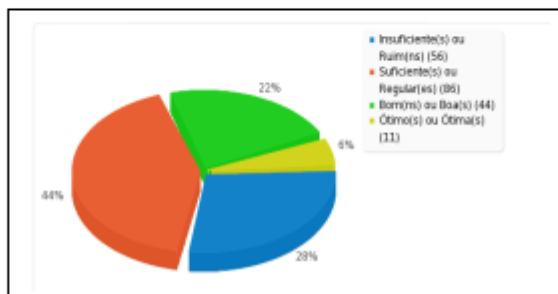


**Alunos-Pós**

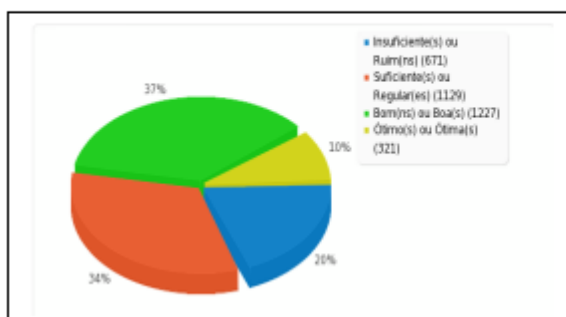


Com relação à bibliografia básica indicada nas disciplinas de seu curso, pode-se avaliar o acervo bibliográfico disponibilizado como...

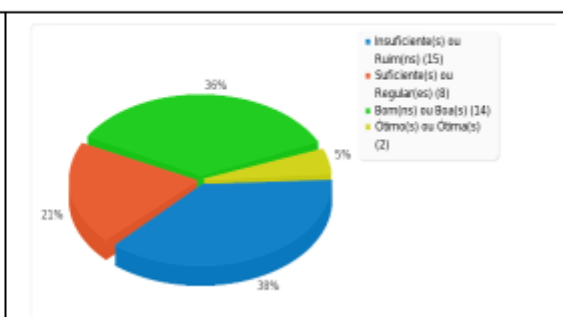
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

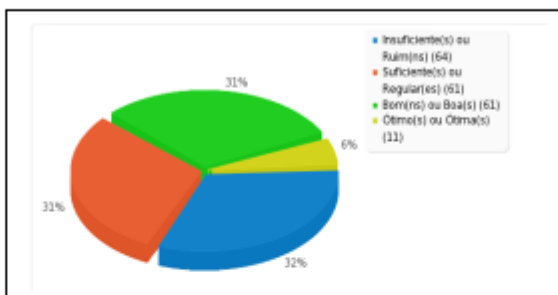


**Alunos-Pós**

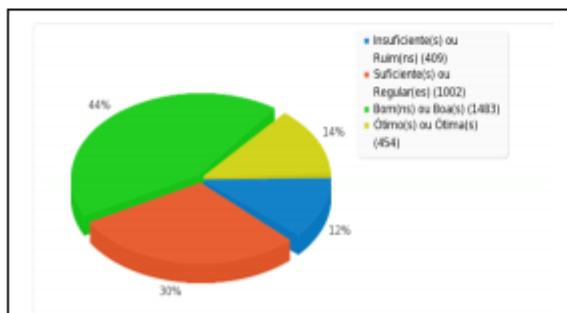


O tempo de empréstimo do acervo da Biblioteca pode ser considerado....

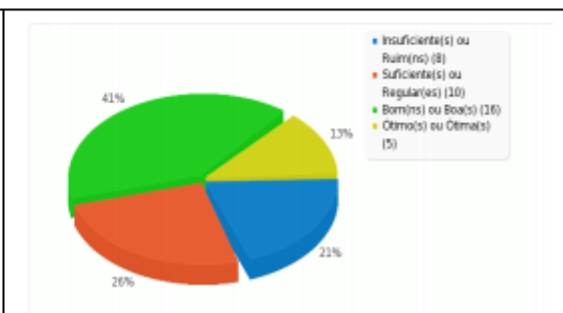
**Docentes**



**Alunos-Graduação**



**Alunos-Pós**





**Auto Avaliação Institucional 2011**

Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

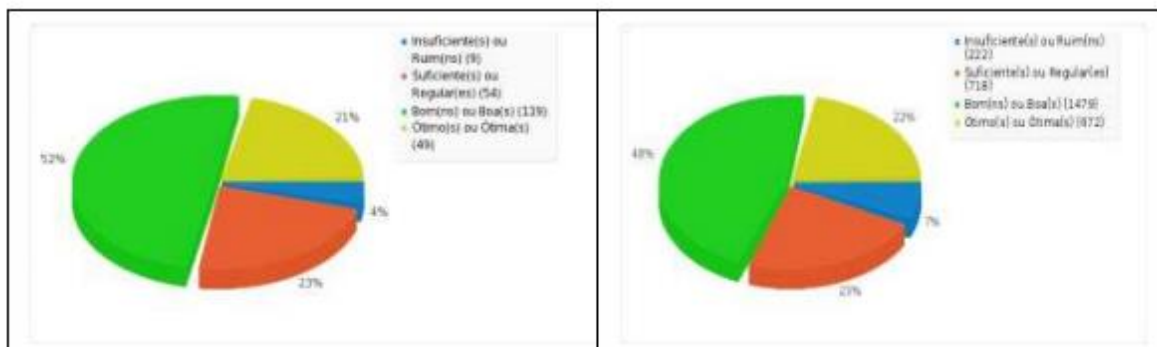
De acordo com o citado no item 10.2, foram consideradas apenas as questões referentes ao aspecto avaliado ENSINO-GRADUAÇÃO.

**Questão comum aos docentes e alunos:**

☞ A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)

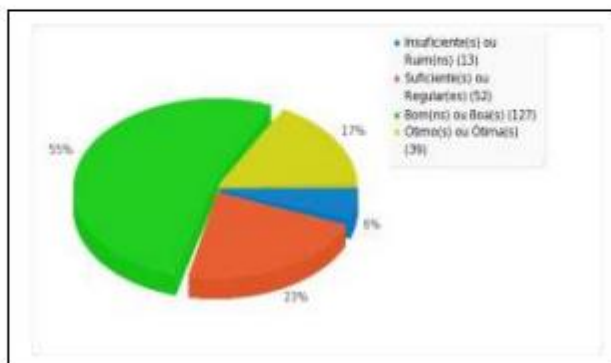
**Docentes**

**Alunos-Graduação**



**Questão específica aos docentes**

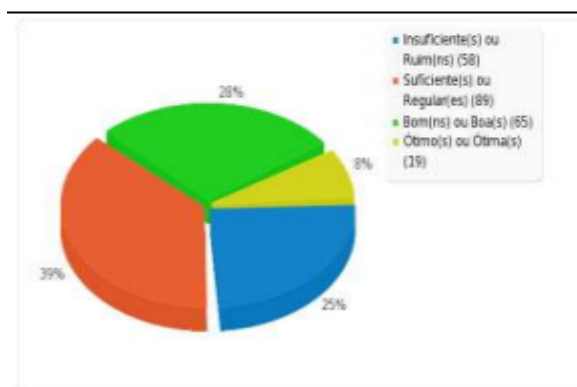
☞ A adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando, pode ser avaliada como...



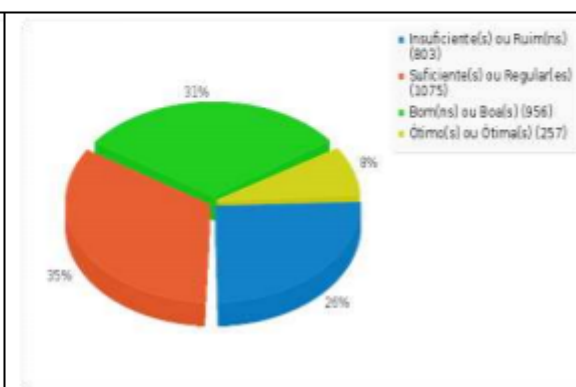
**Questão comum aos docentes e alunos:**

➡ Recursos envolvendo multimídia, hardwares, softwares e outros devem ser disponibilizados e atualizados, visando dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. No seu curso isso ocorre de forma...

**Docentes**

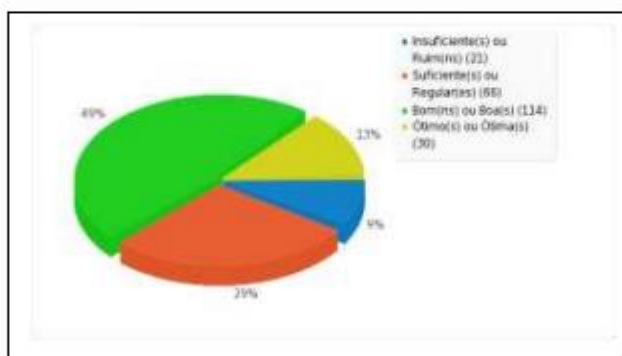


**Alunos-Graduação**



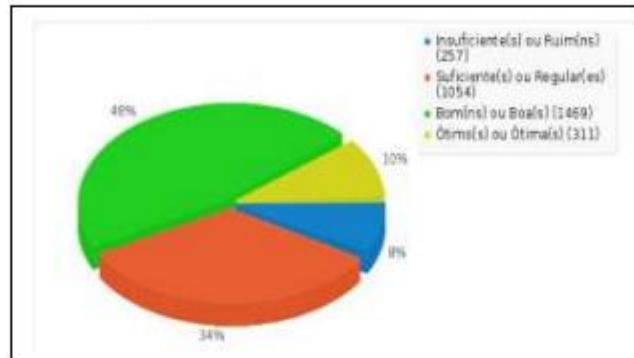
**Questão específica aos docentes**

➡ As práticas pedagógicas no seu curso promovem a interação interdisciplinar e a contextualização. Isso ocorre de maneira...

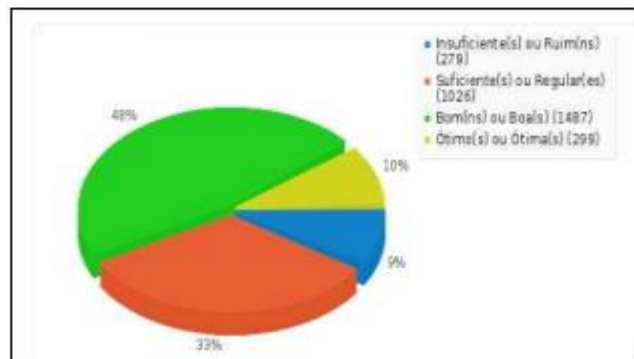


### Questões específicas aos alunos

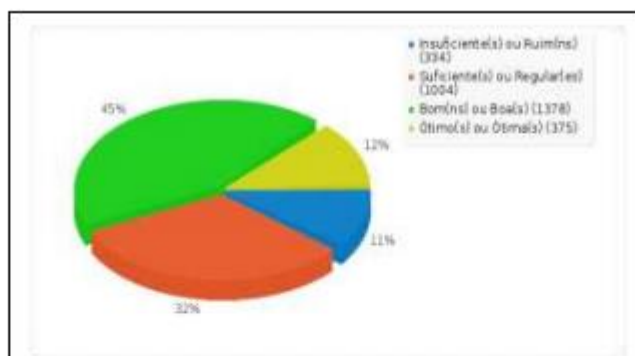
➤ 1- De forma geral, pode-se dizer que a apresentação do programa e objetivos das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



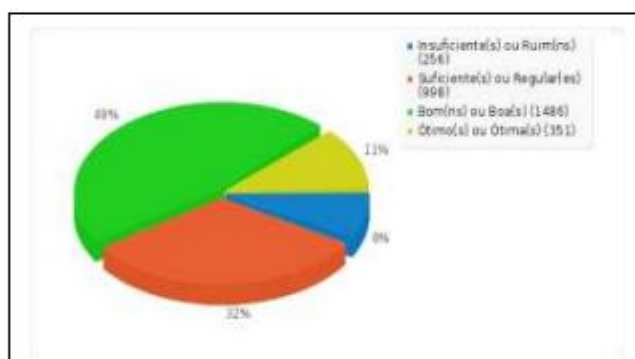
➤ 2- De forma geral, pode-se dizer que a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



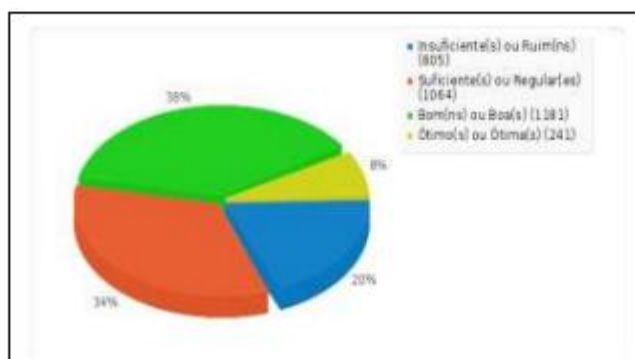
3- De forma geral, pode-se dizer que o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos ocorre de maneira...



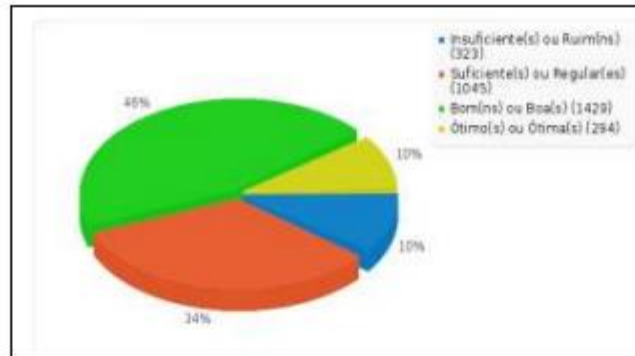
4- De forma geral, pode-se dizer que o cumprimento do conteúdo programático ocorre de maneira...



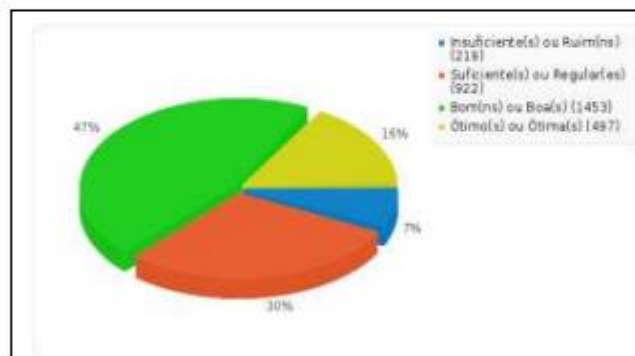
5- As práticas pedagógicas promovem a contextualização. De forma geral, pode-se dizer que a relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



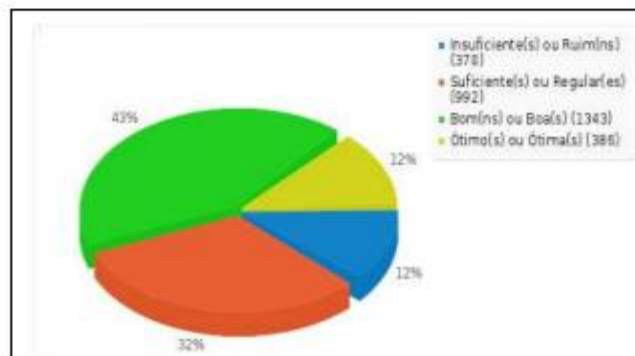
6- De forma geral, pode-se dizer que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorre de maneira...



7- De forma geral, pode-se dizer que a assiduidade dos seus professores ocorre de forma...



8- De forma geral, pode-se dizer que a pontualidade dos seus professores pode ser avaliada como...

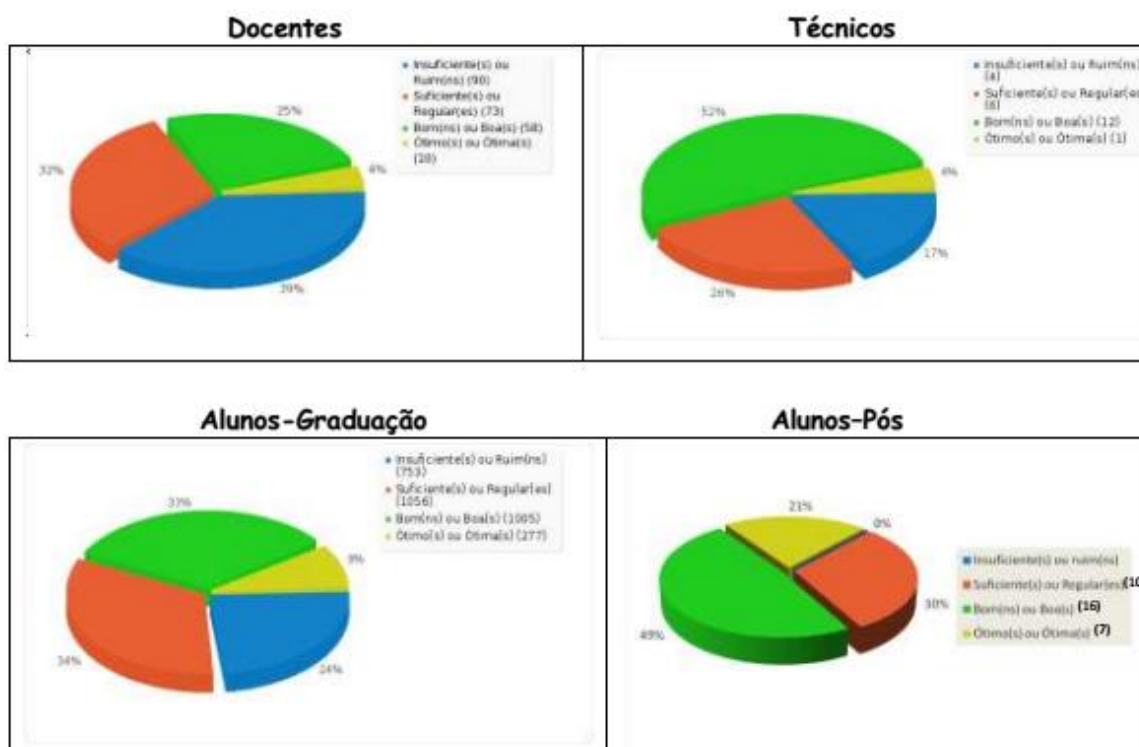


Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Segundo informado no item 10.2, foi considerada apenas as questões que compuseram o aspecto avaliado a.1), ou seja, “Adequação da infraestrutura da Instituição em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

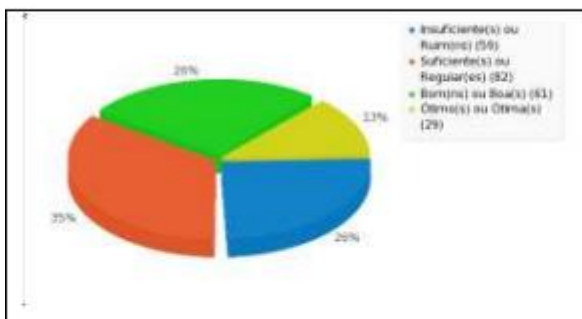
**Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:**

⇒ As salas da Instituição, nos quesitos iluminação e conforto térmico e acústico, de forma geral, apresentam condições...

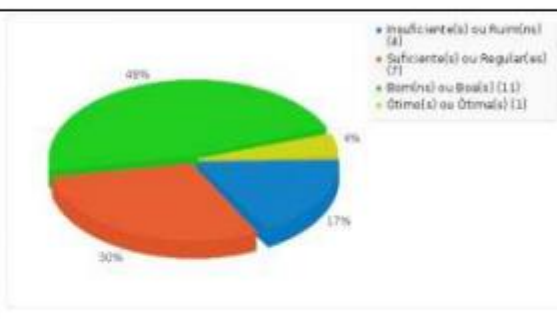


As condições das salas de aula, laboratórios e demais ambientes da Instituição, no que se referem à limpeza, podem ser avaliadas como...

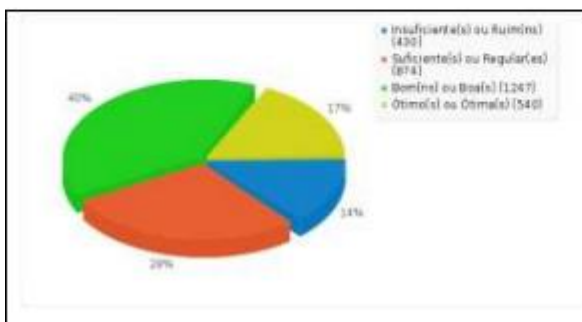
**Docentes**



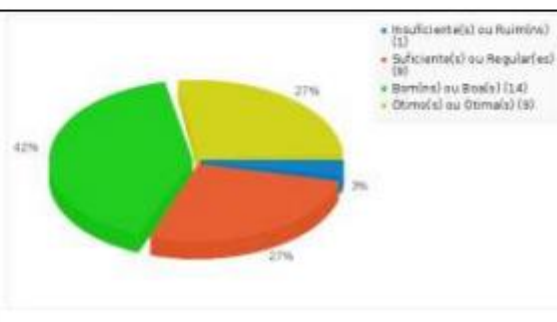
**Técnicos**



**Alunos-Graduação**

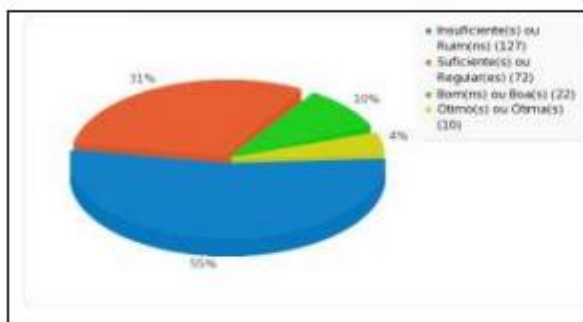


**Alunos-Pós**

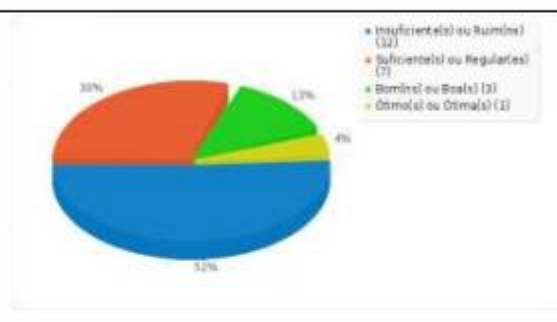


As instalações da Instituição são adequadas e adaptadas para os portadores de necessidades especiais de forma...

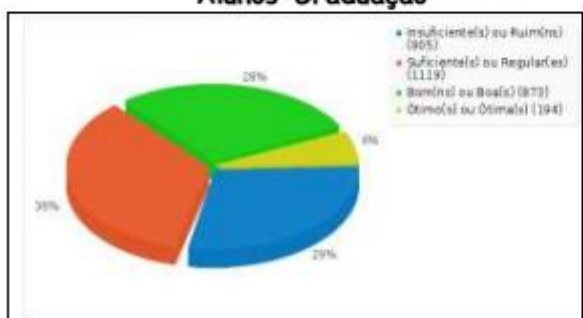
**Docentes**



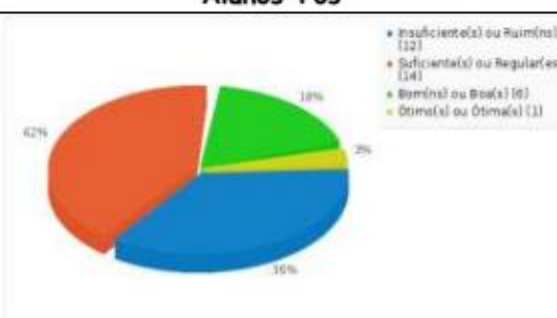
**Técnicos**



**Alunos-Graduação**

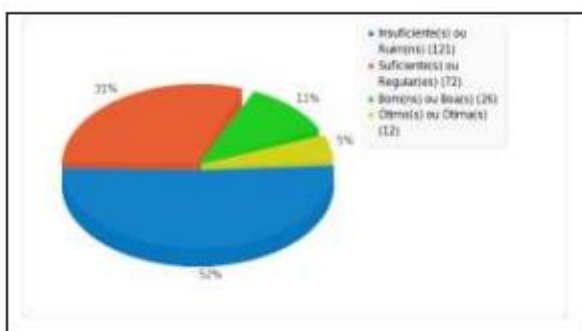


**Alunos-Pós**

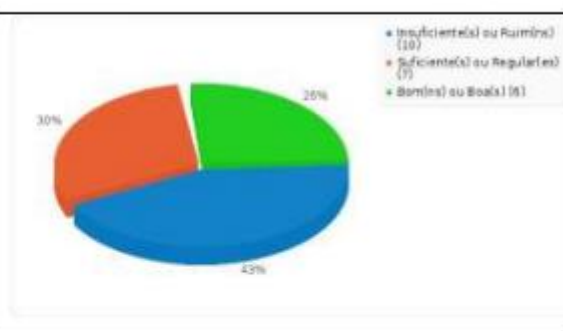


As opções de alimentação disponíveis atendem as suas necessidades de forma...

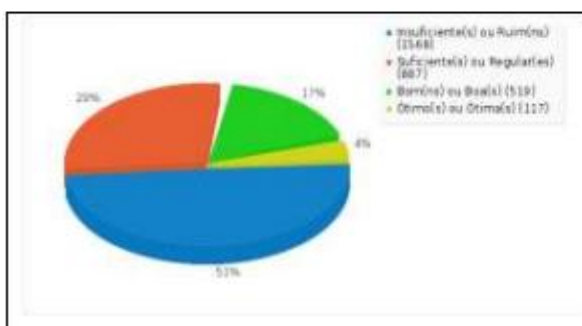
**Docentes**



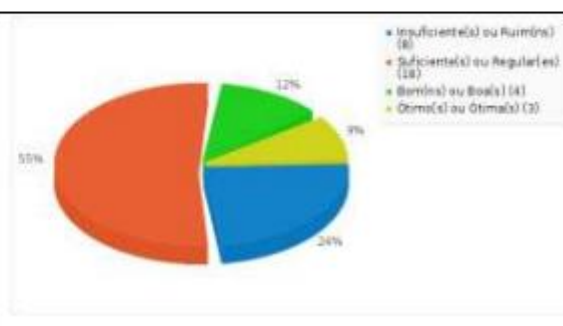
**Técnicos**



**Alunos-Graduação**

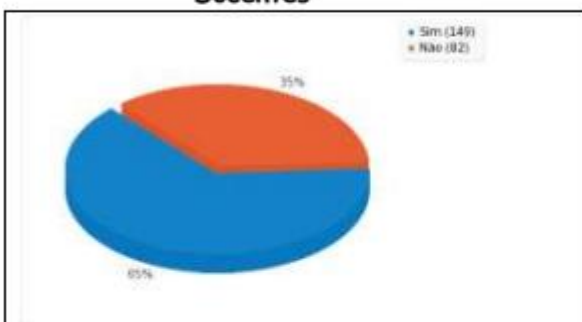


**Alunos-Pós**

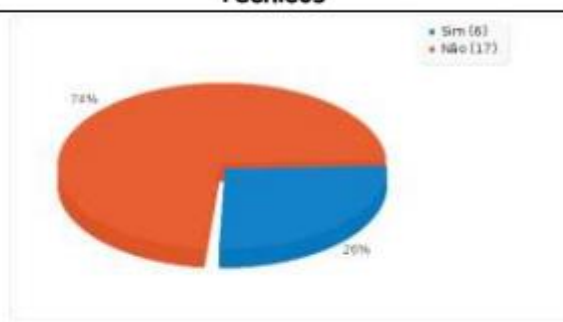


Utiliza veículo de transporte próprio ou familiar para ir ao CEFET/RJ? Neste caso, considere: 1- Não e 2-Sim.

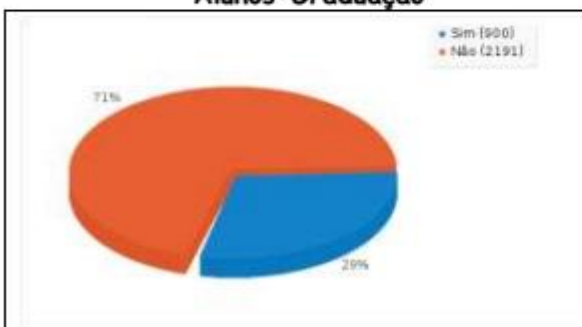
**Docentes**



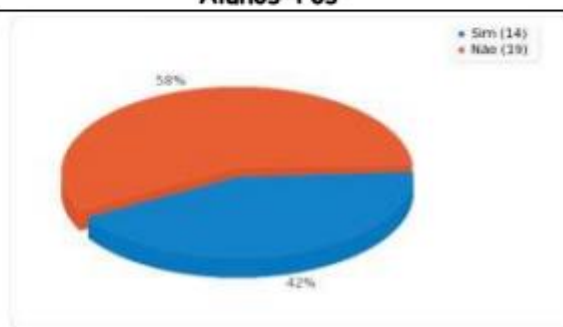
**Técnicos**



**Alunos-Graduação**

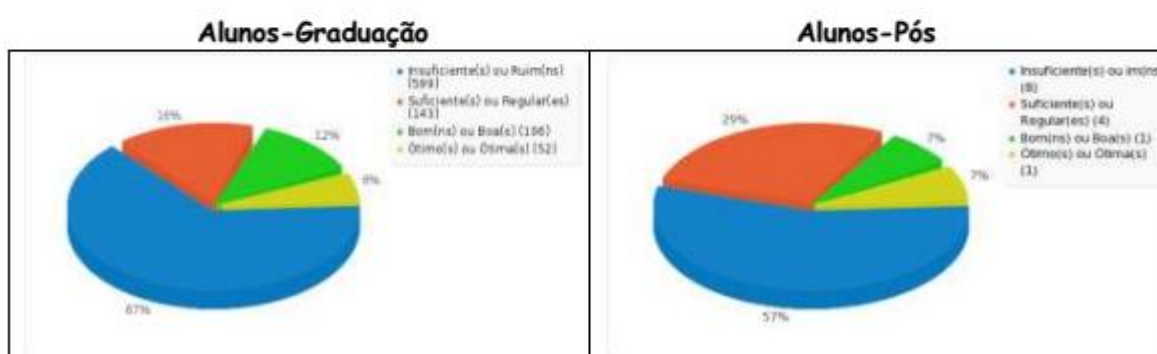
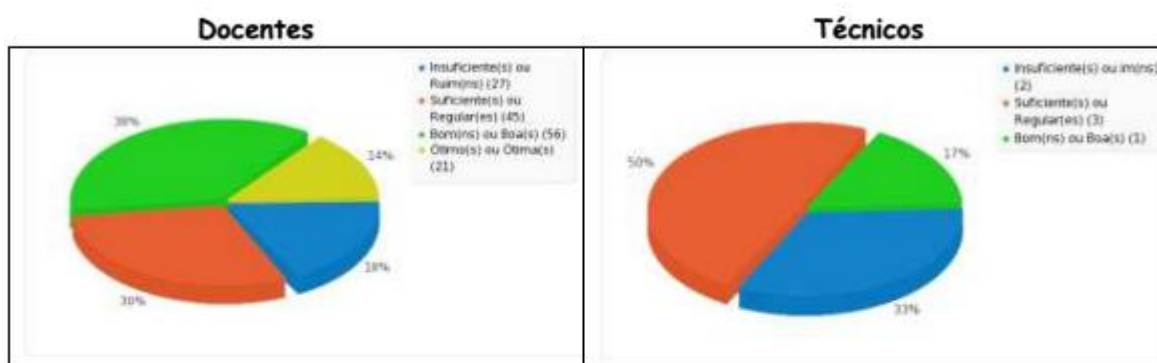


**Alunos-Pós**

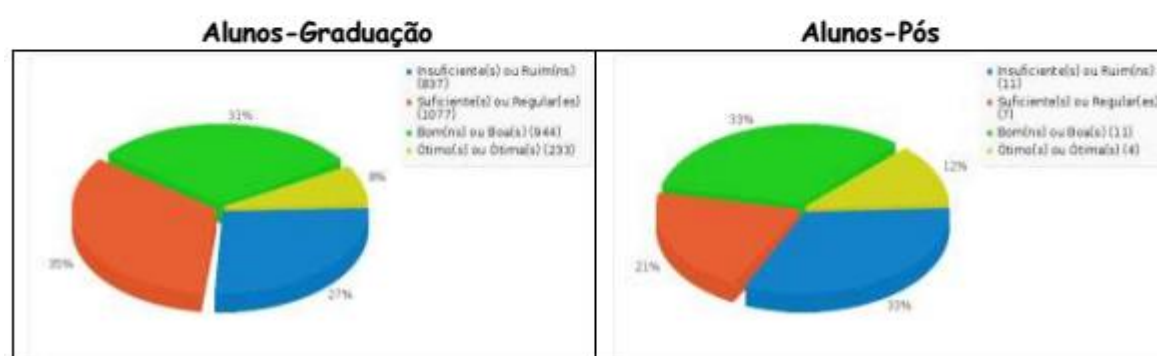
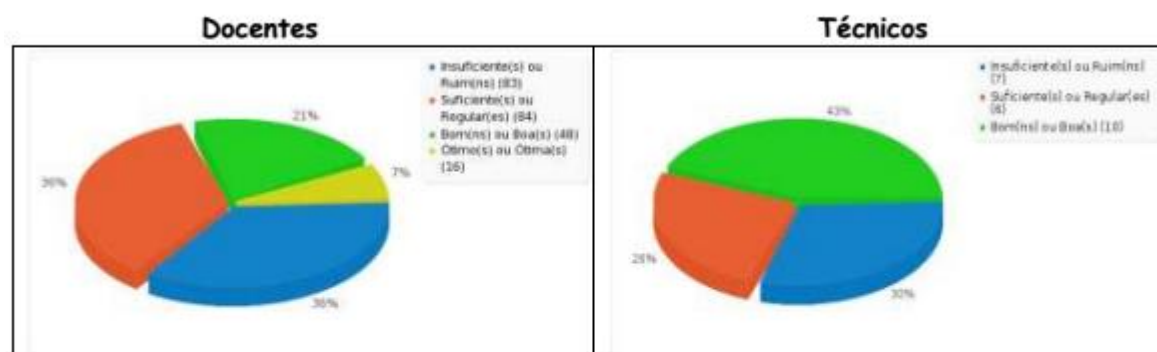




As opções de estacionamento disponíveis atendem as suas necessidades de forma...  
(Caso tenha apontado que possui veículo próprio ou familiar):



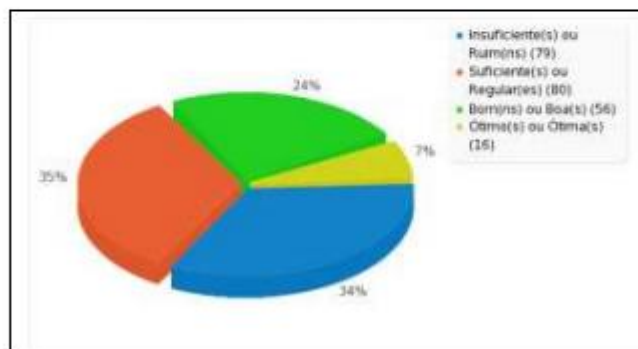
Em seu curso, os recursos de informática disponibilizados, no que se referem aos microcomputadores e à internet, podem ser avaliados como...



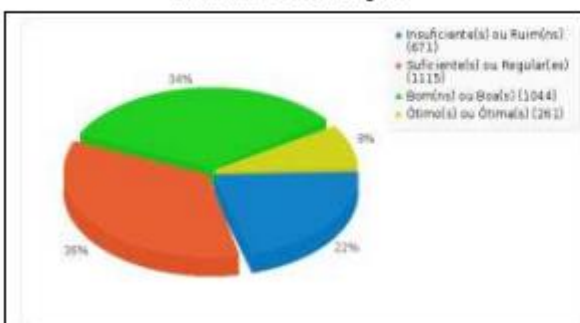
**Questões comuns aos docentes e alunos:**

⇒ A mobília e os recursos didáticos disponíveis nas salas de aula podem ser avaliados como...

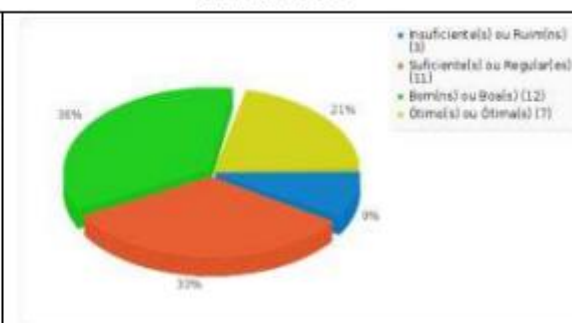
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

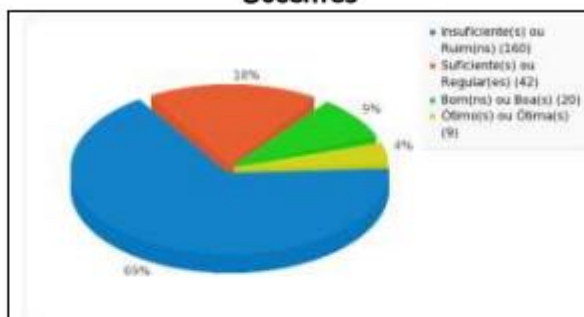


**Alunos-Pós**

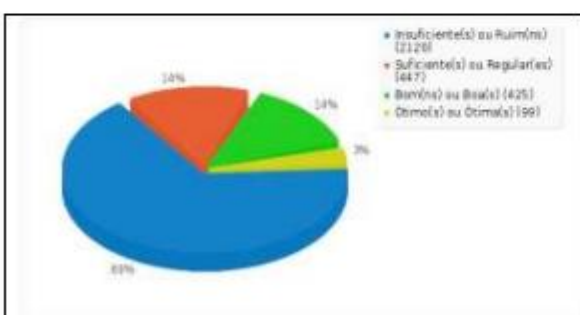


⇒ Os serviços de reprografia (xerox) disponibilizados podem ser avaliados como...

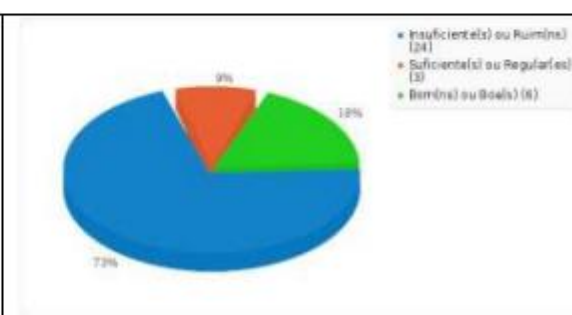
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

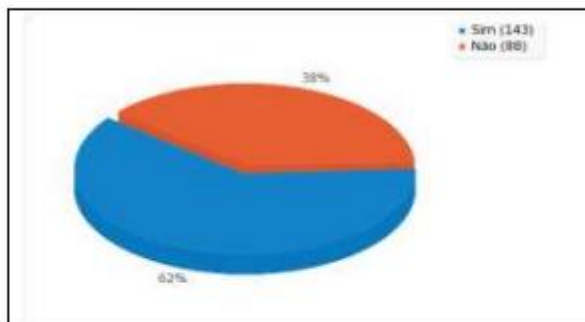


**Alunos-Pós**

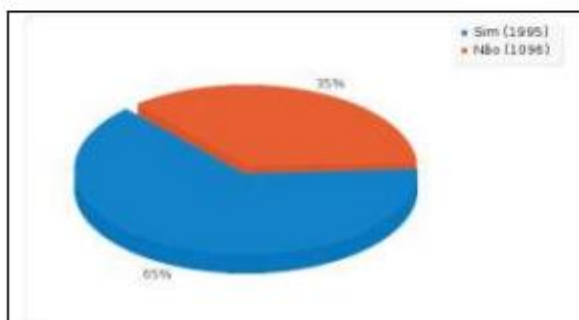


⇒ O seu curso possui outros laboratórios além dos laboratórios de informática? Neste caso, considere: 1- Não e 2-Sim.

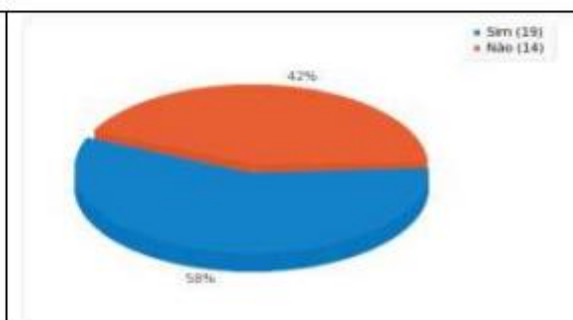
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

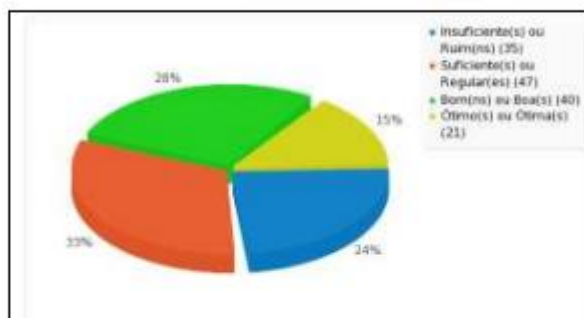


**Alunos-Pós**

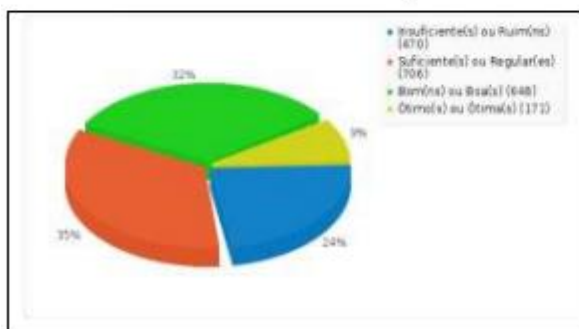


⇒ Estes outros laboratórios, no que se referem à qualidade e às condições de equipamentos, podem ser avaliados como...

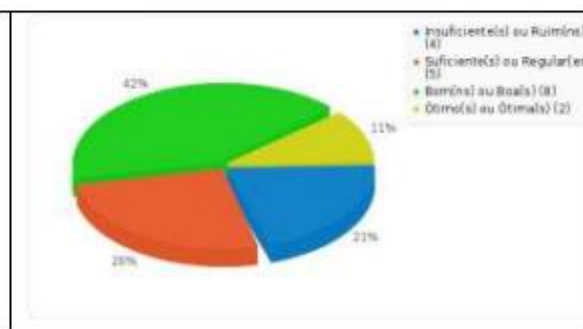
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

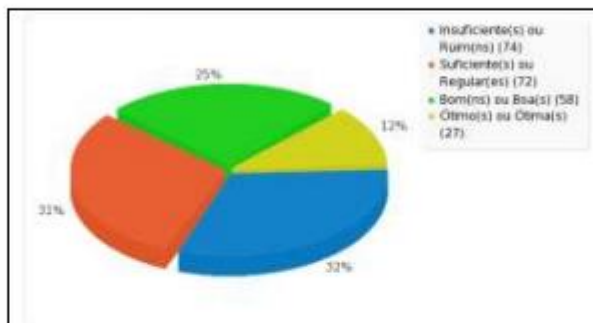


**Alunos-Pós**

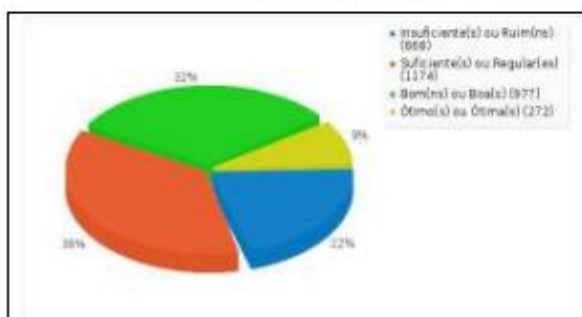


⇒ O seu curso, no que se refere ao apoio de pessoal administrativo, pode ser avaliado como...

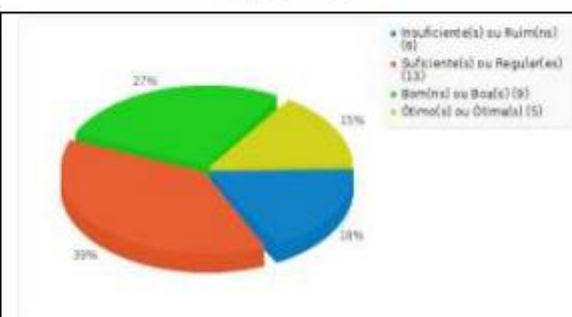
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

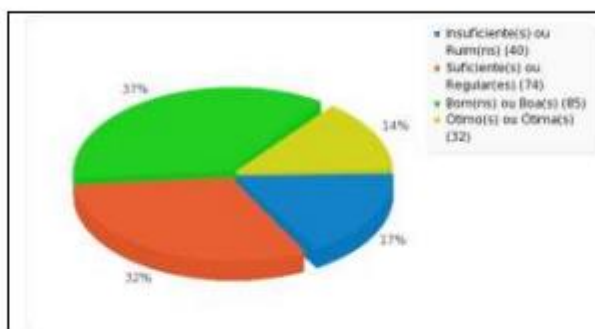


**Alunos-Pós**

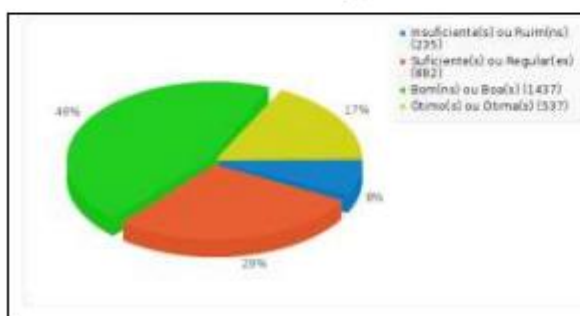


⇒ O horário e calendário de funcionamento da Biblioteca atendem as suas necessidades de forma....

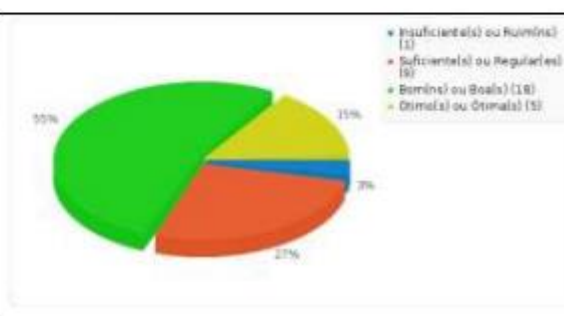
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

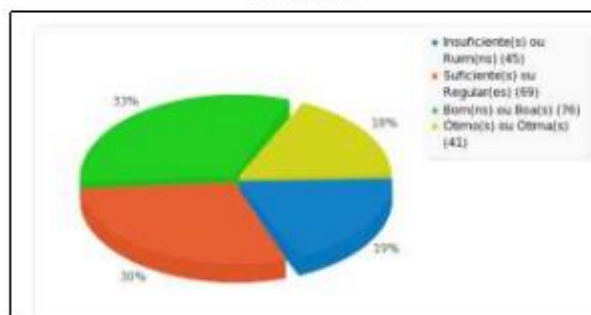


**Alunos-Pós**

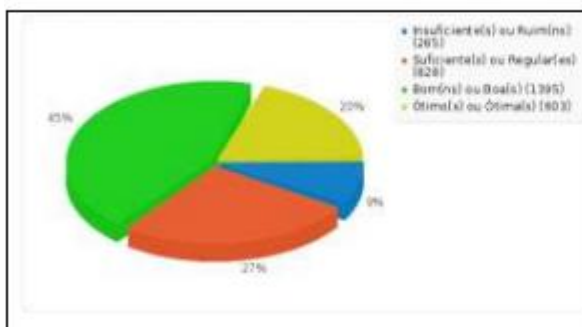


➤ O atendimento na Biblioteca pode ser avaliado como....

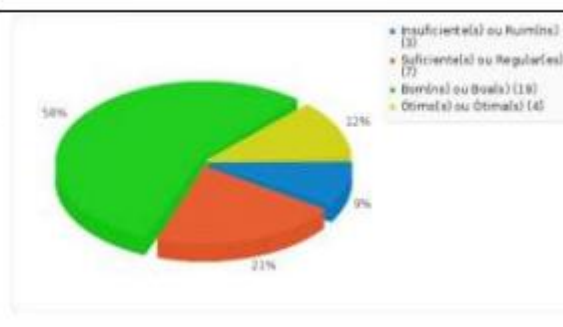
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

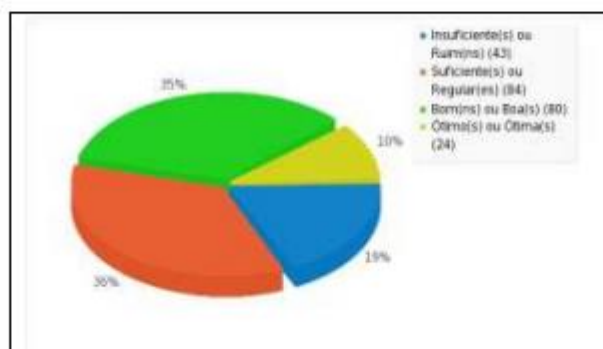


**Alunos-Pós**

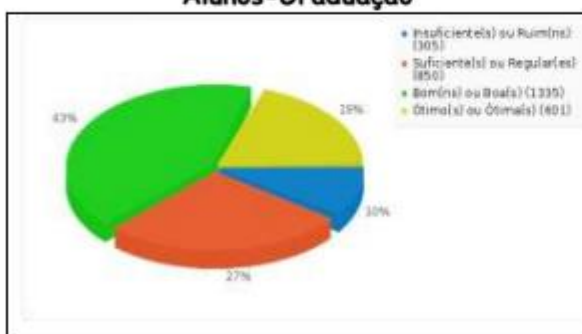


➤ Os ambientes da biblioteca atendem às necessidades de estudo e pesquisa individual ou em grupos de forma...

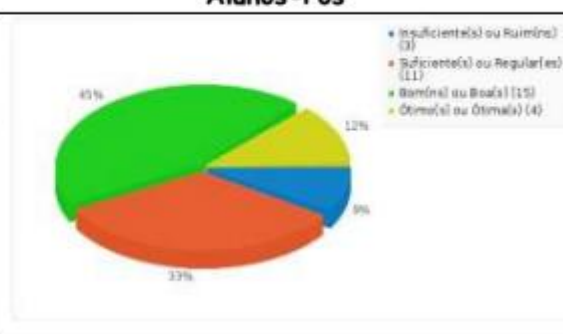
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

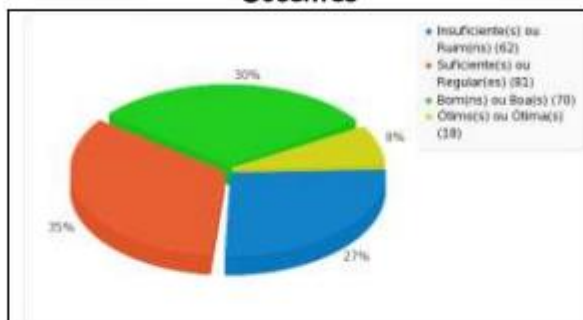


**Alunos-Pós**

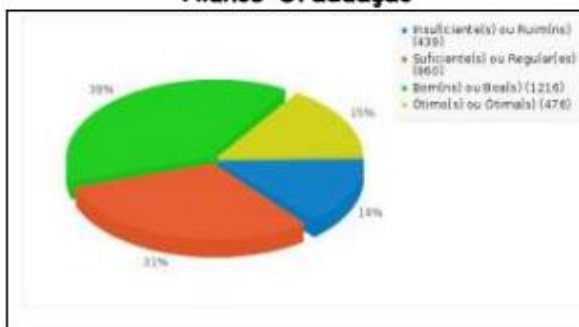


➔ A informatização para consulta do acervo da Biblioteca pode ser avaliada como....

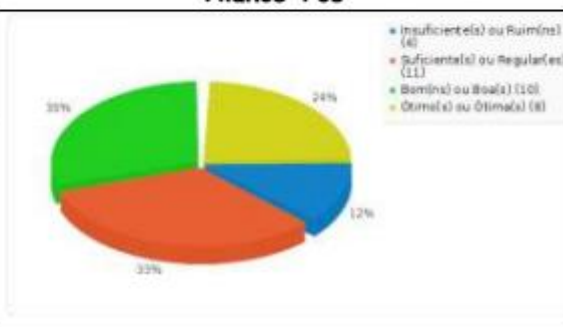
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

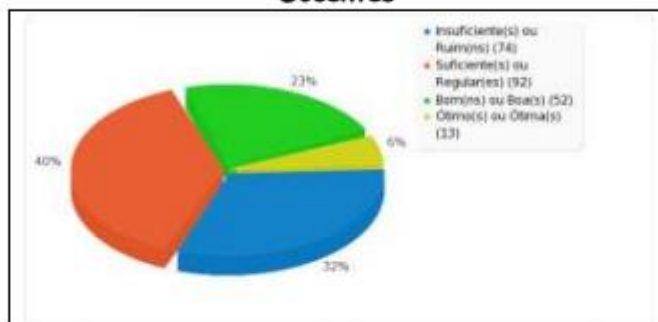


**Alunos-Pós**

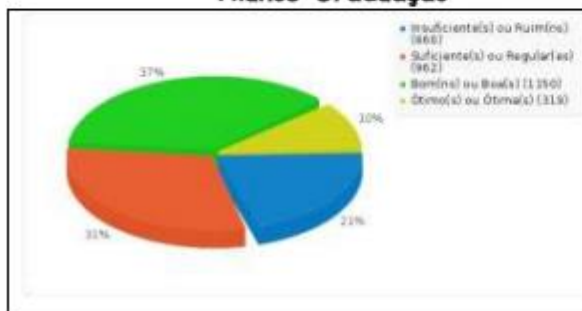


➔ Com relação à bibliografia básica indicada nas disciplinas de seu curso, pode-se avaliar o acervo bibliográfico disponibilizado como...

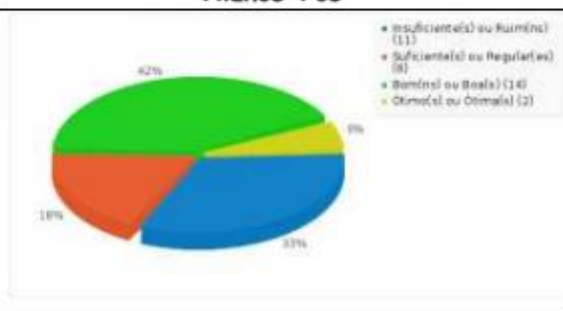
**Docentes**



**Alunos-Graduação**

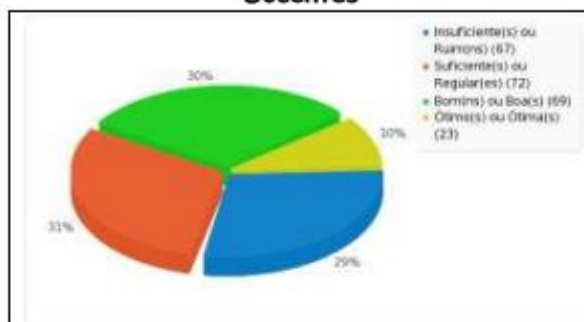


**Alunos-Pós**

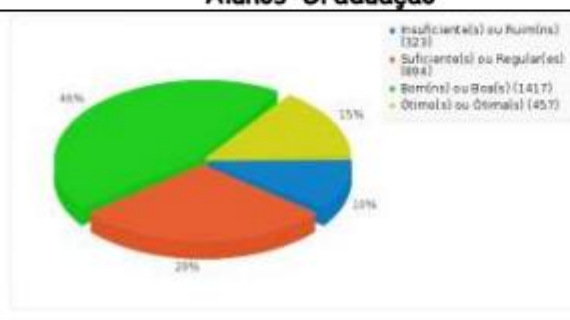


➤ O tempo de empréstimo do acervo da Biblioteca pode ser considerado....

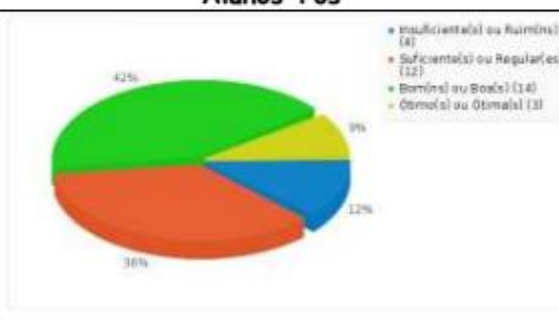
**Docentes**



**Alunos-Graduação**



**Alunos-Pós**



**11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.****11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

O Centro ainda não aplica integralmente os dispositivos elencados na NBC T 16.9 e NBC T 16.10. No momento, não existe servidor com a qualificação necessária no setor de patrimônio para a implementação integral dos dispositivos apresentados nas duas normas brasileiras. Por causa do motivo apresentado, principalmente os dispositivos relacionados à depreciação não são aplicados em todos os ativos do Centro.

**11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis**

A declaração apresentada por meio do **Quadro A.11.2.1** visa evidenciar a responsabilidade do Contador quanto ao registro, análise e elaboração das demonstrações contábeis do CEFET/RJ no ano de exercício de 2013.

**11.2.1 Declaração Plena**

Segue abaixo, no **Quadro A.11.2.1**, a Declaração Plena do Contador responsável pelo CEFET/RJ que apresenta o Relatório de Gestão para dar cumprimento ao normativo do TCU.

**QUADRO A.11.2.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			153010
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta este Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
<b>Local</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>Data</b>	<b>30 de janeiro de 2014.</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Maria Luisa de Luca Mattos</b>	<b>CRC nº</b>	<b>078814/0-3</b>

**11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008**

Não se aplica a UJ.



---

---

## 11.6 Relatório de Auditoria Independente

---

---

Não se aplica ao CEFET/RJ.

**12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.****12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ****12.1.1 Funcionamento dos Cursos Médio, Técnico e Graduação - DIREN****12.1.1.1 Cursos de graduação - DIREN**

Nas tabelas abaixo são apresentados o número de alunos matriculados em todos os cursos de graduação de todos os *campi* do sistema CEFET/RJ.

**Tabela 1: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Sede (Maracanã)**

<b>Bacharelado</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Engenharia Mecânica	497	488
Engenharia Elétrica	192	184
Engenharia Eletrônica	155	151
Engenharia Telecomunicações	169	159
Engenharia de Produção	403	402
Engenharia Civil	346	373
Engenharia de Controle e Automação	169	163
Administração Industrial	396	390
Bacharelado em Ciência da Computação	47	64
<b>Total</b>	<b>2374</b>	<b>2374</b>

**Tabela 2: Alunos matriculados na graduação - Tecnologia - Unidade Sede (Maracanã)**

<b>Tecnologia</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Gestão Ambiental	161	154
Sistemas para Internet	161	165
Gestão de Turismo – A distância (EAD)	628	843
<b>Total</b>	<b>950</b>	<b>1162</b>

**Tabela 3: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Nova Iguaçu**

<b>Bacharelado</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Engenharia de Controle e Automação	288	298
Engenharia de Produção	276	287
<b>Total</b>	<b>564</b>	<b>585</b>

**Tabela 4: Alunos matriculados na graduação - Tecnologia - Unidade Nova Friburgo**

<b>Tecnologia</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Gestão em Turismo	115	108
<b>Total</b>	<b>115</b>	<b>108</b>

**Tabela 5: Alunos matriculados na graduação - Licenciatura - Unidade Nova Friburgo**

<b>Licenciatura</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Física	91	72
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>72</b>

**Tabela 6: Alunos matriculados na graduação - Tecnologia - Unidade Petrópolis**

<b>Tecnologia</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Gestão em Turismo	173	163
<b>Total</b>	<b>173</b>	<b>163</b>

**Tabela 7: Alunos matriculados na graduação - Licenciatura - Unidade Petrópolis**

<b>Licenciatura</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Física	105	91
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>91</b>

**Tabela 8: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Itaguaí**

<b>Bacharelado</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Engenharia Mecânica	177	252
<b>Total</b>	<b>177</b>	<b>252</b>

**Tabela 9: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Angra dos Reis**

<b>Bacharelado</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Engenharia Mecânica	0	35
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>35</b>

**Tabela 10: Sumário dos alunos matriculados na graduação de todos os *campi***

Alunos de graduação por tipo de curso	2013	2013
	1º sem	2º sem
Bacharelado	2938	3246
Tecnologia	1238	1433
Licenciatura	196	163
<b>Total</b>	<b>4372</b>	<b>4842</b>

### Número de alunos matriculados no curso do ensino médio

O CEFET/RJ só apresenta cursos do ensino médio na Sede (Maracanã) e na Unidade de Nova Iguaçu (**Tabela 9**). A evolução do total de alunos matriculados é apresentado abaixo.

**Tabela 9: Alunos matriculados no ensino médio por campus**

Campus	2012	2013
Sede – Maracanã	1179	801
Unidade Nova Iguaçu	406	299
<b>Total</b>	<b>1585</b>	<b>1100</b>

### Número de alunos matriculados nos cursos de ensino técnico subsequente

Os números apresentados para os alunos matriculados nos cursos de ensino técnico subsequente são formados pela média aritmética relativa aos dois semestres de cada ano, conforme Decisão nº 408/2002-TCU. Deve ser observado que o CEFET/RJ oferece quatro modalidades de cursos técnicos: subsequente, à distância (e-Tec Brasil), concomitante e formação de jovens e adultos (PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Nas tabelas seguintes são apresentados os quantitativos de matrículas por *campus* em todas as modalidades, especializações e sua evolução temporal.

**Tabela 10: Alunos matriculados no ensino técnico subsequente - Unidade Sede (Maracanã)**

<b>Ensino técnico subsequente</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Edificações	100	113
Eletrotécnica	79	79
Estradas (curso não oferecido no período noturno)	-	-
Mecânica	84	87
Segurança do Trabalho	95	105
Telecomunicações	62	57
<b>Total</b>	<b>420</b>	<b>441</b>

**Tabela 11: Alunos matriculados no ensino técnico subsequente - Unidade Itaguaí**

<b>Curso técnico</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Portos	132	134
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>134</b>

### Número de alunos matriculados no ensino técnico à distância

Lançado em 2007, o programa de ensino técnico a distância proporciona educação profissional técnica com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso aos cursos técnicos.

**Tabela 12: Alunos matriculados no ensino técnico à distância - Unidade Sede (Maracanã)**

<b>Curso técnico</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Informática	0	27
Telecomunicações	0	22
Segurança do Trabalho e-Tec	114	674
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>723</b>

**Número de alunos matriculados nos ensino técnicos concomitante interno e externo**

Os números apresentados são relativos aos alunos matriculados nas modalidades concomitantes interno e externo de ensino técnico.

**Tabela 13: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Sede (Maracanã)**

<b>Ensino técnico concomitante</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Eletrônica	307	319
Eletrotécnica	278	253
Mecânica	365	406
Meteorologia	69	71
Edificações	381	455
Estradas	104	123
Telecomunicações	142	137
Segurança do Trabalho	143	160
Informática	241	209
Administração	207	188
Turismo e entretenimento	124	191
<b>Total</b>	<b>2361</b>	<b>2512</b>

**Tabela 14: Alunos matriculados no ensino técnico integrado - Unidade Sede (Maracanã)**

<b>Ensino técnico integrado</b>	<b>2013</b>
Eletrônica	70
Eletrotécnica	71
Mecânica	73
Meteorologia	40
Edificações	79
Telecomunicações	38
Segurança do Trabalho	40
Informática	78

Administração	43
<b>Total</b>	<b>532</b>

**Tabela 157: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Nova Iguaçu**

<b>Ensino técnico concomitante</b>	<b>2013</b>
Eletromecânica	128
Enfermagem	123
Informática	124
Telecomunicações	95
<b>Total</b>	<b>470</b>

**Tabela 168: Alunos matriculados no ensino técnico integrado - Unidade Nova Iguaçu**

<b>Ensino técnico integrado</b>	<b>2013</b>
Automação Industrial	35
Enfermagem	39
Informática	32
Telecomunicações	37
<b>Total</b>	<b>143</b>

**Tabela 17: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Maria da Graça**

<b>Ensino técnico concomitante</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Manutenção Automotiva	194	171
Segurança do Trabalho	261	229
Automação Industrial	188	179
<b>Total</b>	<b>643</b>	<b>579</b>



**Tabela 20: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Petrópolis**

<b>Ensino técnico concomitante</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Telecomunicações (TV Digital)	162	128
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>128</b>

**Tabela 18: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Nova Friburgo**

<b>Ensino técnico concomitante</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Informática Industrial	50	35
Informática	91	107
<b>Total</b>	<b>141</b>	<b>142</b>

**Tabela 22: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Itaguaí**

<b>Ensino técnico concomitante</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Mecânica	201	209
<b>Total</b>	<b>201</b>	<b>209</b>

**Tabela 19: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Angra dos Reis**

<b>Ensino técnico concomitante</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Mecânica	177	183
<b>Total</b>	<b>177</b>	<b>183</b>

**Tabela 20: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Valença**

<b>Ensino técnico concomitante</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
	<b>1º sem</b>	<b>2º sem</b>
Agroindústria	158	159
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>159</b>

## Número de alunos matriculados no ensino técnico – PROEJA

Não houve procura pelo ensino técnico PROEJA – Unidade Maria da Graça.

## Número de vagas oferecidas a alunos conveniados

O CEFET/RJ estabelece diversos convênios que possibilitam o acesso dos alunos matriculados em unidades Federais, Estaduais e Municipais para que possam compor seus estudos na modalidade curso técnico no CEFET/RJ. A **Tabela 21** elenca os convênios firmados e o quantitativo de vagas oferecidas.

**Tabela 21: Vagas oferecidas a alunos conveniados com outros colégios**

<b>Convênios</b>	<b>2013 Integrado</b>
Colégio Horácio de Macedo	251
Colégio Newton Braga	50
Colégio Pedro II	90
Colégio Ernesto Faria	50
SEEDUC – Secretaria de Estado de Educação RJ	-
<b>Total</b>	<b>441</b>

## 12.1.2 Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação e da Pesquisa Universitária - DIPPG

No que se refere à ação de Pós-Graduação a meta foi alcançada em vista dos 248 alunos matriculados, em relação meta fixada de 200. Em igual condição a ação de difusão da pesquisa atingiu a meta física de 174 pesquisas publicadas em relação às 130 previstas.

### 12.1.2.1 Pós-Graduação - DIPPG

Neste item são apresentados os principais resultados das atividades de pós-graduação em 2013. A Pós-Graduação conta atualmente com 6 programas de pós-graduação *stricto sensu* e 6 cursos de pós-graduação *lato sensu*. Indicadores relativos aos últimos anos mostram que a pós-graduação na Instituição está em franco crescimento, observando-se o envolvimento de um número cada vez maior de docentes.

O número de discentes da pós-graduação *stricto sensu* teve um crescimento de 235 para 248 e a pós-graduação *lato sensu* conta com 329 alunos na modalidade de ensino à distância (UAB) e 181 na modalidade presencial.

#### Artigos Completos Publicados em Periódicos

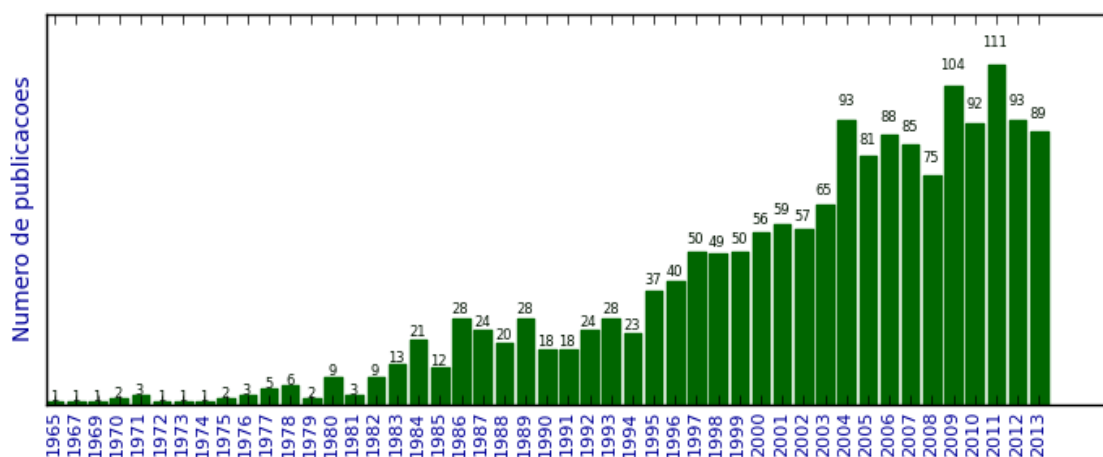


Figura 3: Número de artigos publicados em periódicos

## Trabalhos Completos Publicados em Anais de Congressos

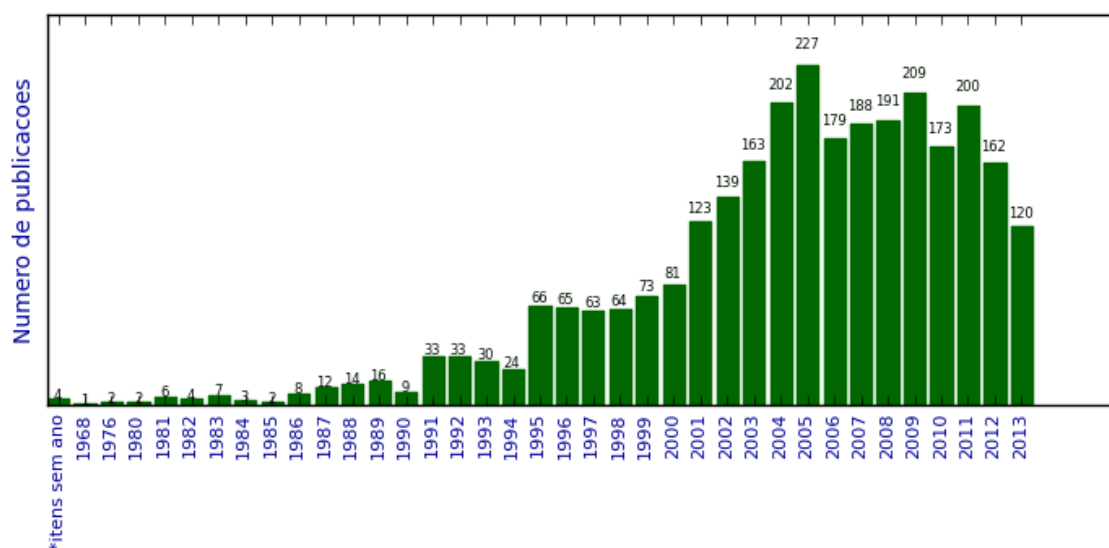


Figura 4: Número de artigos publicados em congressos

Em 2010, a CAPES atribuiu nota 4 ao PPECM, referente à avaliação trienal 2007-2009. Trata-se do primeiro programa de pós-graduação do CEFET/RJ a atingir este conceito, que dentro de uma escala de 1 a 5 equivale a BOM. Em 2013 a CAPES aprovou o primeiro curso de doutorado do CEFET/RJ dentro do PPCTE, tendo sido atribuído conceito 4. Também na avaliação trienal 2010-2013 o PPTEC recebeu conceito 4. Cabe ressaltar que dos 6 programas em funcionamento 3 (PPEMM, PPEEL e PPRER) são muito recentes, ficando com o conceito 3 usual para cursos novos. Os 6 programas em funcionamento em 2013 contam com um total de 64 bolsas (55 da CAPES, 2 do CNPq e 7 do orçamento do CEFET/RJ).

Nas Figura 3 e Figura 4 pode ser observado o funcionamento dos programas através das publicações em periódicos e artigos em congressos científicos.

### 12.1.2.2 Difusão da Pesquisa Universitária - DIPPQ

Aqui são apresentados os principais resultados associados às atividades da pesquisa em 2013. A Pesquisa tem as suas atividades estruturadas através dos Grupos de Pesquisa do CEFET/RJ cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq. A ampliação do número de grupos de pesquisa de 15 para 24, durante o período de 2007 a 2013, foi sustentada pelo aumento de pesquisadores com produção científica qualificada envolvida diretamente com atividades de pesquisa. Atualmente o CEFET/RJ possui seis Bolsistas de Produtividade do CNPq (1 nível 1D e 5 nível 2).

Os Programas Institucionais de Bolsas Iniciação Científicas (PIBIC) nas modalidades para a graduação e para o nível médio/técnico são programas vitais para a institucionalização da pesquisa na Instituição, pois permitem integrar alunos de graduação e do médio/técnico às atividades de pesquisa desenvolvidas pelos pesquisadores do CEFET/RJ. Assim, em 2012, o PIBIC conta com um total de 144 bolsas: 54 do CNPq e 90 do CEFET/RJ. Existe a participação de docentes orientadores lotados em diferentes departamentos acadêmicos, o que fortalece a integração entre os 2 níveis de ensino já observada nos grupos de pesquisa e nos programas e cursos de pós-graduação.

Os alunos do PIBIC são potenciais candidatos para desenvolverem dissertações nos cursos de mestrado da Instituição, fato que se têm observado nos últimos anos. O PIBIC também tem contribuído para melhorar a qualidade dos cursos de graduação, conforme pode ser confirmado pelas últimas avaliações do ENADE.

O PIBIC-EM ainda é um programa novo que apresenta um grande potencial de crescimento, tendo um importante papel de aumentar a integração das atividades de pesquisa com o médio/técnico. No exercício foram oferecidas 63 bolsas nessa modalidade.

Através dos investimentos com recursos da Instituição e de recursos captados por pesquisadores do CEFET/RJ junto aos órgãos de fomento (CNPq, FINEP, FAPERJ, etc) foi possível ampliar significativamente a infraestrutura de pesquisa.

---

### **12.1.2.3 Atividades de Pesquisa e Pós-graduação - DIPPG**

---

Nas seções subsequentes serão apresentadas as métricas das atividades de pesquisa e pós-graduação.

---

#### **12.1.2.3.1 Cursos de especialização - DIPPG**

---

Na Tabela 22 é apresentado o número de alunos matriculados e o de certificados emitidos pelos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* fornecidos pelo CEFET/RJ.

**Tabela 22: Número de alunos matriculados e certificados nos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* - DIPPG**

<b>Curso</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Certificados</b>
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Angra dos Reis	35	00
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Campo Grande	49	39
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Macaé	23	27
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Volta Redonda	34	00
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Rio Bonito	29	15
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Nova Friburgo	24	20
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Pirai	50	00
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Petrópolis	48	00
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Nova Iguaçu	37	00
Relações Etnicorraciais e Educação	41	15
Culturana América Latina	00	00
Gestão Patrimonial e Ambiental em Turismo	00	00
Educação e Contemporaneidade	24	00
Letramento(s)e Práticas Educacionais	63	08
Ensino de LínguasEstrangeiras	24	22
Trabalho, Tecnologia e Educação	19	00
Filosofia	10	00
Total	510	146

---

#### **12.1.2.3.2 Cursos de mestrado - DIPPG**

---

A meta orçamentária prevista para 2013 foi de 200 alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*. Na Tabela 23 são mostrados os números de alunos matriculados e pode ser observado que a meta foi satisfeita com um acréscimo significativo de alunos.

**Tabela 23: Número de alunos matriculados e certificados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* - DIPPG**

<b>Curso</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Certificados</b>
Mestrado em Tecnologia	38	10
Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática	31	12
Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia dos Materiais	43	9
Mestrado em Engenharia Elétrica	45	1
Mestrado em Ciências, Tecnologia e Educação	37	13
Mestrado em Relações Étnicorraciais	50	11
Doutorado em Ciências, Tecnologia e Educação	04	0
<b>Total</b>	<b>248</b>	<b>56</b>

Pode também ser observado (Tabela 24) que os cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* vêm aumentando sistematicamente o número de alunos matriculados.

**Tabela 24: Série histórica dos alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* - DIPPG**

<b>Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i></b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Alunos matriculados	224	235	248
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>235</b>	<b>248</b>

A previsão para 2013 foi de 130 publicações em jornais e dissertações. No final do exercício essa métrica alcançou o patamar de 174 documentos, como pode ser observado na Tabela 25.

**Tabela 25: Trabalhos produzidos pela Pós-graduação *Stricto Sensu* - DIPPG**

<b>Tipo de trabalho produzido pela Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i></b>	<b>Quantidade</b>
Dissertação de mestrado	56
Publicação Científica em jornal	118
<b>Total</b>	<b>174</b>

#### **12.1.2.4 Concessão de bolsas - DIPPG**

No exercício de 2013, o CEFET/RJ concedeu 182 bolsas relacionadas à pesquisa e a divisão entre os programas específicos é apresentada na Tabela 26.

**Tabela 26: Número de alunos bolsistas por modalidade de programa de concessão de bolsas - DIPPG**

<b>Modalidade de concessão</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Certificados</b>
Mestrado Convênio CAPES	27	11
Mestrado Bolsa CEFET	02	0
Mestrado Bolsa CNPq	02	0
Mestrado Bolsa FAPERJ	3	3
PIDCT	0	0
PIBIC - Iniciação Científica Graduação (CEFET)	54	54
PIBIC - Iniciação Científica Graduação (CNPq)	34	34
PIBIC-EM - Iniciação Científica Médio/Técnico (CEFET)	43	43
PIBIC-EM - Iniciação Científica Médio/Técnico (CNPq)	20	20
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>165</b>

---

**12.1.2.5 Eventos, seminários e simpósios organizados - DIPPG**


---

Os seguintes eventos foram organizados pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação do CEFET/RJ:

- 1ª Jornada Integrada de Pesquisa e Pós-Graduação – JIPP 2013; O evento engloba o 3º Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação, o 13º Seminário de Iniciação Científica (graduação e ensino médio) e o 1º Seminário do Programa Jovens Talentos para a Ciência; Organização: DIPPG/DEPEQ/COLAT/PPGSS; Período: 22/10 a 25/10/2013; Local: campus do Maracanã;
- 2<sup>nd</sup> Brazilian Symposium on Functional and Structural Materials; O simpósio tem como objetivo reunir os trabalhos de pesquisadores de diversas instituições nas áreas de engenharia mecânica e materiais; A primeira edição do simpósio foi realizada em João Pessoa, em Outubro de 2009. Organização: CEFET/RJ. Período: 25 a 26 de abril de 2013; Local: campus do Maracanã.

---

**12.1.2.6 Métricas do PDI relativas à Pesquisa e Pós-Graduação - DIPPG**


---

ATIVIDADES DE PESQUISA		HISTÓRICO			
OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	2010	2011	2012	2013
2.3.11. Incrementar, gradativamente, o número e o status de grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq	Número absoluto de grupos de pesquisa	22	25	24	24
	Número de Grupos Consolidados	5	5	4	6
	Número de Grupos em Consolidação	9	11	15	14
	Número de Grupos em Formação	8	9	5	4
2.3.12. Incrementar, em todas as Unidades de Ensino, o número projetos institucionais de pesquisa desenvolvidos por docentes que atuam nos diferentes níveis de ensino	TOTAL	26	34	54	128

---

### 12.1.3 Funcionamento da Extensão - DIREX

---



---

#### 12.1.3.1 Estágio e Emprego

---

Serviços	2011	2012	2013
Ofertas para Estágio	3.549	1.075	1132
Termos de Compromisso	1.933	1.559	1822
Termos Aditivos	734	741	786
Carta de Rescisão	x	323	320
Empresas conveniadas	3.812	3.874	1739 <sup>(1)</sup>
Declaração Expedida Lei 11.788	502	514	288
Ofertas de Emprego	783	685	544
Palestra de orientação no mercado	25	12	9

Fonte: COEMP/ DIEMP/DIREX

<sup>(1)</sup> À partir de 2013 estão computados apenas os Convênios vigentes em dezembro do mesmo ano

---

#### 12.1.3.2 Ações Extensionistas e Público Participante

---

Ações	Público (2013)
Cursos	560 <sup>(1)</sup>
Oficinas	21
Eventos de Extensão	24.525 <sup>(2)</sup>
Produção e Publicação	1
Programa Bolsas de Extensão	100
Projetos de Extensão	101
Programa de Educação Profissional	306
Programa de Educação Tecnológica	-
Programa de Assistência Estudantil	1.038
Alunos cadastrados na CAE	73

Fonte: CAE/IETEC/DEAC/DIREX

<sup>(1)</sup> 523 cursos DEAC + 34 cursos durante a Semana de Extensão + 3 cursos IETEC

<sup>(2)</sup> 403 eventos DEAC + 5402 Semana de Extensão + 720 formaturas da graduação + 18.000 Feira de Estágio e Emprego



---

**12.1.3.3 Detalhamento dos Eventos da Semana de Extensão no Sistema CEFET/RJ  
(Já Quantificadas no Item 12.1.3.2)**

---

**MARACANÃ**

Eventos	Quantidade
Minicurso	3
Projetos Exposup/Expotec	39
Seminário	1
Palestra	53
Oficina	3
Mesa redonda	7
Evento artístico cultural	4
Pôster	30

**ANGRA DOS REIS**

Eventos	Quantidade
Expotec	8
Pôster	12

**NOVA FRIBURGO**

Eventos	Quantidade
Palestra	8
Expotec	5
Mesa redonda	3
Minicurso	4
Eventos	Quantidade
Oficina	1
Pôster	1
Seminário	3

**MARIA DA GRAÇA**

Eventos	Quantidade
Palestra	7
Expotec	5
Projeto	1
Seminário	9
Minicurso	14
Poster	2

**VALENÇA**

Eventos	Quantidade
Palestra	7
Expotec	7

---

**12.1.3.4 Eventos de Empreendedorismo Inovador – Incubadora**


---

Incubadora de Empresa Tecnológica - IETEC	2011	2012	2013
Empresas Incubadas	02	04	3
Projetos Pré-Incubados	06	04	7
Atendimento ao público	170	456	432
Lançamento de Edital	1	1	2
Empresas Graduadas (acumulado até 2013)	15	15	15
Projetos descontinuados (acumulado até 2013)	17	20	21
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP	desativada	desativada	desativada

Fonte: IETEC/DIREX

### 12.1.3.5 Gestão de Convênios Ativos IETEC

Entes Participantes	Programas/Projetos	Ação
<p>Edital SEBRAE COD. 01/2011 – 02 - Projeto IETEC-CEFET/RJ – Aprovado – em parceria com a Fundação Rotária de Educação para o Trabalho – FRET – com destinação de R\$120.000,00.</p>	<p>Implantação da metodologia CERNE – Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos, em núcleo composto com a incubadora da COPPE/UFRJ como nucleadora e as incubadoras IETEC, INT e LNCC como nucleadas.</p>	<p>Adequar a operação da IETEC-CEFET/RJ aos requisitos do CERNE, para aquisição da qualificação CERNE 1 - foco nos empreendimentos, através das boas práticas a serem implantadas, em comum acordo com a Incubadora da COPPE/UFRJ, incubadora Nucleadora, visando um desenvolvimento com qualidade, produtividade e sustentabilidade. Situação atual: aguardando assinatura do Convênio SEBRAE/RJ com a Fundação FRET.</p>
<p>Edital MCTI/FINEP– PNI – Incubadoras – 12/2010 – Conv. Referência 1848/2010 –Projeto REDERJ - Aprovado – em parceria com a Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro – REDETEC, envolvendo 13 incubadoras do Rio de Janeiro, com destinação de R\$107.555,40 para a IETEC-CEFET.</p>	<p>Incrementar a competitividade das empresas incubadas e das que serão incubadas no futuro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar metodologias de prospecção que melhorem o fluxo de empresas candidatas com propostas de negócios de alto valor agregado = prospecção de projetos promissores;</li> <li>- Criar e/ou fortalecer capacitações nas empresas visando torná-las mais competitivas;</li> <li>- Implantação da metodologia CERNE.</li> </ul> <p>Situação atual: em andamento.</p>
<p>Acordo de Parceria Programa Shell Iniciativa Jovem e CEFET-RJ</p>	<p>Formalização da parceria de cooperação para acesso dos alunos do CEFET-RJ ao Programa Shell de educação vivencial para o empreendedorismo.</p>	<p>O programa Shell disponibiliza através da metodologia Iniciativa Jovem cursos, consultoria, palestras e debates com vistas ao estimular a cultura empreendedora entre alunos do CEFET-RJ.</p>
<p>Termo de Outorga - Edital FAPERJ 18/2010 – Projeto aprovado – Processo Nº E-26/190.011/2011, com destinação de R\$250.000,00 - para aplicação na IETEC e na CEFET-JR. – Coord. Prof. Dr. Rafael Paim Cunha Santos.</p>	<p>Fortalecimento da infraestrutura tecnológica e da rede de parcerias da IETEC-CEFET/RJ para melhorias do desenvolvimento de empreendimentos inovadores.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adquirir e implantar nova infraestrutura tecnológica para a IETEC e CEFET Júnior;</li> <li>- Implantar pré-incubação em pelo menos duas unidades do sistema CEFET/RJ: Nova Friburgo e Petrópolis;</li> <li>- Integrar as ações da CEFET Júnior ao sistema de assessoramento e acompanhamento <i>online</i> dos projetos da IETEC.</li> </ul> <p>Situação atual: em andamento.</p>

Fonte: IETEC/DIREX

### 12.1.3.6 Gestão de Convênios de Extensão Ativos

Entes Participantes	Programas/Projetos	Ação
Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - PROMINP / IFF / CEFET/RJ	Programa Nacional de Qualificação Profissional	Promover a formação em nível de Qualificação Profissional
SEDEIS/UERJ/CEFET/RJ	Rede SUCe- Projeto de Capacitação em Comunidades Pacificadas	Promover a inserção social e cidadã das pessoas através de intervenções nas Comunidades de baixa renda e na capacitação das pessoas – Comunidade alcançada: Mangueira
Fundação Rotária de Educação para o Trabalho- FRET/CEFET/RJ	Acordo de Cooperação Técnica, Científica, Tecnológica, Pedagógica e Operacional	Desenvolver ações extensionistas traduzidas através de: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e outros produtos acadêmicos.
CEFET/RJ / Escolas Estaduais e Municipais	Projeto Bemvindo ao CEFET/RJ	Divulgar, Promover e Visitar as instalações do CEFET/RJ com alunos das redes estaduais e municipais com vistas a informar sobre os cursos oferecidos de capacitação profissional de nível médio.
CEFET/RJ	Projeto Pré-vestibular para Negros e Carentes – Núcleo Tijuca	Contribuir para a garantia do acesso ao ensino superior da população em desvantagem social, visando também colaborar no exercício do papel do cidadão, diante da sociedade.
CEFET/RJ / UNIVERSIA BRASIL S.A	Cooperação Técnica	Traçar as diretrizes e definir os termos e condições que regularão o acesso pela IES ao Portal Universia e o compartilhamento de informações na área de educação

Fonte: DIREX

### 12.1.3.7 Eventos de Extensão Realizados no Sistema CEFET/RJ em 2013

Nos quadros a seguir estão quantificados os Eventos de Extensão (cursos, palestras, seminários, etc) realizados no Sistema CEFET/RJ, excetuando-se os realizados durante a Semana de Extensão 2013 (quantificados no item 12.1.3.3)

SETOR DA DIREX	QUANTIDADE
CEFET Jr. Consultoria	04
DEAC	48
DIEMP	09
DIREX GABINETE	02
ENACTUS	10

Fonte: DEAC/DIEMP/IETEC/SIFE/CEFET JR/DIREX

CAMPUS	QUANTIDADE
Valença	10
Nova Friburgo	39
Nova Iguaçu	07
Maria da Graça	03
Petrópolis	01
Angra dos Reis	08
Itaguaí	01

Fonte: Campus CEFET/RJ

### 13 PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

#### 13.1 Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Segue abaixo o **Quadro B.7.1** que apresenta o resultado dos indicadores nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005, considerando para tal o exercício de referência de 2013 e os quatro (4) exercícios imediatamente anteriores.

**QUADRO B.7.1 – RESULTADOS DOS INDICADORES – ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005**

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2013	2012	2011	2010	2009
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Inscrição/Vagas	11,15	68,07	111,23	109,48	6,79
	Relação Ingressos/Aluno	Ingressos/Matriculados	19,72	21,6	28,4	39,2	35,1
	Relação Concluintes/Aluno	Concluintes/Matriculados	6,81	11,8	9,5	-	-
	Índice de Eficiência Acadêmica Concluintes	Concluintes/Ingressos	60,23	61,8	66,3	-	-
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Retidos/Matriculados	48,57	44,2	22,9	7,1	2,5
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Matriculados/Docente em Tempo Integral	34,74	28,82	29,91	22,73	13,85
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	OCC/Matriculados	10.821,89	6.492,31	6.720,05	7.868,72	11.100,55
	Percentual de Gastos com Pessoal	Gastos com Pessoal/Gasto Total	81,40	83,93	81,15	69,00	84,18
	Percentual de Gastos com outros Custeios	OCC(excluídos os benefícios)/Gasto Total	10,04	8,58	14,05	13,00	11,40
	Percentual de Gastos com Investimentos	Investimento/Gasto Total	4,85	3,80	4,78	6,51	4,42
Sócioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	Número de alunos com renda per capita de até um SM	924	408	287	283	120
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	Média ponderada da Titulação Docente	3,91	3,84	3,85	3,72	3,60

#### 13.2 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET

Para o preenchimento do quadro acima, foram utilizados os seguintes sistemas federais: SISTEC, SIAFI, SIAFI Gerencial e SIAPE, além de dados existentes nos sistemas internos do Centro.

De uma maneira geral, o Centro teve um acréscimo nos gastos correntes com os alunos e aumentou o índice de titulação do corpo docente. Em relação ao indicador de Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar houve uma mudança na base de dados pois em 2013 foi implementado o sistema de cotas. Anteriormente o quantitativo considerava apenas as bolsas assistências fornecidas aos alunos em situação semelhante.

---

### **13.3 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio**

---

O Centro não apresentou projetos desenvolvidos por fundação de apoio no exercício e não apresenta fundação de apoio credenciada.